



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O
ASSENTAMENTO CHICO MENDES EM ITUIUTABA (MG)**

JAQUELINE DALL AGNOL



CATALÃO (GO)

2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:


Nome completo do autor: Jaqueline Dall Agnol

Título do trabalho: TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O ASSENTAMENTO CHICO MENDES EM ITUIUTABA (MG)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 24 / 08 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada

JAQUELINE DALL AGNOL

**TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O
ASSENTAMENTO CHICO MENDES EM ITUIUTABA (MG)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.

CATALÃO - GO

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Dall Agnol, Jaqueline
TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
O ASSENTAMENTO CHICO MENDES EM ITUIUTABA (MG)
[manuscrito] / Jaqueline Dall Agnol. - 2017.
153 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Catalão, Programa de Pós Graduação em Geografia, Catalão, 2017.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Reforma Agrária. 2. PRONAF. 3. Assentamento Chico Mendes
. I. Pontes Mendes, Estevane de Paula, orient. II. Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário – Catalão (GO) CEP - 75704 020
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE JAQUELINE DALL AGNOL

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete (29/06/2017), às 14h (quatorze horas), no Laboratório de Cartografia – Bloco B, sala 01, Regional Catalão/UFV, teve lugar a 130ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Jaqueline Dall Agnol**, CPF nº 024.694.370-08, matrícula nº 20150676, com título “**TERRITÓRIO DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: o assentamento Chico Mendes em Ituiutaba (MG)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 015/2017 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFV, pelos Professores Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (UFV - Orientadora) CPF nº 497.478.601-63, Dr. Marcelo Cervo Chelotti (UFU - Membro Externo) CPF nº 968.096.550-34, Dr. João Cleps Júnior (UFU – Membro Interno) CPF nº 032.209.698-79. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 16 horas e 45 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes – Ass. [assinatura]

Aprovada (X) Reprovada ()

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti – Ass. [assinatura]

Aprovada (X) Reprovada ()

Prof. Dr. João Cleps Júnior - Ass. [assinatura]

Aprovada (X) Reprovada ()

Obs.:

Deixar as sugestões representadas pelos examinadores

Presidente da Banca – Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes - Ass. [assinatura]

Resultado final: APROVADA (X) REPROVADA ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestranda examinada e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFV.

Assinatura da Mestranda: Jaqueline Dall Agnol

Secretária do PPGGC-RC/UFV [assinatura]
Priscila Querino de Lima
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFV

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFV.

AGRADECIMENTOS

Venho, neste espaço, deixar um pouco de lado a formalidade que o trabalho exige e demonstrar minha gratidão.

Meus sinceros agradecimentos e reconhecimento às três pessoas mais importantes da minha vida; meus pais, Ledovar e Gláucia, e meu irmão, Ledovar Júnior. Sem eles, eu não teria o mesmo estímulo para continuar. É para eles, então, que dedico meu título de mestre.

Devo imensa gratidão aos meus amigos e minhas amigas, por tornarem meus dias alegres, sobretudo, à Julliane, à Camila, à Raquel, à Cristiane, à Kelly, ao Willian, ao Matheus, à Amanda, ao Alexandre, ao Rafael, ao Cassio e à Cecília. Não menos importantes são os que não foram nomeados, mas estiveram ao meu lado, acreditando no meu sonho e me incentivando.

Aos meus colegas de mestrado, desejo sucesso.

Agradeço a Paula Borges, pela tradução do resumo.

Agradeço a Jozimar Bernardo, pelas correções linguísticas e normativas.

Agradeço à Xerox Express, pela excelência na impressão deste trabalho.

Sou grata à Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, e a todo o corpo docente que contribuiu para o meu aprendizado, especialmente, à professora orientadora, Estevane de Paula Pontes Mendes, e aos componentes da banca de avaliação, Prof. Dr. Marcelo Chelotti (UFU) e Prof. Dr. João Cleps Junior (UFU). Ao Prof. Dr. Sergio Gonçalves pelas contribuições.

Agradeço a todas as famílias do Assentamento Chico Mendes, pela calorosa receptividade e amizade, em especial, ao Jairo, à Sandra e ao Ronei, pela disponibilidade e carinho ao longo da pesquisa.

Enfim, deixo minhas gratulações a todos que auxiliaram na realização deste trabalho, pois cada um de vocês foi fundamental nessa caminhada.

A todos, muitíssimo obrigada!

RESUMO

A pesquisa se destinou a compreender o processo de territorialização e a reprodução da agricultura familiar no assentamento Chico Mendes em Ituiutaba (MG), a partir do seu perfil socioeconômico. Para tanto, fez-se necessário compreender o papel do Estado como gestor e criador de políticas públicas aplicadas ao território. Ao longo deste processo, percebe-se que as políticas públicas acentuaram a concentração de terras e favoreceram o latifúndio. Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político por meio das lutas populares e o Estado, a fim de amenizar estes embates, criou medidas em prol da Reforma Agrária, que se consolidou com a criação de assentamentos. Nota-se que a maioria dos assentamentos criados é muito mais fruto da ação direta dos trabalhadores rurais, ocupando terras, e da força dos movimentos socioterritoriais do que resultado de uma política ativa de governo, voltada aos interesses das classes agrárias desfavorecidas. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba isto não foi diferente, pois, durante o período da modernização da agricultura, a região recebeu investimentos dirigidos à intensificação da produção, o que causou a expropriação camponesa, e fomento para atuação dos movimentos socioterritoriais, que culminou na implantação de assentamentos rurais, como é o caso do assentamento Chico Mendes. Tais investimentos privilegiaram os setores mais capitalizados, voltados ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, os resultados dessas políticas foram altamente negativos, uma vez que grande parte deste segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola. Na década de 1990, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), diversas transformações começaram a ocorrer no espaço agrário brasileiro, entre elas a disseminação de um novo conceito – agricultura familiar – com o propósito de padronizar os agricultores menos favorecidos. Neste sentido, os assentamentos rurais passaram a ser considerados agricultores familiares e, como tal, inseridos na dinâmica do PRONAF. No caso do assentamento Chico Mendes, o PRONAF se apresenta como subsídio para o desenvolvimento econômico e permanência das famílias no assentamento, reflexo da luta pela terra no município de Ituiutaba (MG).

Palavras-chave: Reforma Agrária. PRONAF. Assentamento Chico Mendes, Ituiutaba (MG).

ABSTRACT

The present research aims to analyze and understand the process of territorialization and the family agricultural culture at Chico Mendes settlement in Ituiutaba (MG), starting from their socioeconomic profile. Therefore, it was necessary understand the importance of the State as a manager and creator of public policy in the region. Throughout the process, we realized that the public policy highlighted the grouping land and supported the landowner. Therefore, according the growing up of the conflicts and organization, the farm workers dispossessed resumed the political scene through the popular conflicts, the State in order to ease these conflicts created measures in favor of the Agrarian Reform, that consolidates with the creation of settlements. We can notice that most of the settlement created are much more results of the farm workers occupying lands and struggle of the socio – territorial movements than the result of an active government policy aimed to the interests of the disadvantaged agricultural classes. In Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba does not have difference, during the period of farm modernization the region received investments that help the production intensification, causing expropriation of the farmers, helping the action of the movements sócio-territoriais, resulting the implantation of farm settlement, as the case of Chico Mendes. These investments favored the capitalized departments aimed to the international Market, aimed to dealing with imbalances of the country comercial balance. In the family production section, the results were negative, since a large part of this segment was exclude from the benefits offered by agricultural policy. In the 1990s with the introduction of the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), several transformations began to occur in the Brazilian agrarian field, among them, the dissemination of a new concept, the family farming. In order to standardize the farmers disadvantaged, in this sense, the rural settlements is now being consider family farmers and how they are included in the PRONAF dynamic. In the Chico Mendes settlement, the result of the struggling for the land in Ituiutaba (MG), the PRONAF was present as a subsidy to economic development and permanence of the families in the settlement.

Keywords: Agrarian reform. PRONAF. Chico Mendes settlement, Ituiutaba (MG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasil: número de assentamentos criados – 1985-2014.....	70
Figura 2 – Microrregião geográfica de Ituiutaba: localização do município de Ituiutaba (MG).....	90
Figura 3 – PA Chico Mendes: distribuição dos lotes – 2001.....	101
Figura 4 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): localização.....	105
Figura 5 – PA Chico Mendes: uso do solo – 2016.....	116

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Belo Horizonte (MG): manifestação na sede do INCRA – 1997.....	97
Foto 2 – Santa Vitória (MG): acampamento Fazenda Jubran – 1997.....	98
Foto 3 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): cadastramento das famílias – 2000.....	99
Foto 4 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): doações de alimentos – 2001.....	102
Foto 5 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): construção de residência – 2001.....	103
Foto 6 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): residência inacabada – 2016.....	112
Foto 7 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): residência consolidada – 2016.....	112
Foto 8 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura do barracão – 2016.....	113
Foto 9 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura da sala de ordenha e curral – 2016..	113
Foto 10 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura da sala de ordenha – 2016.....	117
Foto 11 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura do resfriador de leite – 2016.....	118
Foto 12 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): rebanho leiteiro (raça Girolando em regime extensivo) – 2016.....	118
Foto 13 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): rebanho leiteiro (raça Girolando em regime semiconfinado) – 2016.....	119
Foto 14 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): rebanho de corte (raça Gir em regime extensivo) – 2016.....	119
Foto 15 – PA Chico Mendes: produção de hortaliças (batata-doce) – 2016.....	120
Foto 16 – PA Chico Mendes: produção de hortaliças (abobrinha) – 2016.....	121
Foto 17 – PA Chico Mendes: produção de hortaliças (couve) – 2016.....	121
Foto 18 – PA Chico Mendes: produção de hortaliças (alface) – 2016.....	122
Foto 19 – PA Chico Mendes: padaria – 2016.....	122
Foto 20 – PA Chico Mendes: padaria (produção de bolacha) – 2016.....	123
Foto 21 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): plantio do milho – safra 2015/2016.....	124
Foto 22 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): colheita do milho – safra 2015/2016.....	125
Foto 23 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): plantio da soja – safra 2015/2016.....	125
Foto 24 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): colheita da soja – safra 2015/2016.....	126
Foto 25 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): membros da comitiva “Sem Noção” após a apresentação da quadrilha na Festa Junina – 2016.....	131
Foto 26 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): cerimônia de abertura do 1º Rodeio <i>Show</i> de montaria – 2016.....	131

Foto 27 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): 2ª Cavalgada – 2016.....	132
Foto 28 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): reunião mensal – outubro de 2016.....	132
Foto 29 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): via de acesso municipal durante o período chuvoso (setembro a março) – 2016.....	134
Foto 30 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): via de acesso municipal durante o período de seca (abril a agosto) – 2016.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): período de residência.....	107
Gráfico 2 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): faixa etária dos assentados – 2016.....	109
Gráfico 3 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): nível de escolaridade – 2016.....	110
Gráfico 4 – PA Chico mendes em Ituiutaba (MG): renda líquida mensal por família assentada – 2016.....	128
Gráfico 5 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): estados de origem das famílias assentadas – 2016.....	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos do PRONAF Crédito e suas características – 2013.....	49
Quadro 2 – Brasil: tipos de assentamento rurais – 1961 a 2009.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: movimentos socioterritoriais – 2000-2014.....	66
Tabela 2 – Ocupações e assentamentos criados no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – 1990 a 2013.....	82
Tabela 3 – Ituiutaba (MG): população rural, população urbana e população total nos anos 1907, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	91
Tabela 4 – Ituiutaba (MG): área plantada, quantidade produzida e valor da produção de cana-de-açúcar – 2000 e 2010.....	93
Tabela 5 – Ituiutaba (MG): produção agrícola – 2007.....	93
Tabela 6 – Ituiutaba (MG): ocupações de terra e movimentos socioterritoriais atuantes – 2000 a 2013.....	94
Tabela 7 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): estratégias de reprodução da agricultura familiar – 2016.....	115

LISTA DE SIGLAS

I PNRA – I Plano Nacional de Reforma Agrária
II PNRA – II Plano Nacional de Reforma Agrária
ABC – Empresa Alimentícia do Grupo Algar Agro
ADM – Ancher Daniels Midland
AGF – Aquisição do Governo Federal
AGROIN – Associação Comunitária de Desenvolvimento Agroindustrial Chico Mendes
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CMDRS – Concelho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG – Confederação Nacional na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAP – Declaração de Aptidão
DATALUTA – Banco de Dados de Luta Pela Terra
EGF – Empréstimos do Governo Federal
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IFET – Instituto Federal Tecnológico
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JBS – João Batista Sobrinho
LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária
PA – Projeto de Assentamento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PMDRS – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado
PRONAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNRC – Sistema Nacional de Crédito Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA – Superintendência da Política Agrária
UDR – União Democrática Ruralista
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	23
2.1 Delimitação teórica sobre território	24
2.2 Abordagens sobre o conceito de Agricultura Familiar	35
2.3 O PRONAF como estratégia para o desenvolvimento territorial rural	43
3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL POR PERÍODO DE GOVERNO E A LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	57
3.1 Reforma Agrária: os assentamentos rurais	58
3.2 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e os movimentos socioterritoriais	79
4 REFORMA AGRÁRIA EM ITUIUTABA (MG) E O ASSENTAMENTO CHICO MENDES	88
4.1 Caracterização do espaço rural e da dinâmica agrária de Ituiutaba (MG).....	90
4.2 Os processos de luta pela terra, espacialização e territorialização do assentamento Chico Mendes.....	96
4.3 Perfil socioeconômico, produção agrícola e traços da realidade dos assentados do assentamento Chico Mendes em 2016.....	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A – Questionário	149
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista	153

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema central os assentamentos rurais. Devido à abrangência deste tema, optamos por iniciar os estudos sobre a questão agrária, com ênfase nas políticas públicas dos governos pré e pós-regime militar, que culminaram na implantação de assentamentos rurais.

A desigualdade social e a concentração fundiária estão presentes no cenário agrário brasileiro desde o período colonial, no qual o regime de sesmarias se estruturou em três pilares: a propriedade fundiária, o trabalho escravo e a monocultura de exportação. Esta realidade se estendeu até 1882, quando o regime de sesmarias foi suspenso. Em 1850, aproximada a abolição do regime escravocrata, o Estado decretou a Lei de Terras e, a partir daí, o acesso à terra foi possível por meio da compra. Inalterada a estrutura agrária, ao camponês, como à maioria, restava o trabalho nas lavouras e a produção de alimentos.

O painel agrário brasileiro foi marcado pelos grandes ciclos econômicos (açúcar, ouro, borracha, café e algodão) quando, em meados de 1930, a industrialização ganhou espaço, surgindo novos grupos de classes sociais. No campo, a luta pela terra se intensificou reivindicando a Reforma Agrária, posto que o país encontrava-se em crise em virtude da estagnação da produção alimentar. Assim, em meados de 1960, a classe dominante buscou alternativas para estimular o crescimento agrícola e a produção industrial. Porém, a alternativa não foi a Reforma Agrária, e sim a modernização dos meios produtivos no campo a partir da inserção de crédito subsidiado, assistência técnica e tecnologia.

A Reforma Agrária foi praticamente esquecida, haja vista que o governo militar (1964-1980), amparado pelo discurso conservador, disseminou a ideologia da modernização como solução para o desenvolvimento do campo, na qual não se faz necessária uma política de redistribuição de terras. No entanto, a inserção de capital no campo não ocorreu de maneira homogênea; os latifúndios foram priorizados e o camponês responsável pela produção alimentar ficou à margem deste processo.

Impossibilitados de concorrer com o mercado, os camponeses organizaram-se na luta pela terra, dando vulto às manifestações e às ocupações de terras. Nesse contexto, com o fim do regime militar (1985), foi implantado o I Plano de Reforma Agrária, a fim de estabilizar os conflitos no campo e buscar a reestruturação agrária, entretanto, este plano não cumpriu com os objetivos preestabelecidos. Desse modo, os camponeses, mais organizados e apoiados pelos movimentos socioterritoriais, retomaram o cenário das ocupações de terra.

A Reforma Agrária no Brasil não ocorreu, de fato, e sim a implantação de assentamentos rurais por meio de desapropriação ou regularização de terras ocupadas pelos envolvidos na luta pela terra. Os governos subsequentes não obtiveram êxito em suas políticas. Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1992-2002), houve a aceleração do processo de desapropriação de terras, mas a produção agrícola familiar ainda era vista como atrasada. As políticas públicas deste governo foram voltadas a este segmento com o propósito de amenizar os conflitos agrários, limitando-se a uma política compensatória que deu continuidade aos princípios do modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares.

O governo do Lula (2003-2010) deu continuidade à política econômica de FHC, bem como às suas reformas neoliberais, calcadas em políticas de assentamentos e regulamentações fundiárias sem alteração da estrutura fundiária concentrada. Neste período, houve a implantação do II Plano de Reforma Agrária, que também não atingiu os resultados esperados, mas configurou-se como um período de melhorias na infraestrutura dos assentamentos e amplitude de beneficiários. Quanto ao governo Dilma (2011-2014), este foi marcado pelo retrocesso na implantação de assentamentos rurais. Desse modo, evidencia-se a desfavorável situação da Reforma Agrária no Brasil, que não ocorreu efetivamente.

Resultantes de luta e resistência, os assentamentos possuem uma grande importância para efetivação da Reforma Agrária no país, bem como representam realidades distintas e complexas. Ao mesmo tempo em que possibilitam o acesso à terra e a sua garantia, representam o desafio de permanecer nela, garantir alimento, moradia e renda para as famílias assentadas. A maneira como são implantados e os modelos criados devem ser elucidados para se entender o processo de Reforma Agrária de mercado implantada no Brasil. Os assentamentos exprimem a relação entre o Estado e os movimentos socioterritoriais. No Brasil, o acesso à terra para assentamentos ocorre, em sua maioria, mediante a desapropriação e regularização feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dentre os projetos de assentamentos implantados, destacam-se os do tipo Projeto de Assentamento (PA) e Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), o que demonstra a maneira como o Estado transfere e regulariza as terras.

Compreende-se que a Reforma Agrária é necessária ao país, para que ocorram melhorias sociais e econômicas no seu cenário agrário marcado pela concentração fundiária conflituosa. Os assentamentos rurais se materializam por meio da luta pela terra e da pressão dos movimentos socioterritoriais.

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, devido a sua posição e características geográficas, tornou-se favorável à implantação da modernização da agricultura, o que propiciou a presença de latifúndios. Dessa forma, os conflitos e ocupações no campo se fortaleceram na tentativa de atuar contra a exclusão social originada pelos capitalistas e proprietários de latifúndios, que sempre determinaram o quadro agrário da região. As ocupações de terra constituíram-se como forma de mobilização social mais eficaz de conquistar a terra, porquanto exerceram uma pressão maior sobre o Estado e a sociedade favorável à realização da Reforma Agrária. Consequentemente, essas manifestações e articulações entre os trabalhadores rurais viabilizaram o crescimento político e o desenvolvimento das potencialidades dos movimentos socioterritoriais, cujas ações fomentaram a criação dos assentamentos rurais, os quais são compreendidos como espaços de reterritorialização dos agricultores.

As ocupações de terras e os movimentos socioterritoriais, especialmente, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), foram de extrema importância para a efetivação da luta pela terra na região, resultando na implantação de assentamentos rurais, apesar da forte resistência exercida pelo Estado.

O conceito de território é crucial para entender os assentamentos rurais como territórios onde se desenvolvem as relações camponesas, as quais dão forma e conteúdo aos assentamentos, configurando sua territorialização. Consideramos o assentamento como espaço de resistência que busca garantir domínio de suas terras por meio da manutenção do seu modo de vida e produção. Para a compreensão do campo brasileiro, principalmente, dos assentamentos rurais em sua conjuntura econômica, social e política, adotamos a categoria território, a fim de abarcar as relações sociais e econômicas geridas pelo Estado que ocorrem no assentamento. Esta categoria propiciou apreender o assentamento como território de luta, conquista e reprodução da agricultura familiar, uma vez que o Estado, como gestor do território, criou, mediante políticas públicas, os assentamentos rurais e as políticas de crédito direcionadas a este segmento.

Ainda na década de 1990, caracterizou-se a presença do Estado neoliberal, que sofria com problemas de concentração fundiária e com a pressão de movimentos socioterritoriais que reivindicavam a luta por uma Reforma Agrária baseada em unidades produtivas familiares. Com poucas políticas dirigidas à produção agrícola de caráter familiar, econômico e socialmente vista como atrasada, este segmento recebeu uma nova nomenclatura – fruto da posição política adotada pelo Estado – sendo denominada agricultura familiar. Esta

foi instituída oficialmente a partir da criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para promover o desenvolvimento da parcela menos favorecida do campo e fazer com que esta população fosse inserida no sistema capitalista.

Entende-se, então, que a agricultura familiar se articula de diferentes maneiras e intensidades entre seus elementos – família, terra e trabalho – adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, travestindo o camponês de agricultor familiar. As famílias nos assentamentos rurais também se enquadram nessa categoria e recebem, por meio da Declaração de Aptidão (DAP), os benefícios do PRONAF.

O PRONAF foi formulado com o propósito de aplacar a pobreza nas pequenas unidades agrícolas. O camponês, representado pelo Estado como agricultor familiar, começou a receber atenção nas políticas públicas e a ideologia que o direcionara a partir de então foi a do desenvolvimento local. Assim, pode-se entender o PRONAF como uma política pública de desenvolvimento territorial pautada na busca pelo desenvolvimento local, a fim de trazer melhorias para a população rural. Esta política oferece aos agricultores a obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas à realidade da agricultura familiar; o aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade e, para os produtores que sanassem os débitos com o Programa, a garantia de recursos para a safra seguinte com a renovação do crédito em até cinco anos. Entretanto, em alguns casos, os agricultores, com receio de contrair dívidas ou por não se enquadrarem nas exigências do Programa, não foram beneficiados.

Nas décadas de 1950 e 1960, o município de Ituiutaba (MG), conhecida como a capital do arroz, passou por importantes transformações socioeconômicas com o desenvolvimento da rizicultura. A partir de 1970, Ituiutaba (MG) sofreu mudanças no setor econômico e, então, a pecuária consolidou-se como a principal atividade do município. Ainda em 1970, o avanço do índice de urbanização aliou-se à expansão da pecuária e ao processo de modernização do campo, o que gerou a diminuição da demanda de mão de obra nas áreas rurais.

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, Ituiutaba (MG) recebeu novos agentes econômicos vinculados, principalmente, às atividades agroindustriais (processamento de leite e carne). Nos anos 2000, a pecuária perdeu espaço para as empresas sucroalcooleiras e a presença de latifúndios improdutivos fomentou as ocupações de terra sob intermédio de movimentos socioterritoriais, surtindo na criação de projetos de assentamentos rurais em Ituiutaba (MG).

Dentre os assentamentos implantados, o PA Chico Mendes, criado no ano 2000 sob a desapropriação de terras pelo INCRA, constitui-se como escopo desta pesquisa. Este assentamento tem sua produção agrícola baseada na produção de leite, hortaliças e grãos. Em sua maioria, as famílias são beneficiadas pelo PRONAF, que lhes possibilitou renda e melhorias na infraestrutura. A venda de lotes no assentamento é uma realidade, posto que as famílias não tinham recursos para permanecer neles e, então, precisaram vendê-los para terem condições de sobrevivência no período do acampamento, que durou cerca de cinco anos.

Sou filha de agricultores, cresci no campo e aprendi a ter amor pela terra. No estado do Rio Grande do Sul, em minha cidade natal (Campinas do Sul), tornou-se inviável a vida no campo, uma vez que meu pai, além de laborar em nosso sítio, trabalhava como assalariado em uma fazenda vizinha, deixando minha mãe responsável pelo trabalho no sítio, onde as condições de vida eram precárias. Então, em 2007, decidimos nos mudar para Ituiutaba (MG), município que prometia oportunidade de acesso à terra, e adquirimos um lote no PA Chico Mendes, onde passamos a viver e trabalhar. Foram seis meses morando em barraco até conseguirmos construir a residência (fruto da venda do palmito de guariroba e do serviço de pedreiro prestado pelo meu pai nos lotes vizinhos).

Em 2017, comemoramos dez anos no assentamento. Foram muitos anos de extrema dificuldade financeira, em que não tínhamos renda para investir no lote, pois o capital disponível foi investido na compra deste. Após três anos, conseguimos o documento de concessão e posse do lote e, desta maneira, o acesso à DAP, mediante a qual pudemos realizar o primeiro financiamento e os seguintes, direcionados a investimentos em infraestrutura, gado leiteiro, grãos e implementos agrícolas. Após muito trabalho, a melhora da renda e a garantia de permanência e produção no lote foram conseqüências.

Acompanhei de perto a vida difícil de assentado; nem todos os meus vizinhos conseguiram financiamentos, nem todos possuíam meios de transporte, moradia ou alimento. Presenciei famílias venderem os lotes porque não obtiveram meios para produzir neles. Vivenciei o preconceito dos ituiutabanos com os “invasores” de terras. A luta pela terra, no caso do PA Chico Mendes, não cessou após a conquista dos lotes, visto que permanecer neles é uma luta dia após dia.

Assim que adentrei a universidade, passei a pesquisar temas relacionados à Reforma Agrária e a assentamentos rurais, a fim de compreender melhor a realidade na qual me inseria. O interesse pela área e tema de pesquisa surgiu ao longo dos anos de vivência no assentamento e veio sendo amadurecido com a realização de pesquisas acadêmicas. Destarte,

passei a fazer os seguintes questionamentos: como o Estado tem conduzido a Reforma Agrária no Brasil? Quais são os movimentos de luta pela terra atuantes na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba? O assentamento seria o lócus de criação e recriação da agricultura familiar? Qual a fonte de renda e o modo de vida dos assentados? São os resultados advindos destas questões que culminaram na presente pesquisa.

Diante das indagações supracitadas, esta pesquisa objetiva compreender o processo de territorialização e a reprodução da agricultura familiar no assentamento Chico Mendes, em Ituiutaba (MG), a partir de suas estratégias de reprodução. Especificamente, objetivou-se: a) analisar a Reforma Agrária no Brasil, a implantação de assentamentos rurais e a luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; b) analisar o território como instrumento de políticas públicas em prol da agricultura familiar e c) entender o assentamento Chico Mendes como lócus de reprodução da agricultura familiar por meio da construção do seu perfil socioeconômico.

A questão metodológica é um ponto crucial no desenvolvimento da pesquisa, pois ela dá suporte e ordem à execução do trabalho. Cada método usado nas pesquisas geográficas está dotado de ideologias e posições epistemológicas e cada objeto estudado requer um método adequado pelo geógrafo. Desse modo, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa. A revisão literária, feita a partir de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos e outras obras, teve o intuito de alcançar o aprofundamento e o aprimoramento teórico-metodológico referente às temáticas delimitadas.

As fontes oficiais tornam-se indispensáveis ao encaminhamento da pesquisa. Os *sites* do MLST, do MST, do MTL, do Banco de Dados de Luta Pela Terra (DATALUTA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram as fontes mais consultadas para o desenvolvimento dos capítulos, mediante as quais foi possível obter a maioria das informações necessárias à formulação de tabelas e à discussão teórica.

A pesquisa de campo foi de suma importância para a apreensão de dados extremamente relevantes e que não são encontrados em fontes oficiais ou secundárias. Para a aquisição de informações específicas acerca do assentamento em estudo, foi necessária a realização de trabalho de campo. Por meio deste foi possível coletar dados, fazer entrevistas, analisar atas de reuniões e participar destas, bem como aplicar questionários aos assentados do PA Chico Mendes, de modo a construir o perfil socioeconômico destes, além de analisar a produção agrícola e conhecer a realidade na qual estão inseridos. As visitas aconteceram entre os meses de setembro e novembro de 2016, no turno da tarde e da noite, visto que as famílias

disponibilizaram cerca de uma a duas horas para responderem ao questionário. Dessa forma, delimitou-se a amostragem por acessibilidade ou convencional. O questionário e o roteiro de entrevista encontram-se na seção de Apêndices, ao final do trabalho.

As fotos que documentaram o processo de espacialização do PA Chico Mendes foram cedidas por uma das famílias assentadas, a qual está envolvida com a militância. Os registros fotográficos atuais (2016) foram coletados após a aplicação do questionário. As reuniões foram acompanhadas em dezembro de 2015 e, bimestralmente, em 2016, o que facultou o acesso direto às atas das reuniões dos anos 2000 a 2003, disponibilizadas pela presidenta do assentamento em setembro de 2016.

O roteiro de entrevista semiestruturada contém quatro perguntas previamente elaboradas, as quais contemplam questões mais significantes sobre a territorialização do assentamento e a relevância das políticas públicas de crédito para as famílias assentadas, além dos principais problemas enfrentados por elas. Este roteiro foi aplicado à presidenta da Associação Chico Mendes, eleita como a líder administrativa do assentamento. Os depoimentos coletados durante a entrevista ou expressos no questionário foram transcritos na íntegra, sem correção de ortografia, de forma a conservar a originalidade da fala.

Os questionários contêm quinze questões mais relevantes à análise do perfil socioeconômico das famílias do PA Chico Mendes. Estes foram aplicados a trinta e nove famílias. Outras dez famílias, por motivos pessoais, não os responderam. Deste modo, das quarenta e nove famílias que compõem o assentamento, apenas trinta e nove serviram como fonte de pesquisa, ou seja, de cem sujeitos assentados, oitenta e um participaram da pesquisa.

Em alguns casos, devido às famílias estarem realizando suas atividades, foi preciso retornar aos lotes para concluir a coleta de dados fotográficos e aplicar o questionário. Durante o período de coleta de dados, a receptividade e o envolvimento das famílias foram de substancial importância, haja vista que estas conhecem minha trajetória de vida e acompanharam meus sucessos e insucessos na graduação e no mestrado, demonstrando apoio e sendo prestativas ao fornecerem informações para a pesquisa.

Em outubro de 2016, realizei uma visita à agência do Banco do Brasil de Ituiutaba (MG), no setor da Agricultura Familiar, a fim de coletar dados sobre o PRONAF no município, os quais foram fornecidos pelo gerente do setor. No mesmo período, visitei a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em Ituiutaba (MG), em busca de informações sobre os assentamentos no município, mas não tive êxito, porquanto o responsável

pela área estava em seu período de férias. Posteriormente, estes dados foram obtidos mediante análise das atas de reuniões do PA Chico Mendes.

A pesquisa estrutura-se em três seções.

A primeira seção aborda a categoria território, com o fito de compreender os assentamentos rurais como territórios onde se desenvolvem as relações camponesas. Optou-se por realizar a discussão sobre o conceito de agricultura familiar nesta seção, uma vez que os assentados se encaixam nesta categoria delimitada pelo Estado. Ademais, são abordadas as linhas de crédito do PRONAF, principal concessão creditícia para a agricultura familiar.

Na segunda, analisa-se a Reforma Agrária no Brasil com ênfase nas políticas públicas dos governos militares (1960-1980) e neoliberais (1985- 2014) para a implantação de assentamentos rurais, além da influência dos movimentos socioterritoriais no processo de luta pela terra e consolidação dos assentamentos rurais, como também a luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A terceira seção destinasse à discussão do cenário agrário de Ituiutaba (MG) e das condições que propiciaram a implantação de assentos rurais neste município. Após apresentação do processo de espacialização e territorialização do PA Chico Mendes, abordarmos as principais características sociais e econômicas do assentamento em estudo, a fim de melhor compreender o contexto de luta pela terra e territorialização de assentamentos rurais. Assim, esta seção tem o objetivo de entender o assentamento Chico Mendes como lócus de reprodução da agricultura familiar, através da construção do seu perfil socioeconômico.

Neste sentido, justificamos o presente trabalho pela relevância da temática e das discussões que se fazem em curso atualmente: a questão agrária, que continua latente no cenário brasileiro, e a territorialização de assentamentos rurais. Consideramos, ainda, o caráter inédito da pesquisa no que se refere à temática do perfil socioeconômico do PA Chico Mendes.

2 TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

O Estado apresenta-se como regulador do território, uma vez que o território brasileiro está organizado e produzido por inter-relações de forças que buscam o seu desenvolvimento, seja pelo viés da inserção de capital financeiro e industrial, seja por políticas públicas que beneficiam os atingidos pelas desigualdades sociais. Estas forças resultam em conflitos territoriais e, assim, o território brasileiro apresenta-se dominado pelas relações do modo capitalista.

O campo faz parte do território, sendo composto por elementos fixos e naturais, e expressa-se como palco das relações econômicas e culturais norteadas pelo sistema capitalista. Ao longo deste processo, a terra se torna mercadoria e, como nem todos os sujeitos do campo têm acesso à terra, os conflitos surgem como forma de reivindicação.

Para a compreensão do campo brasileiro, sobretudo dos assentamentos rurais em sua conjuntura econômica, social e política, adotamos, nesta seção, a categoria território a fim de abarcar as relações sociais e econômicas geridas pelo Estado e que ocorrem no assentamento delimitado como objeto de estudo. Esta categoria propiciou a compreensão do assentamento como território de luta, conquista e reprodução da agricultura familiar, uma vez que o Estado, como gestor do território, criou, mediante políticas públicas, os assentamentos rurais e as políticas de crédito voltadas a este segmento.

Em um contexto geral, ainda na década de 1990, caracterizou-se a presença do Estado neoliberal, que sofria com problemas de concentração fundiária e a pressão de movimentos socioterritoriais reivindicando a luta por uma Reforma Agrária baseada em unidades produtivas familiares. Nesse contexto, a produção agrícola de caráter familiar recebe uma nova nomenclatura, fruto da posição política adotada pelo Estado de promover o desenvolvimento do meio rural, sendo denominada agricultura familiar. Esta foi oficialmente implantada a partir da criação do programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como o fito de promover o desenvolvimento do segmento menos favorecido do campo e, assim, fazer com que essa população fosse inserida no sistema capitalista.

Nesta seção, adotamos o conceito de agricultura familiar por ser o termo utilizado pelas entidades públicas, tais como o INCRA, como pela própria legislação vigente, e, também, pelo fato de as políticas públicas de crédito rural apresentadas nesta seção serem desenvolvidas com base neste termo, cujo conceito atendeu às expectativas do trabalho, visto que os assentados se encaixam nesta categoria delimitada pelo Estado. Também serão abordadas as

linhas de crédito do PRONAF, tido como a principal concessão de crédito para a agricultura familiar.

2.1 Delimitação teórica sobre território

O conceito de território é crucial para entender os assentamentos rurais como territórios onde se desenvolvem as relações camponesas, as quais darão forma e conteúdo aos assentamentos, configurando sua territorialização. Consideramos o assentamento como espaço de resistência que busca garantir domínio de suas terras por meio da manutenção do seu modo de vida e produção.

Nossa compreensão do território parte da análise do espaço. Nessa perspectiva, Lefebvre (1974) considera que o modo de produção vigente em cada sociedade é determinante para a produção do espaço. Cada modo de produção tem como resultado uma produção espacial diferente, de forma que o espaço é produzido pelo processo de produção e, ao mesmo tempo, dá suporte ao seu desenvolvimento. O espaço social agrupa as coisas produzidas e envolve suas inter-relações; ele permite ações de produção e consumo. O espaço social inclui objetos naturais e sociais, os quais são também relações. Os objetos possuem formas, mas o trabalho social os transforma, reorganizando suas posições dentro das configurações espaço-temporais sem, necessariamente, afetar suas materialidades, seus estados naturais, ou seja, altera sua função sem alterar sua forma.

Em suma, em Lefebvre (1974), podemos identificar as seguintes proposições que contribuem para a formulação do conceito de espaço geográfico: a) o espaço não é algo dado, ele é produzido pelo homem a partir da transformação da natureza pelo seu trabalho; b) as relações sociais são constituintes do espaço e é a partir delas que o homem altera a natureza; c) as relações sociais de produção, consumo e reprodução (social) são determinantes na produção do espaço; d) o espaço deve ser estudado a partir das formas, funções e estruturas, e e) novas relações podem dar funções diferentes para formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui elementos de diferentes tempos.

Nestas proposições de Lefebvre (1974) a base para a construção do conceito de espaço geográfico (objeto de estudo da Geografia) que permitisse a inserção e consolidação da Geografia como ciência social. Para o estabelecimento do conceito de espaço geográfico, foi necessário “geografizar” essas proposições de Lefebvre, ou seja, operacionalizá-las no contexto das teorias e práticas próprias da Geografia. Santos (1996) apresenta a proposta de uma teoria

geográfica do espaço que comporta elementos propostos por Lefebvre, porém não se limita a eles, trazendo-os para a Geografia e constituindo o conceito de espaço geográfico que adotamos neste trabalho.

Para Santos (1996, p. 63) o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Para o autor, a natureza é a origem, ela provê as coisas, as quais são transformadas em objetos pela ação do homem a partir da técnica. “No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos.” (SANTOS, 1996, p. 65). Na ótica de Santos (1996, p. 33), a técnica é “[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza [...]” e é definida como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.”

Santos (1996, p. 37, grifos nossos) ressalta que as técnicas não devem ser analisadas isoladamente, e sim como um fenômeno técnico “[...] funcionando como sistemas que marcam as diversas épocas [...]” em que “[...] o ‘humano’ e o não humano’ são inseparáveis.” “Não se trata, pois, de apenas considerar as chamadas técnicas da produção [...] como um meio de realizar este ou aquele resultado específico. Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico.” (SANTOS, 1996, p. 37). As técnicas são propagadas de forma desigual e implantadas de forma seletiva no espaço. Os subsistemas técnicos de diferentes períodos combinam-se nos diferentes territórios e determinam as formas de vida ali possíveis (SANTOS, 1996). Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução. O principal a ser compreendido na noção de técnica de Santos é que ela é um conjunto de “instrumentos” que a sociedade utiliza para alterar a natureza e criar o espaço geográfico; é a técnica que une os sistemas de ações e os sistemas de objetos; ela permite a relação homem-natureza e homem-homem e, desta forma, a produção do espaço geográfico. Os objetos, que em conjunto com as ações formam o espaço geográfico, são tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida.

Os objetos são as formas espaciais e as ações são o conteúdo social. Ao alterar o espaço, a sociedade altera a si mesma. As formas de um determinado momento do passado

podem perder sua função original e passar a terem outra função no espaço. Este processo é chamado por Santos de rugosidade. As rugosidades são o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta dos processos de supressão, acumulação e superposição com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. Ademais, apresentam-se como formas isoladas ou como arranjos. Em síntese, a rugosidade é o espaço como acúmulo desigual de tempos (SANTOS, 1996).

Como categorias analíticas do espaço geográfico, Santos (1996, p. 22) propõe “a paisagem, a configuração territorial [ou configuração espacial], a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo.” Há, também, a necessidade de estudar os recortes espaciais a partir de temas como o “[...] da região e do lugar, o das redes e das escalas.” (SANTOS, 1996, p. 22).

A categoria configuração espacial (ou configuração territorial) é muito útil às nossas elaborações. Ela diz respeito ao espaço-materialidade, aos sistemas de objetos em que a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. A configuração espacial foi proposta por Santos (1996) quando ele concebeu o espaço a partir das relações sociais e da configuração territorial. A definição de configuração territorial é muito próxima àquela utilizada pelo autor para definir os sistemas de objetos, propostos por Santos (1996). Contudo, mesmo com esta nova proposição do espaço formado por um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, Santos (1996) não abre mão da categoria configuração territorial. Talvez, em razão de o termo evocar de forma mais clara os sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e [os] acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. Nesse sentido, utilizamos a categoria configuração territorial em nossas proposições como referência aos sistemas de objetos.

Cabe salientar que Santos (1996) diferencia o espaço social dos sociólogos (que é diferente do espaço social proposto por Lefebvre, embora também possa ter bases na sua teoria) e o espaço geográfico. No espaço geográfico, as ações e os objetos são indissociáveis e não podem ser considerados separadamente, pois, desta forma, não têm sentido. O espaço social está contido no espaço geográfico. Os objetos só têm sentido a partir da ação humana, a qual resulta nos objetos e é realizada sobre eles.

Brunet (1990) apresenta uma estruturação conceitual e metodológica para a Geografia. Suas proposições se diferenciam por incluírem, além das reflexões teóricas, a ênfase na operacionalidade dos conceitos; ele constrói seu trabalho a partir de um exercício de elaboração teórica e demonstração, o que inclui o mapa. Uma das principais proposições do

autor é a coremática, uma proposta teórico-metodológica para a análise do espaço geográfico com a qual o autor vem trabalhando desde a década de 1980. A concepção de espaço geográfico apresentada por Brunet (1990) é semelhante àquela apresentada por Santos: o homem produz (ou cria) o espaço a partir da alteração da natureza por meio de seu trabalho. Brunet (1990) define o espaço como produto que se torna condição de existência de seu próprio produtor. Para este autor:

O espaço geográfico é formado pelo conjunto de populações, por suas obras, suas relações localizadas, pelo seu meio de vida [...] Ele não pode ser confundido com os objetos que o povoam [...] Ele nasce com o trabalho das sociedades e só tem fim com ele. (BRUNET, 1990, p. 15).

Brunet (1990) destaca que o espaço possui a propriedade de ser localizável por meio dos diferentes lugares, os quais são únicos.

O espaço geográfico não é nem o espaço abstrato, homogêneo, isotrópico, contínuo e infinito das teorias econômicas, nem o espaço físico (dito natural). Ele deve ser visto como produto, atravessado por campos de forças, constitutivamente anisotrópico e mesmo fundamentalmente dessimétrico. (BRUNET, 1990, p. 15).

O autor considera cinco domínios de ação fundamentais das sociedades no espaço: habitar (abrigar, alojar), apropriar (possuir), explorar (produzir), trocar (comunicar) e organizar (gerir). Esses domínios são encontrados em todas as sociedades (antigas e modernas) e a partir deles a sociedade produz o espaço. Para Brunet (1990), o conceito de produção do espaço não deve ser confundido com o conceito de produção no sentido econômico; deve ser entendido em seu sentido amplo, filosófico. O autor escreve que “a humanidade produz sentido, pensamento, obras e eventos da mesma forma que bens e mercadorias. Se produz também espaço.” (BRUNET, 1990, p. 20).

De acordo com Brunet (1990), o espaço não é nada sem seus criadores, que são ao mesmo tempo seus usuários; ele é produzido por um conjunto de atores que possuem interesses convergentes ou divergentes, são cooperativos ou concorrentes. Cada ator possui sua estratégia, interesse e representação na produção do espaço. Seus objetivos se cruzam e são fonte de conflitos. Esses atores têm poderes desiguais e “uma avaliação adequada dos pesos respectivos e das interações dos atores é necessária para compreender um espaço. Seis grandes categorias de atores são listadas por Brunet: o indivíduo (e/ou a família), os grupos, as coletividades locais, o Estado, a autoridade supranacional e as empresas. Os atores formam o sistema que “[...]”

mantêm trocas e tensões em dois níveis: entre atores da mesma natureza e entre atores de natureza diferente.” (BRUNET, 1990, p. 53). Na produção do espaço, os sistemas de forças resultantes da interação entre os diferentes tipos de atores criam formas espaciais específicas, as quais Brunet (1990) denomina figuras geográficas. É sobre a análise dessas figuras geográficas que o autor vai estabelecer sua metodologia de análise espacial – a coremática (ver seção sobre a coremática).

Tanto as relações sociais quanto os elementos físicos são importantes na análise geográfica do espaço. Outro aspecto importante que confere geograficidade ao conceito de espaço geográfico é a diferenciação espacial, ou seja, o espaço é formado por um conjunto de lugares diferentes, resultado de interações particulares entre objetos e relações. A compreensão das causas, características e consequências desta diferenciação é um dos principais objetivos da Geografia. As concepções apresentadas nesta seção contribuirão para a estruturação teórica e às análises realizadas em nosso trabalho. O espaço geográfico, conceito amplo, como já afirmamos, requer para sua análise outros conceitos ou categorias analíticas, dos quais alguns já foram relacionados e definidos. O território é um dos conceitos que auxiliam na análise do espaço geográfico, pois é mais operacionalizável. Ele também é amplo e diverso e, em alguns casos, muito semelhante ao conceito de espaço geográfico. Por isso, neste trabalho, consideramos que os conceitos de espaço geográfico e território são indissociáveis na análise geográfica. Na próxima seção, apresentamos nossas considerações sobre o conceito de território e a sua indissociabilidade do espaço geográfico.

Parte-se do princípio de que para a análise geográfica é essencial compreender os conceitos de espaço geográfico e território como indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço. A análise geográfica mediante o conceito de território pressupõe analisar o espaço a partir de relações de poder.

É consensual que o território é indissociável da noção de poder e que é limitante concebê-lo unicamente como os limites político-administrativos dos países. O território deve ser estudado tomando como referência o espaço, porquanto é formado a partir do espaço geográfico, daí a indissociabilidade entre os dois.

Raffestin (1993) é uma importante referência para a construção do conceito de território na Geografia. O autor concebe o espaço como algo dado, ponto de partida. Diferentemente de nossa concepção de espaço geográfico, o autor considera o espaço como receptáculo: “o espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a

qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144, grifos do autor).

Não utilizar a concepção de território engendrada por Raffestin (1993) não quer dizer que não possamos dialogar com o autor e nos valer de algumas de suas proposições. A principal contribuição de Raffestin (1993) é a proposição de uma abordagem relacional do território, na qual este é indissociável do poder. Tomando esta proposição como referência, partimos do princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território. A intensidade e a forma da ação de poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios. Souza (2003, p. 79) enfatiza a dominação e a influência para o entendimento do território e indica que é essencial saber “[...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? [e também] quem influencia ou domina quem nesse espaço, e como?” Desta forma, assumimos que, dependendo dos objetivos do sujeito que produz o território, a ação de poder pode configurar apropriação, dominação ou influência.

Compreende-se, assim, que essas relações de poder são desempenhadas pelos sujeitos que produzem o espaço e têm objetivo de criar territórios, aos quais denominamos sujeitos territoriais. Estes são os mesmos sujeitos apresentados por Brunet (1990): o indivíduo (e/ou a família), os grupos, as coletividades locais, o Estado, a autoridade supranacional e as empresas. Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de territórios, os sujeitos promovem o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). Para caracterizar a disputa entre os sujeitos no processo de TDR, podemos utilizar a noção de poder proposta por Raffestin (1993), que a define como “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Com base nas proposições de Fernandes (2005), sobre territórios materiais e territórios imateriais, concordamos que o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão material e a dimensão imaterial. Estas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios e indispensáveis à análise geográfica. A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as ações, representações espaciais criadas, a disputa de forças

com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas de imprimir o poder.

As dimensões materiais e imateriais são intrínsecas, tendo em vista que a dimensão imaterial assegura a conquista, manutenção e expansão da materialidade do território. Nesse sentido, o discurso faz parte do território. A relação entre território e discurso se dá, segundo Delaney (2005, p. 17), a partir de “[...] visões de mundo ou presunções ideológicas, metafóricas ou metafísicas [...] e os modos com que essas representações são organizadas em esforços para justificar (ou criticar) a ação do poder.” O autor propõe, ainda, que o discurso pode naturalizar ou desnaturalizar compreensões do espaço, sendo que alguns discursos “[...] emergem como ‘dominantes’ ou ‘hegemônicos’ e se tornam consenso.” (DELANEY, 2005, p. 92).

Corroboramos Raffestin (1993) quando afirma que falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite, que pode ou não ser traçado. Contudo, acreditamos que ter o limite como uma pré-condição para a formação do território leva à redução da análise ao território-área, a qual se deve ter como uma das abordagens, mas não a única. Conforme propõe Haesbaert (2006), as redes surgem como novos elementos na configuração dos territórios, sendo possível falar de território-rede. Para o autor, é necessário compreender o convívio entre territórios-área e territórios-rede, sendo os últimos “[...] marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território ao outro.” (HAESBAERT, 2006, p. 337). A compreensão da relação entre esses territórios demonstra que, ao contrário do que fazem acreditar os discursos da globalização, o território ganha cada vez mais importância (HAESBAERT, 2006).

O papel das redes é indispensável ao entendimento do território, como pode ser notado em Souza (2003), Sposito (2004) e Haesbaert (2006). O último, partindo desta nova realidade na formação dos territórios, propõe a multiterritorialidade como redominância de relações sociais construídas a partir de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos. Para ele, a multiterritorialidade se configura pela

[...] possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaçotemporais proporcionadas através do ciberespaço. (HAESBAERT, 2006, p. 344, grifos do autor).

Deste modo, é possível dizer que o território-rede pode se configurar como uma rede que articula territórios-área e não possui necessariamente a característica da exclusividade.

Por não ter necessariamente a característica da exclusividade, nos territórios-rede são mais comuns relações de poder que denotam influência. Esses territórios podem se superpor, pois a área (extensão) nem sempre é importante para todos os sujeitos territoriais; pode ser que lhes interesse a influência sobre os pontos para a elaboração de redes, ou então os outros sujeitos (a mão de obra, os consumidores, fiéis, eleitores etc.). Mesmo que a superfície seja importante para o território de um determinado sujeito, outros territórios poderão se estabelecer na mesma área, caso não disputem dimensões com o sujeito territorial que a domina, tanto por meio da propriedade como de outro tipo de dominação exclusiva. Esses territórios não são excludentes e, caso não haja coincidência de interesses entre eles, podem coexistir; ao contrário, surge uma relação conflitiva.

Souza (2003) propõe o conceito de território cíclico. Este tipo de território tem como característica a alteração dos tipos de acordo com ciclos nos quais uma ação ou outra seja conveniente para o sujeito territorial. Como exemplo, podemos tomar um fenômeno que ocorre na fronteira agropecuária brasileira: em períodos nos quais a viabilidade de produção de grãos não é favorável, as terras são utilizadas para criação de gado bovino, mas, assim que a primeira atividade torna-se mais lucrativa do que a pecuária, os proprietários retomam a produção de grãos.

A propriedade privada ou coletiva da terra é um território importante em nosso trabalho e é expressa pela relação de dominação. Fernandes (2008), em um trabalho que critica a visão do território como uno (como apenas território do Estado), destaca a importância da propriedade para entender o território. Para o autor, a propriedade é um território estabelecido sobre o que ele denomina primeiro território ou espaço de governança. Este primeiro território pode ser o estado, a microrregião, o município, o distrito etc. A propriedade é uma fração do espaço de governança. Estes dois territórios são interdependentes porque as ações deflagradas em um causam impactos no outro.

A interdependência é assegurada pelos princípios da multiescalaridade e da multidimensionalidade. O primeiro princípio diz que a ação deflagrada em um território em determinada escala causa impactos em todas as outras escalas. O segundo princípio estabelece que a interferência em uma dimensão do território ocasiona alterações em quase todas suas outras dimensões. Nesse contexto, Fernandes (2008) também toma a análise territorial a partir do espaço geográfico, pois, segundo o autor, a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço, ou seja, o território comporta todas as dimensões do espaço, mas é particular por sua delimitação.

Outra abordagem do território é a que o relaciona à área sob domínio do Estado. Esta abordagem, que talvez seja a mais utilizada, inclui as divisões administrativas/malhas estabelecidas pelos países para a gestão. Cada unidade dessas divisões pode ser tomada como um território. Essa concepção de território é comum nas ações do governo em políticas de ordenamento territorial. Também utilizam esta concepção os pesquisadores que tomam como recorte para suas análises os limites político-administrativos e enfatizam o papel do Estado na produção do espaço. Apesar das críticas a esta abordagem de território, ela é particularmente útil na análise geográfica dos países, de suas dinâmicas internas e com o exterior. Este tipo de análise pode ser visto nas obras de Milton Santos e Roger Brunet, que adotam uma leitura particular por meio dessa abordagem de território. A concepção apresentada pelos autores insere a noção de território como espaço de um país apropriado por um povo.

Os trabalhos de Roger Brunet demonstram que ele utiliza o conceito de território como espaço do país; o espaço sob domínio político-administrativo do Estado. Em Brunet (2004), o território é um recorte espacial horizontal (os limites do país). A partir deste recorte, Brunet (2004) realiza uma análise espacial, ou seja, uma análise do espaço territorializado pelo Estado. O autor, apesar de utilizar o conceito de território, desenvolve toda sua análise baseando-se nas proposições apresentadas em Brunet (1990) para a compreensão do espaço. Assim, para o autor, o território é o espaço do país. Neste caso, como a análise espacial é feita a partir da delimitação do território (limite do país), ela também pode ser feita a partir do limite das regiões ou outras divisões político-administrativas internas. Como exemplo, Brunet (2004) analisa a região Nord-Pas-de-Calais (região político-administrativa francesa).

Em Brunet (1990, p. 17), o autor conceitua o território “[...] em função do sentimento de apropriação de um espaço [...]. Um povo alienado de seu espaço não tem território.” Ele enfatiza a diferença entre espaço e território: “a idéia de território é ao mesmo tempo mais vigorosa e mais restrita do que aquela de espaço, que a contém. O geógrafo estuda o espaço geográfico e os espaços; alguns desses são vividos como territórios. Substituir uma palavra pela outra não tem sentido.” (BRUNET, 1990, p. 17). Essas colocações de Brunet demonstram que, para ele, o território é formado a partir do espaço. Brunet, Ferras e Théry (1993) referenciam o território à projeção sobre um dado espaço das estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a forma de repartição e gestão do espaço, a organização deste espaço. Neste sentido, ao analisar o uso do conceito de território em Brunet (2004) e a conceituação de território apresentada em Brunet (1990), podemos dizer que a sua visão do conceito considera, ao mesmo tempo, a vertente político-administrativa, vinculada ao Estado,

e a visão cultural de apropriação, ligada ao espaço vivido por um povo. Assim, o povo de um país se apropria do espaço sob jurisdição do seu Estado e os países são expressões desses territórios.

Santos (1996) apresenta uma concepção de território muito próxima daquela de Brunet (1990). Os autores realizam um exercício de operacionalização das construções teóricas de Santos (1996), principalmente, aquelas apresentadas em Santos (1996). Ao escreverem sobre o território como espaço de um país, os autores propõem a noção de “espaço territorial”, que significa a presença de um Estado, de um espaço e de uma nação (ou mais nações). Para os autores, o território, anterior ao espaço geográfico e, portanto, a base material, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico. Neste contexto, a análise se daria a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico. De acordo com Santos e Silveira (2008, p. 247), “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política.”

Santos et al. (2000) propõem que o território usado é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos dos processos socioterritoriais. A proposição do conceito de território usado está voltada principalmente à operacionalização do conceito de espaço geográfico. Mesmo propondo a categoria de território usado e assumindo a análise a partir dela, os autores usam território durante todo o trabalho. O território, da forma como é utilizado pelos autores, diz respeito ao espaço do país (sistemas de ações e sistemas de objetos) e, também como em Brunet (2004), inclui na análise tanto as dinâmicas/configurações internas do Brasil como a sua relação com outros territórios.

A abordagem do território como o espaço de um país, utilizada por Santos (1996) e Brunet (1990), possibilita um uso diferenciado do conceito de território e contribui para a análise das dinâmicas e configurações do território brasileiro. Apesar da utilidade desta abordagem para a análise geográfica, compreendemos que o conceito de território não pode ser limitado a ela. O território é um conceito mais amplo e deve ser utilizado, também, de acordo com as outras abordagens expostas nesta seção.

Os conceitos de espaço geográfico e território, como foram aqui definidos, são utilizados no trabalho como direcionadores de nossas elaborações e análises. Do conceito de espaço geográfico, temos como referência a necessidade de considerar sistemas de objetos e

sistemas de ações de forma indissociável em um processo contínuo pelo qual a sociedade transforma a natureza, construindo e reconstruindo o espaço mediante o seu trabalho. Esta concepção leva a pensar na interação entre as forças criadoras; os sujeitos sociais que, por meio de suas estratégias, influenciam a produção do espaço. Daí surge o território, resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito territorial, que é movido pela intencionalidade. Neste sentido, como o leitor observará adiante, espaço geográfico e território são fundamentais para a proposta da Cartografia Geográfica Crítica e para a análise da questão agrária, posto que em ambos os casos o que está em questão é o espaço e o poder.

Deste modo, espacialmente, compreende-se o território como a condição fundamental para que os movimentos sociais, sobretudo os de luta pela terra, formem-se ou fortaleçam-se. Por isso a denominação movimentos socioespaciais ou socioterritoriais, que tem como fundamento teórico a análise das principais ações desses movimentos: ocupação, trabalho de base, formação de acampamentos, negociações políticas, organicidade, espacialização e territorialização. Assim, o território passa a ser compreendido como resultado das ações de um ou mais sujeitos sobre o espaço, as quais são lançadas por meio de um valor projetado, de interesse e apropriação de uma determinada parcela do espaço, essencialmente, como relações marcadas pelo poder.

O assentamento, resultando do processo de luta pela terra, pode ser compreendido como território, o local onde os assentados vivem, cultivam a terra, com um sentimento de pertencimento, uma vez que lutaram por aquele território e depositaram sobre ele seus sonhos e anseios de ter seu “pedaço” de terra. Nota-se que o assentamento compreendido como território é uma área na qual quem produz possui vínculos históricos e identitários relacionados com o espaço físico ocupado, ou seja, é uma dada porção do espaço geográfico na qual se dão todas as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais dos sujeitos envolvidos com a luta pela terra e a territorialização do assentamento, necessárias à sua reprodução social em um tempo determinado. É, ainda, palco para as atuações do Estado como gestor do território, interlocutor de políticas públicas para a implantação e segmento dos assentamentos rurais ou dos demais setores agrícolas brasileiros.

Compreendido o assentamento como território, surgem as seguintes questões: como as famílias assentadas estabelecem relações de trabalho? Como se dá o modo de vida no assentamento? A partir destas perguntas, na próxima subseção, analisamos a categoria agricultura familiar, tendo em vista que os assentamentos rurais foram institucionalizados

obedecendo a um caráter estritamente familiar, bem como porque, durante o trabalho de campo no assentamento Chico Mendes, surgiram aspectos característicos desse segmento.

2.2 Abordagens sobre o conceito de Agricultura Familiar

Quando se trata de desenvolvimento territorial, torna-se difícil encontrar ou propor uma definição, devido à abrangência de seu significado. Em meados do século XVIII, o conceito de desenvolvimento passou a ser utilizado como sinônimo de crescimento, industrialização e modernização, ou seja, desenvolvimento estava ligado à ideia do capitalismo consolidado. Na ideologia econômica atual, o desenvolvimento é o ponto principal das políticas públicas e iniciativas privadas. No Brasil, o discurso do Estado instiga a população a crer que apenas poderia se desenvolver utilizando o modelo econômico vigente em países dito desenvolvidos. Tal ideologia esteve presente no período da ditadura militar, em que se buscava inserir o país no mercado internacional. Assim, a modernização da agricultura, na década de 1970, procurou desenvolver a agricultura nos padrões capitalistas internacionais.

A agricultura considerada desenvolvida demonstrou, após alguns anos, extrema divergência social e econômica no campo, onde os menos favorecidos buscaram estratégias para se enquadrarem no modelo capitalista de desenvolvimento. Neste contexto, o Estado criou o PRONAF com o intuito de desenvolver o cenário agrário brasileiro, voltando seus benefícios para o setor dos menos favorecidos, reconhecidos como agricultores familiares.

À medida que acontece o desenvolvimento do capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos. Desta forma, o capital se apropria do trabalho "livre" para a sua reprodução. Desenvolve-se, assim, uma relação social, em que, de um lado, o capitalista compra a força de trabalho – porquanto esta é fundamental para a reprodução ampliada do capital – e, do outro lado, o trabalhador vende a força de trabalho – pois isto é fundamental para a sua sobrevivência. Criam-se, dessa maneira, a propriedade capitalista e o trabalho assalariado. Contudo, a reprodução ampliada do capital não acontece somente dessa forma, ou seja, por ser desigual e contraditório, o capitalismo não domina somente de modo real as relações de trabalho e produção. Isto significa que o capitalismo não se desenvolve e se expande de forma linear. No seu desenvolvimento e expansão, o capitalismo implanta relações de trabalho assalariado e/ou implanta e subordina de modo formal outras relações, por exemplo, as relações de trabalho e de produção não capitalistas, como o trabalho familiar e a parceria. O capital é uma relação

social que é, antes de qualquer coisa, uma relação de expropriação e de exploração. Ele gera, de um lado, os exploradores e, de outro, os explorados; produz a fartura e a fome. Este é o caráter inerente da contradição do desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1994).

Diante dessa realidade, os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, por meio das lutas sociais, no enfrentamento com o Estado, com os proprietários de terra e com os capitalistas. Não é só a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade. Como exemplo de resistência à introdução das relações capitais no campo, temos a formação das Ligas Camponesas, iniciada por volta de 1945, quando chegava ao fim a ditadura do governo Vargas, que durou 10 anos. As Ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os estados e organizaram dezenas de milhares de camponeses. Elas tinham o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual eram dependentes. Em 1947, o governo Dutra declarou o PCB ilegal e, com a repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços (FERNANDES, 1999).

Tratar sobre o capital e o papel das Ligas Camponesas remete à discussão do termo camponês, figura que representa os sujeitos à margem do capital inserido no campo, expropriados e envolvidos com a luta pela terra. Segundo Almeida (2006), sobre o campesinato no cenário agrário brasileiro, faz-se necessário compreender que:

A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência na luta pela terra, essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la. É o surgimento do Estado que delimita o nascimento do campesinato, na característica que lhe estrutura, a subordinação. A partir de tal marco, o cultivador primitivo passa a obedecer a sanções. Em sociedades de diferentes formas de organização cabe ao camponês a condição subalternizada. Subalternização revelada ainda pela transferência de excedentes para classes dominantes. Trata-se de uma relação marcada pela assimetria de poder. (ALMEIDA, 2006, p. 31).

Desta forma, o camponês pode ser representado como o sujeito do campo, dominado pelas camadas da sociedade detentoras de poder e terras. Conforme Fockink (2007), o camponês sempre desempenhou a mesma função, que é a de fornecer mão de obra à minoria privilegiada. Com a inserção das atividades capitalistas de produção no campo, o camponês encontra-se diante de um grande obstáculo a ser superado: melhorar a qualidade do serviço

prestado ao proprietário da terra. Não superando tal obstáculo, o camponês passa a residir na cidade, alterando sua dinâmica de vida.

Para Oliveira (2007), a inserção do capital no campo favorece a concentração de terras, as quais se tornam reserva de valor ou patrimonial, gerando exclusão. Neste cenário, a maioria dos filhos dos camponeses com superfície inferior a 10 (dez) hectares jamais terá condições de se tornar camponesa nas terras dos pais. Restam, então, apenas dois caminhos aos herdeiros: um os levará à cidade e o outro à luta pela terra. Sobre esta temática, Andrade (1986) defende que:

O termo camponês, geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a grande comunidade de habitantes do campo que se dedica à exploração agrícola, visando precipuamente o auto abastecimento, não era usado no Brasil para indicar os nossos trabalhadores, até meados do séc. XX, quando estes se organizaram em associações e passaram a reivindicar seus direitos frente aos grandes proprietários. A partir de então as correntes políticas de esquerda que apoiavam estes movimentos passaram a chamar, de forma generalizada os trabalhadores rurais de camponeses, daí o nome das chamadas ligas camponesas, popularizando essa denominação. (ANDRADE, 1986, p. 6).

De acordo com Abramovay (1992),

Não é o estudo de sua inserção na divisão social do trabalho e o papel que aí ele desempenha que explicam o comportamento camponês: ao contrário, é pelo estudo de seu comportamento que se pode compreender a maneira como ele, enquanto “unidade subjetiva tecnológica”, se insere socialmente. Em outras palavras, o mercado a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponível são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental, mas não explica por si só este objetivo e, portanto, a conduta do agricultor. (ABRAMOVAY, 1992, p. 60).

Outro aspecto, também essencial à compreensão do camponês tradicional, é seu sistema produtivo do tipo policultura-pecuária. A diversificação de culturas configura-se como parte da estratégia adotada pela família camponesa, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos. Nesse aspecto, vale ressaltar que, diferentemente da situação clássica, o camponês no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. Devido a esse caráter marginal, ele encontra dificuldades para implantar sistema produtivo do tipo policultura-pecuária. A ausência de animais domésticos, ou a pouca área disponível para eles, sempre afetou a possibilidade de fertilização natural, o que o camponês compensava (e ainda compensa) com constantes deslocamentos em busca de áreas de cultivos (ALTAFIN, 2009).

Dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado à modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, o conjunto de agricultores passa a ser classificado conforme o tamanho de suas áreas e de sua produção, sendo divididos em pequenos, médios e grandes. Interessava-se, assim, escamotear desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais. Visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural, o camponês passa a ser reconhecido como pequeno produtor, uma vez que o termo camponês esteve associado ao morador do campo atrasado, maltrapilho, envolvido com conflitos, pressupondo um contexto nacional de repressão política e social.

Ressalte-se que a ideia de pequeno não tem ainda um conteúdo conceitual próprio e que, com esta terminologia, objetivava-se desideologizar a questão, correspondendo ao período político que se estava vivendo. Nesse contexto, o conceito de pequena produção tinha um caráter operacional, normalmente vinculado à caracterização empírica dos grupos estudados, deixando de lado a discussão sobre o camponês – categoria carregada de significado ideológico e político (OLALDE; PORTUGAL, 2004).

Deste modo, em meados de 1990, a agricultura baseada no trabalho familiar recebeu nova denominação, a de agricultura familiar, adotada pelo Estado brasileiro a fim de promover o desenvolvimento no meio rural como estratégia para sanar os conflitos no campo. Esta nova nomenclatura foi implantada em 1996, culminante com a criação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob o decreto nº. 1.946 e, posteriormente, pela Lei nº 10.186 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de crédito e projetos de estruturação de assentamentos rurais. Segundo Schneider (2003b),

A incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais, de outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar. (SCHNEIDER, 2003b, p. 100).

Sob a perspectiva conceitual entre camponês e agricultor familiar, Fernandes (2005) aponta duas vertentes: uma que considera o fim do camponês e outra que defende a sua metamorfose, que, gradativamente, transforma-o em agricultor familiar sob influências do capitalismo e da política. Com o emprego do termo agricultura familiar, acredita-se fortalecer

o desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim, a partir da década de 1990, o camponês é fantasiado de agricultor familiar com o propósito de atender a estratégias políticas de desenvolvimento territorial e à inserção de capital no campo.

Em relação às abordagens conceituais da agricultura familiar, Januário (2013) afirma serem assim caracterizados aqueles que praticam atividade do meio rural, contemplando os seguintes requisitos: a) não detenha, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas desenvolvidas em seu estabelecimento ou empreendimento; c) tenha renda familiar, em sua maior parte, originária das atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006).

Conforme estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), define-se agricultura familiar a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996).

Todavia, acreditando na diversidade e na heterogeneidade das explorações rurais familiares, adotamos a terminologia de agricultura familiar proposta por Abramovay (1992).

A definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três

atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1992, p. 3).

O autor ressalta três traços básicos da agricultura familiar: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família (ABRAMOVAY, 1992).

Também se busca afastar a análise da agricultura familiar da ideia de pequeno produtor, de agricultor de subsistência e de outras categorias que implicam pobreza, atraso ou inferioridade desse tipo de empreendimento em relação a outras categorias de produtor, em que a questão da agricultura familiar seria apenas objeto de uma política social compensatória. Nesse sentido, a mensagem implícita é que o agricultor familiar não precisa ser pobre, nem pequeno, nem estar condenado inexoravelmente à extinção, como parece confirmar a experiência internacional.

Para reforçar o papel da agricultura familiar, seria necessário o apoio do governo mediante políticas públicas e a construção de um pacto social amplo que escolha aos agricultores familiares como protagonistas de um processo de desenvolvimento rural. Por outro lado, além de se tratar de empreendimentos economicamente viáveis, os empreendimentos familiares permitiriam, também, cumprir uma série de funções associadas aos novos paradigmas, expressas no conceito de sustentabilidade, fomento à pluriatividade e ao desenvolvimento territorial, que contribuiriam para o desenvolvimento sustentável (OLALDE; PORTUGAL, 2004).

Os agricultores familiares são vistos como atrasados em termos econômicos, tecnológicos e sociais e voltados à produção de alimentos básicos com uma lógica de subsistência. Esta imagem estereotipada da agricultura familiar parece estar longe de corresponder à realidade. Para Savoldi e Cunha (2010), o universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres – que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável – até famílias com dotação de recursos, terra, capacitação, organização e conhecimento. Dessa forma, para que a utilização da categoria agricultura familiar seja útil e desejável para fins de política, é preciso assumir, em profundidade, as consequências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como de fato eles são: diferentes entre si, não redutíveis a uma única categoria simplesmente por utilizarem predominantemente o trabalho familiar.

Sobre a organização do trabalho e o “viver” na agricultura familiar, Mendes (2005) aborda que:

Nas unidades de produção familiar, a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que o propósito imediato da produção é a satisfação das necessidades essenciais da família e sua integração no mercado. A divisão do trabalho no estabelecimento e nos serviços domésticos é feita entre todos os membros da família (grupo doméstico), considerando a capacidade de cada um (idade, sexo e habilidades). Cabe ao chefe da família a distribuição das tarefas no estabelecimento. A combinação entre o trabalho familiar e os negócios caracteriza a essência de uma unidade de produção e de consumo, em que o agricultor é, ao mesmo tempo, proprietário, administrador e trabalhador, estabelecendo uma combinação família-empresa. A partir de sua organização interna e sua inserção social são estabelecidas as estratégias familiares. (MENDES, 2005, p. 61).

Tais aspectos podem ser observados nas famílias do assentamento Chico Mendes, onde a administração das atividades agrícolas exercidas nos lotes é de inteira responsabilidade delas, assim como a divisão do trabalho, em que cada membro exerce a atividade que lhe compete conforme a sua capacidade e, quando necessário, auxilia nas demais. O capital destinado à manutenção do lote e à subsistência da família depende do lucro da atividade agrícola ou provém de financiamentos, empréstimos, do trabalho externo ao lote ou, ainda, da previdência.

As técnicas agrícolas utilizadas, o modo exclusivo de cultivo e as crenças estabelecem o vínculo entre o homem e a terra. Quando possível e de acordo com o capital e a atividade desenvolvida, pode ocorrer a contratação de funcionários temporários, o trabalho em parceria ou, até mesmo, os mutirões e trocas de favores para auxílio no trabalho no campo. Outro fato relevante na agricultura familiar é a busca dos pais por condições de manter os filhos no campo. Na maioria dos casos, os filhos mais velhos desfrutam do “pedaço de terra” dos pais sem uma divisão legal, transferindo o “amor pela terra”, o que dificulta a geração de situações socioeconômicas distintas, assegurando a sucessão do patrimônio sociocultural, fato este que pode ser constatado nas famílias do assentamento Chico Mendes e se expressa, também, nas relações de parentesco e vizinhança. Concernente a isso, Mendes (2005) afirma que:

A transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho. As crianças começam a trabalhar desde cedo. O conhecimento técnico, aprendido ao decorrer da formação do adolescente, é visto como essencial para assegurar a sua própria produção. A terra para este segmento de produtores encerra um conjunto de significados morais, de valores e de possibilidade de reprodução da estrutura social e o domínio do saber trabalhar permite ao homem a

constituição de nova família, revigorando a relação entre trabalho, terra e família. (MENDES, 2005, p. 62).

A partir disso, entende-se que a agricultura familiar se articula de diferentes maneiras e intensidades entre seus elementos – família, terra e trabalho – adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do Produto Interno Bruto nacional (PIB) e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Ainda segundo o Censo, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Os dados supracitados ressaltaram a contribuição da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro, elucidando o seu potencial para a geração de emprego e renda no campo. Todavia, devido às condições vulneráveis em que se encontra esse segmento da agricultura, surge a necessidade de uma política especial. As ocupações de terras e as pressões dos movimentos socioterritoriais sobre o governo brasileiro, em busca da formulação de políticas que atendessem aos camponeses, fomentaram a criação de políticas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tendo em vista as tipificações acadêmicas ou a delimitação legal do conceito, constata-se que o uso do termo “agricultura familiar” no Brasil evidencia a sua amplitude e suas aplicações em escala local e regional. As múltiplas funções da agricultura familiar no âmbito econômico-social dos territórios dizem respeito ao seu papel de garantir a segurança alimentar, seja pela produção agrícola ou pela capacidade de acesso aos alimentos. Corroborando as discussões de Altafin (2009), o universo da agricultura familiar exhibe grande capacidade produtiva, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento do país, mesmo com o pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. De outro lado, é também nesse setor que está a metade dos brasileiros em situação de risco, vivendo abaixo da linha de pobreza.

Nesse sentido, o apoio produtivo à agricultura familiar é visto como um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar, o que demonstra a necessidade de maiores investimentos e assistência técnica nesse setor. A subseção seguinte apresenta as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, com foco no PRONAF.

2.3 O PRONAF como estratégia para o desenvolvimento territorial rural

As políticas públicas têm como objetivo central solucionar os problemas dos setores mais marginalizados da sociedade, considerados vulneráveis. Estas políticas visam a ampliar e efetivar os direitos de cidadania dessa população e objetiva, também, promover o desenvolvimento, criando alternativas para a geração de empregos e de renda, com o intuito de fazer com que essas pessoas sejam novamente inseridas na sociedade sem serem discriminadas. No Brasil, as políticas públicas para o setor agropecuário foram direcionadas para a categoria de produtores mais capitalizados, por terem a capacidade de responder rapidamente aos instrumentos de intervenção utilizados pelo governo para modernizar a agricultura, criando um mercado para a indústria de máquinas, equipamentos, adubos químicos e agrotóxicos que estavam se desenvolvendo. A produção da agricultura familiar, por sua vez, por ser destinada ao abastecimento do comércio interno, não recebe apoio, incentivos e somente alguns programas são direcionados para o desenvolvimento deste segmento, demonstrando, mais uma vez, que ele está sendo deixado de lado pelo governo (GUIMARAES, 2015).

Segundo Savoldi e Cunha (2010), este cenário começou a mudar recentemente com a instituição de políticas agrícolas diferenciadas para os diversos tipos de produtores rurais. Por exemplo, a criação do PRONAF atendeu uma antiga reivindicação dos trabalhadores rurais que colocava a necessidade da formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado da agricultura brasileira, tanto em termos de capacidade técnica como de inserção nos mercados agropecuários. O PRONAF vem se transformando rapidamente em uma alternativa concreta para amplos segmentos da produção familiar brasileira. De um modo geral, pode-se dizer que, até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política especial para o segmento da agricultura familiar.

Assim, a política de crédito rural exerce o papel de gerador de oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades. Além disso, este crédito traz a modernização do campo e auxilia e estimula a permanência das famílias na agricultura, fortalecendo o processo de sucessão na agricultura familiar. Conforme a definição prevista pelo Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964), entende-se por política agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra que se destinem a orientar, no

interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Estima-se que o crédito rural possa garantir ao produtor rural sua perfeita integração social e ativa participação no processo de desenvolvimento. Uma política agrícola que formalize planos de ação para que o produtor possa adquirir seus insumos, produzir e escoar a sua produção. Uma política agrícola com ênfase no associativismo e cooperativismo, que oportunize ao homem do campo condições para manejar racionalmente a sua unidade produtiva dentro da região climática e edafológica (ciência que estuda os solos) em que está situado. Também faz parte da política agrícola dotar a área rural de condições de infraestrutura básica para o desencadeamento do processo produtivo rural. Assim, com todos esses anteparos, poderá ter o agricultor condições de eleger com a maior segurança possível os mais diversificados tipos de exploração agrícola que deseja praticar em sua propriedade rural (GONÇALVES, 2008). Para Graziano da Silva (2010):

Infelizmente muitas das análises sobre a questão agrária no Brasil ainda reforçam uma visão de que os grandes proprietários rurais estão representados de forma monolítica no Estado; e as políticas agrícolas e agrárias são assumidas como a expressão desta representação no sentido de se manter o controle da propriedade privada da terra nas mãos de uma determinada classe social. Elas refletem uma determinada concepção na qual o Estado é visto tão-somente como o representante dos interesses da classe social dominante – a burguesia, enquanto proprietária dos meios de produção. E suas ações – as políticas públicas – como a expressão de uma pretensa “racionalidade global do capital”, que procuraria eliminar (ou pelo menos minimizar) as contradições próprias de uma sociedade de classes. (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p. 168, grifo nosso).

O marco histórico da inserção da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996 (primeiro mandato do governo FHC). A princípio, o PRONAF ficou sob a governança do Ministério da Agricultura. Porém, desde seu surgimento, passou por diversas alterações e aperfeiçoamentos para ter maior capacidade de operacionalização. Atualmente, a administração do Programa pertence ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na década da criação do PRONAF, a agricultura familiar ganhou destaque no cenário nacional com a divulgação do Relatório FAO/INCRA (1996). Este documento classifica os agricultores familiares em relação às suas propriedades, citando as relações existentes dentro da propriedade familiar, na qual o trabalho e a gestão estão intimamente

relacionados; a direção do processo produtivo é assegurada diretamente pela própria família; ocorre ênfase na diversificação de produtos; há destaque na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; quando há contratação de terceiros, é um trabalho assalariado complementar e as decisões são imediatas, decididas pela própria família (FAO/INCRA, 1996).

O PRONAF foi formulado com o propósito de mitigar a pobreza nas pequenas unidades agrícolas. O camponês, representado pelo Estado como agricultor familiar, começou a receber atenção nas políticas públicas e a ideologia que as direcionara a partir de então será a do desenvolvimento local. Assim, pode-se entender o PRONAF como uma política pública de desenvolvimento territorial pautada na busca pelo desenvolvimento local, a fim de trazer melhorias para a população rural. Esta política oferece aos agricultores a obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas à realidade da agricultura familiar; o aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade e, para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito em até cinco anos. Dessa forma, o PRONAF propicia o financiamento de atividades agrícolas com a finalidade de atender às dificuldades de acesso ao crédito do agricultor familiar e minimizá-las, melhorando sua condição de vida no campo e se transformando em um dos principais apoiadores dessa agricultura.

Para terem acesso aos financiamentos do PRONAF, era necessário que os agricultores se enquadrassem na nova categoria que surgia no espaço agrário, ou seja, de agricultor familiar. Em relação a esta abordagem, aponta-se o estudo realizado em 1994 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o INCRA, que definem a agricultura familiar com base em quatro critérios: 1) predomínio da mão de obra familiar – o limite de dois empregados permanentes, além da contratação da mão de obra eventual, parte de um cálculo em que as propriedades familiares possuem em média 3 postos de trabalho da família; 2) área até 4 módulos fiscais – no plano de safra 2004/2005, o limite já é de até 6 módulos fiscais para sistemas em que predomina a produção pecuária; 3) residência no estabelecimento ou em aglomerado próximo e 4) renda – a renda agrícola e não agrícola devem ser geradas predominantemente de atividades no estabelecimento. Os limites de renda em atividades não agrícolas fora do estabelecimento variam de 70% para o grupo B e até 20% para o grupo E (grupos descritos logo abaixo).

O PRONAF reconhece a pluriatividade na agricultura familiar focando a família no estabelecimento rural. O crédito no PRONAF estabelece limites de volume de recursos, taxas de juros e descontos de pagamento sobre o principal, considerando as condições de cada grupo de produtores, em particular a renda. Assim, temos:

- Grupo *A*, formado por beneficiários dos programas de Reforma Agrária e Crédito Fundiário. Por serem agricultores que precisam de forte apoio para sua consolidação, são os que podem receber maior volume de recursos para investimento (até R\$13.500,00 mais R\$ 1.500,00 de assistência técnica), menor taxa de juros (1,15% ao ano) e maior nível de subsídio (46% de descontos para o pagamento do principal no prazo).

- O grupo *B* que são os agricultores abaixo da linha de pobreza e contam com um empréstimo de até R\$ 1.000,00, dentro de suas possibilidades de investimento, com juros de 1% ao ano e descontos de 25% sobre o principal.

- Os agricultores do grupo *C*, com renda de R\$ 2.000,00 até 14.000,00 ao ano, podem receber crédito para investimentos de até R\$ 6.000,00, com 3% de juros ao ano, descontos de R\$ 700,00 sobre o principal e valores de custeio de até 3 mil com juros de 4% ao ano e descontos de R\$ 200,00.

- Os agricultores do grupo *D*, com Renda de até R\$ 40.000,00, contam com valores de investimento de até R\$ 18.000,00, juros de 3% ao ano e, valores até R\$ 6.000,00 para custeio, com juros de 4% ao ano.

- A partir do Plano de Safra 2003/2004 temos o grupo *E*, no qual os agricultores podem ter renda bruta de até R\$ 60.000,00. Com a criação deste novo grupo, o Programa reconhece que existe um segmento da agricultura familiar mais capitalizado que não vinha recebendo apoio do PRONAF, mas que também deve ter condições de crédito especiais para ampliar a sua capacidade de produção. Na Safra 2004/2005, esse novo grupo conta com linha de crédito com valores de investimento de até R\$ 36.000,00 e de custeio de até R\$ 28.000,00, com juros de 7,25% ao ano.

A partir das características que definem o agricultor familiar, em 28 de junho de 1996, sob decreto nº 1946, o PRONAF foi instituído com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares, aumentar sua capacidade produtiva, gerar empregos e melhorar sua renda. Depois de implementado, o Programa estabeleceu três linhas de financiamento: Capacitação, Infraestrutura e Serviços, Crédito. Estas linhas surgem como estratégias para minimizar as dificuldades econômicas dos agricultores familiares nos municípios menos favorecidos economicamente, fortalecendo esta categoria em prol do desenvolvimento territorial. As linhas de Capacitação, Infraestrutura e Serviços serão orientadas pelos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), elaborados pelo Concelho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), cuja existência é obrigatória nos municípios beneficiados pelo PRONAF (GARCIA, 2015)

Dessa maneira, o PRONAF Capacitação visa a promover as habilidades dos agricultores tanto para atuar politicamente nos CMDRS quanto para o desenvolvimento de atividades variadas no campo. O PRONAF Infraestrutura e Serviços, ao seu turno, objetiva a implantação, ampliação e modernização da infraestrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar. A linha Crédito atende a territórios rurais e não municípios, apoiando as atividades agropecuárias e não agropecuárias dos agricultores e suas associações. Esta linha possui três categorias: o custeio, o investimento e a comercialização (Tabela 4), as quais são oferecidas de acordo com o enquadramento dos agricultores em grupos estabelecidos pelo programa. A modalidade de Crédito apresenta maior liberação de recursos do Programa, uma vez que a negociação é feita diretamente entre o agricultor e o banco – na maioria das vezes, o Banco do Brasil (GARCIA, 2015).

Ainda sobre o PRONAF Crédito, a linha de crédito de custeio é voltada para o financiamento de despesas geradas em cada plantio, em cada safra ou em cada ciclo de produção. Ademais, pode ser renovado automaticamente quando o pagamento for efetuado na data do contrato entre o agricultor e a instituição financeira. A linha de crédito de financiamento destina-se à implantação, modernização e ampliação da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários (correção do solo, compra de animais ou implementos e máquinas agrícolas, construção de cerca). O crédito para comercialização permite aos agricultores melhorarem o armazenamento e a conservação de seus produtos para vendas futuras (GARCIA, 2015).

Consoante as regras do Plano “Safrá 2007/2008”, podem acessar os financiamentos do PRONAF as famílias de agricultores assentadas da Reforma Agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não agropecuárias no meio rural. Para tanto, eles precisam comprovar, mediante Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que se enquadram na categoria agricultura familiar. A DAP, no caso de assentamentos de Reforma Agrária, é fornecida pelo INCRA e, em outros casos, pode ser emitida pelos sindicatos de trabalhadores rurais ou pela EMATER. Vale acrescentar que a DAP deve ser fornecida gratuitamente, com validade de três anos, podendo ser renovada.

Há três modelos de DAP ao alcance dos agricultores familiares, quais sejam: 1) DAP Principal: identifica e qualifica os responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Rural (UFPR) denominados Titular 1 e Titular 2; 2) DAP Acessória: identifica os filhos e filhas (DAP Jovem) e as mulheres agregadas a uma UFPR (DAP Mulher) e deve, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal – é importante não confundir a DAP Mulher (DAP Acessória) com a DAP emitida

para mulher Titular 1 ou Titular 2 (DAP Principal), na condição de responsável pela gestão do estabelecimento (Titular 1) ou esposa, companheira, viúva de um dos titulares (Titular 2) – e DAP Especial ou Jurídica: identifica e qualifica os empreendimentos familiares rurais organizados em pessoa jurídica (que possuem CNPJ), como associações, cooperativas, agroindústrias.

Além disso, a DAP classifica os agricultores familiares em quatro grupos, de acordo com critérios de renda e de acesso a políticas públicas, a saber: 1) Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); 2) Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil; 3) Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C” e 4) Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 360 mil.

A DAP tem validade de três anos e conta com procedimentos de controle para garantia de sua autenticidade. Por isso, possui cinco status: 1) DAP Ativa: emitida e registrada na base de dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) sem erros ou vícios de emissão, ou seja, a DAP é considerada ATIVA quando combina dois “status”: “Última Versão” e “Válida” – cabe destacar que não existem duas DAP ativas para o mesmo CPF; 2) DAP Última Versão: a mais recente da Unidade Familiar de Produção Rural, emitida e registrada na base de dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); 3) DAP Válida: que passou por análise de consistência da condição de agricultor familiar e não sofreu qualquer impugnação posterior que motivasse seu cancelamento; 4) DAP Expirada: cujo prazo legal de validade venceu e 5) DAP Cancelada: que, após sua inclusão na base de dados, foi impugnada por não atender aos pré-requisitos legais exigidos para identificação e qualificação de UFPR¹.

O quadro 1 apresenta as especificações dos grupos e modalidades de investimento e custeio fornecidas pelo PRONAF crédito referente à safra 2013.

¹ Dados e informações sobre a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) foram coletados no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declarao-ao-pronaf-dap>>.

Quadro 1 – Grupos do PRONAF Crédito e suas características – 2013.

Grupos e Linhas	Público-alvo	Modalidade	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Bônus de Adimplência	Prazo e Carência
PRONAF Grupo A	Agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados em função da construção de barragens.	Investimento	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Até R\$ 25.000,00 por agricultor, em até 3 operações. Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano.	43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado.	Prazo de até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência
PRONAF Grupo A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Custeio	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.	Até R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar, no máximo, 3 operações de custeio	1,5% ao ano.	Não se aplica.	Custeio agrícola: até 2 anos. Custeio pecuário: até 1 ano.
PRONAF Grupo B	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares	Investimento ou custeio de atividades não agropecuárias	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias. Plano Safra Semiárido: Captação/armazenamento d'água	R\$4.000,00 por operação, elaborado pelo Agroamigo e de R\$2.500,00, sem a metodologia do Agroamigo.	0,5% ao ano.	Plano Safra Semiárido: 40% sobre cada parcela, para empreendimentos localizados no semiárido e para propostas	Prazo de até 2 anos, incluído até 1 ano de carência.

	enquadradas nos Grupo A, AC e B do PRONAF.		Sistema produtivo com reserva alimentar pra os animais Recuperação e fortalecimento de cultivos alimentares regionais Recuperação e fortalecimento da pecuária Cultivos protegidos			elaboradas pelo Agroamigo. 25% aplicado sobre cada parcela, nos demais casos. O bônus é devido até o limite de valor contratado de R\$ 12.000,00 (pelo Agroamigo) e R\$7.500,00 (sem o Agroamigo).	
--	--	--	---	--	--	--	--

PRONAF Grupo Renda Variável	Agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 360.000,00.	Custeio	Custeio de atividades agrícolas e pecuárias.	Até R\$ 100.000,00.	Soma no mesmo ano-safra: Em municípios com decretação de situação de emergência em função de estiagem ou seca: Valor até R\$ 10 mil: 1% ao ano. <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil: 2,0% ao ano. Acima de R\$ 30 mil até R\$ 100 mil: 3,0% ao ano. Nas demais situações: Valor até R\$ 10 mil: 1,5% ao ano. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 30 mil: 3,0% ao ano. Acima de R\$ 30 mil até R\$ 100 mil: 3,5% ao ano.	Não se aplica.	Custeio: agrícola: até 3 anos pecuária: até 2 anos para aquicultura e até 1 ano para os demais casos.
--	--	---------	--	---------------------	---	----------------	--

		Investimento: PRONAF Mais Alimentos.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural e também custeio agropecuário.	Individual: Até R\$ 150.000,00. Coletivo: até R\$ 750.000,00. Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura, o limite será de até R\$ 300.000,00.	Soma no mesmo ano-safra: Em municípios com decretação de situação de emergência em função de estiagem ou seca: Valor até R\$ 30 mil: 1% ao ano. Acima de R\$ 30 mil até R\$ 60 mil: 1,5% ao ano. Acima de R\$ 60 mil até R\$ 150 mil: 2,0% ao ano. Nas demais situações: Valor até R\$ 10 mil: 1% ao ano. Valor superior a R\$ 10 mil até R\$ 150 mil: 2% ao ano.	Não se aplica.	Até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Para estruturas de armazenagem o prazo total será de até 15 anos.
--	--	--	--	---	--	----------------	--

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (BNB).
Org.: Angol (2016).

O quadro 1 descreve as especificações das linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF, não restringindo-se a estas. O Programa conta com uma linha voltada para a mulher e o jovem agricultor, abarcando o financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural de interesse dos contemplados. Dispõe, ainda, de uma linha direcionada à agroindústria e custeio da agroindústria familiar, financiando a implantação, modernização ou manutenção de pequenas e médias agroindústrias ou a industrialização de produção própria ou de terceiros, além da linha voltada ao semiárido, investindo na irrigação. O Programa apresenta também linhas de crédito voltadas à área ambiental, como o PRONAF Eco, agroecologia e floresta.

O PRONAF Mais Alimento foi lançado em 2008 em uma conjuntura de crise de alimentos, como proposta de reestruturação produtiva da unidade de produção familiar para ampliar a produtividade destas culturas e ou criações, reduzindo a ameaça de escassez de alimentos e de ampliação da inflação. Por meio desta linha de crédito, são financiados projetos individuais de até R\$100.000,00, com juros de 2% ao ano, com até três anos de carência e até 10 anos para pagar. O PRONAF Mais Alimentos viria a proporcionar um intenso processo de mecanização na agricultura familiar com o financiamento médio de 20 mil tratores por ano, além do avanço na modernização da infraestrutura produtiva de uma série de atividades, entre elas a bovinocultura de leite (MDA, 2015).

O número de contratos do PRONAF que beneficiariam os agricultores familiares por ano/safra, nos anos de 1999 a 2006, são apresentados no relatório MDA (2015). Segundo este documento, na safra 1999-2000, houve o número de 926.422 contratos e, na safra 2004-2005, 1.631.797 contratos foram assinados, ou seja, ocorreu um crescimento progressivo, significando que um número muito maior de agricultores familiares vem tendo acesso ao crédito rural.

Em termos percentuais, houve um crescimento do número de contratos de mais de 70% entre 1999 e 2005. Em valor, o montante contratado nas safras de 1999 a 2006 soma um total de 25.622.786.080 no período descrito, tendo na safra de 2005-2006 o número de 1.637.233 contratos. Já na safra 2007-2008 foram assinados 3.474.066 contratos do PRONAF em todo o território nacional, tendo aumento significativo durante a safra 2012-2013, com o número de 4.023.210 contratos. Em relação ao montante nesta safra (2013), este representa R\$ 22.300.000.000,00 repassados pelo Programa. Estes valores referem-se à agricultura familiar como um todo, sem especificação do montante direcionado a cada linha de crédito estabelecida

pelo Programa. Na safra 2014-2015, foram liberados R\$ 24,1 bilhões e aplicados R\$ 23,9 bilhões, distribuídos em 1.899.423 contratos.

Na safra 2015-2016, pertinente à presente pesquisa, anuncia-se a liberação de R\$ 28,9 bilhões. Entre as principais medidas deste Plano Safra 2015-2016, destacam-se: elevação das taxas de juros – negativas em relação à inflação, mas superiores em relação à safra anterior; para o microcrédito rural são mantidas as taxas de juros de 0,5%; para custeio e investimento de até R\$ 10 mil, os juros ficaram em 2,5% para o Brasil e 2% para a Região Semiárida, de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil em 4,5% e 3,5%, de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil em 5,5% e 4,5%; ampliação do mercado institucional para a agricultura familiar, com cota de no mínimo 30% nas compras de alimentos da administração federal, além dos R\$ 2 bilhões previstos no PNAE; apoio ao fortalecimento da produção de sementes e mudas por organizações da agricultura familiar em cooperação com entidades de pesquisa, extensão e organização da agricultura familiar; anúncio de novo Seguro Renda da agricultura familiar, com cobertura de até 80% da receita bruta esperada e limite de cobertura de renda de até R\$20 mil, além do financiamento da produção e aumento de 2% para 3% de adesão ao seguro, e cotas para atender 1,35 milhões de famílias no Programa Garantia Safra, com manutenção do prêmio em R\$850,00.

Referente à safra 2015/2016 no município de Ituiutaba (MG), a agência do Banco do Brasil emitiu duzentos e dezenove contratos do PRONAF Crédito e custeio das linhas A, A/C e Mais alimento. Pelo menos seis agricultores não foram contemplados em virtude de inadimplência. Os valores dos contratos variam entre 7.000,00 e 150.000,00 reais, totalizando 15.391.903,00 reais distribuídos nos contratos².

Como mencionado anteriormente, o PRONAF consiste em uma política pública voltada ao segmento da agricultura familiar, por conseguinte, os assentamentos rurais legalmente instalados apresentam caráter estritamente familiar. Dessa forma, as famílias assentadas podem ter acesso ao crédito por intermédio do PRONAF.

De acordo com as linhas de crédito fornecidas pelo Programa, representadas na Tabela 4, os financiamentos concedidos às famílias de assentamentos rurais referem-se ao PRONAF Grupo A. Após utilização e pagamento, estas famílias podem recorrer à linha do grupo A/C. As demais linhas de crédito oferecidas pelo PRONAF exigem maior burocracia, como a exigência de avalista e garantias para obter o repasse. Em função de os assentados não possuírem escritura da terra, e sim o contrato de posse – pelo fato do assentamento ser um imóvel da união – fica impossibilitada a contratação de novas linhas de crédito.

² Dados fornecidos pelo gerente do setor Agricultura Familiar, agência 0204-6 Banco do Brasil, Ituiutaba - MG.

Outra política voltada ao segmento da agricultura familiar, que contempla assentamentos rurais, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste Programa, as escolas compram os alimentos produzidos pelos agricultores familiares, o que contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais. Há, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa à formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, colaborando com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecendo a agricultura familiar.

Para isso, o PNAE utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Com a Lei nº. 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida esta que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. No Plano Safra 2014-2015, o PNAE tem um orçamento de R\$ 3,8 bilhões e pelo menos 30% deve ser destinado a compras da agricultura familiar. A partir da safra 2015-2016, todas as compras institucionais de alimentos do Governo Federal, obrigatoriamente, terão que comprar um mínimo de 30% da agricultura familiar (MDA, 2015).

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de “IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade [...]” e “VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (BRASIL, 1988).

Atualmente, o valor repassado pela União aos estados e municípios, por dia letivo, para cada aluno, é definido de acordo com a etapa e a modalidade de ensino, a saber: creches: R\$ 1,00; pré-escola: R\$ 0,50; escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60; Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos: R\$ 0,30; Ensino Integral: R\$ 1,00; alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90; alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar

(CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP).

Em contrapartida, Abramovay (1998) apresenta uma crítica aos programas de desenvolvimento territoriais voltados à agricultura familiar, aplicados nos assentamentos rurais. Para o autor,

No caso dos assentamentos, a quase completa eliminação dos riscos por parte do sistema financeiro e do próprio agricultor é um dos limites fundamentais a que o crédito de torne um instrumento de desenvolvimento. Os financiamentos deixam de integrar-se a projetos economicamente sustentáveis e tendem a tornar-se formas de complementação da renda, perpetuando a situação de pobreza em que se encontram as famílias. Por mais que haja situações que escapam a este padrão, ele tem hoje, infelizmente, um peso muito importante nos assentamentos. No caso do PRONAF, o problema é o inverso: uma vez que existe risco para o sistema bancário e para os agricultores, os critérios de seleção tendem a eliminar os agricultores incapazes de oferecer garantias e contrapartidas, mesmo que possam de apresentar projetos economicamente viável. Exemplo disso é a quantidade irrisória de agricultores de baixa renda agrícola que conseguiram de fato obter financiamentos, apesar de uma linha do PRONAF estar voltada especificamente a este público. (ABRAMOVAY, 1998, p. 14).

Na visão de Savoldi e Cunha (2010), apesar do volante de recursos ter apresentado uma tendência de crescimento, ele ainda está longe de atender às reais necessidades dos agricultores familiares, tendo em vista o processo de exclusão a que este setor foi submetido durante a modernização da agricultura brasileira. Aliada a este fato, ainda persiste a tradicional disponibilidade entre a época ideal da liberação dos recursos e a sua disponibilidade efetiva, o que acaba afetando negativamente os indicadores de desempenho do setor da produção familiar.

Portanto, ainda há muito a ser feito no âmbito dos programas voltados à agricultura familiar, de modo que ofereçam mais vantagens e acesso ao crédito a estes agricultores, fazendo com que sua situação econômica seja realmente alterada e não apenas mantida. A partir da criação do PRONAF e do PNAE, percebemos que o Estado já demonstrou algumas mudanças nas políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares. Todavia, ainda assim, faz-se necessário rever e criar programas que, realmente, os beneficiem, que transformem a realidade que estão vivendo, auxiliando-os, de fato, a produzir e a vender seus produtos, tendo a garantia de preço mínimo. Assim, as mudanças que ocorrerão na propriedade e na vida dos agricultores serão as consequências da implantação de um programa que efetivamente tenha funcionado.

Diante das discussões tecidas, surge o questionamento: quais as reais vantagens e benefícios destas políticas para os assentamentos rurais?

3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL POR PERÍODO DE GOVERNO E A LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

A concentração de terras no Brasil é fato desde o período colonial. Na década de 1970, a inserção significativa de capital no campo por meio da modernização da agricultura dinamizou a produção agrícola brasileira e inseriu novas técnicas nos processos de produção no campo. Contudo, isto não beneficiou a todos, e sim intensificou a expropriação e a segregação dos agricultores familiares. Vislumbra-se, portanto, a atuação do Estado voltada à uma estrutura agrária de latifúndio, tendo uma expectativa pouco favorável à realização da Reforma Agrária. Esta ficou reduzida a um programa de assentamentos rurais, que tem se mostrado a principal via de atuação dos governos sucessivos ao regime militar, sendo difundida como Reforma Agrária de mercado, a fim de atender às estatísticas, mas sem garantia de sucesso aos assentamentos.

A atuação do Estado na instalação de projetos de assentamentos rurais ocasionou uma nova reorganização do espaço agrário brasileiro, mas não concretizou a reforma da estrutura agrária nacional. Cada presidente, ao governar, buscou superar o mandato anterior em números de projetos de assentamentos e políticas voltadas ao segmento da agricultura familiar, entretanto, não cumpriram com as próprias propostas. Os projetos de assentamento rurais, em sua maioria, existem pela pressão das ocupações, manifestações e apoio dos movimentos socioterritoriais. Portanto, a ocupação de terras permanece como a principal forma de luta destes movimentos, traduzindo-se na conquista de assentamentos rurais.

No caso do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a região ora pesquisada recebeu investimentos do governo durante o período da modernização da agricultura (1970), consolidando-se como importante centro agroindustrial do país, o que refletiu na disparidade da concentração de terras. Tais condições foram favoráveis a movimentações de luta pela terra e, conseqüentemente, à consolidação de projetos de assentamentos rurais.

A partir das questões acima discutidas, a presente seção aborda a questão agrária, com ênfase nas políticas públicas dos governos militares (1960-1980) e neoliberais (1985-2014) para a implantação de assentamentos rurais, e, ainda, a influência dos movimentos socioterritoriais no processo de luta pela terra e a consolidação dos assentamentos rurais.

3.1 Reforma Agrária: os assentamentos rurais

A concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira apresenta-se como uma herança da construção histórica do país. Desde o período colonial, a utilização da terra se faz, predominantemente, em benefício de uma pequena minoria, o que determina e condena os desfavorecidos a uma vida sem perspectivas e constitui obstáculo ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil. Assim, para compreender a dinâmica agrária brasileira é preciso considerar sua perspectiva histórica.

A partir de 1500, as terras brasileiras passaram ao domínio público do Reino de Portugal de modo que, quando começou a colonização portuguesa no Brasil, com a constituição das capitanias hereditárias e concessões de Sesmarias, iniciou-se o processo de formação da propriedade privada no Brasil. Adepto à política de transferência de propriedade do domínio público para o privado, o período Sesmarial (1530 a 1850) caracterizou-se pela concessão de grandes extensões de terras aos pleiteadores de propriedades no novo território de colonização português (RAMOS FILHO, 2005), em que o agricultor tinha a posse da terra e o rei mantinha o domínio sobre ela. Dessa forma, o modelo colonial apresentou três formas de organização social: a grande propriedade fundiária, a monocultura e o trabalho escravo.

O regime de sesmarias foi extinto em julho de 1822, pouco tempo antes da independência, e deu origem à grande propriedade rural, que beneficiou uma pequena minoria dos habitantes da Colônia, bem como caracterizou o sistema agrícola brasileiro como monoexportador. Este sistema exige grandes áreas agricultáveis, mão de obra e capital, o que estimulou ainda mais a concentração de terras, uma vez que os grandes proprietários foram os protagonistas dessa modalidade de produção, na qual se tinha como produtos cana-de-açúcar, borracha, cacau, café, entre outros, estimulando a interiorização da população e da produção agrícola.

Sobre o regime de sesmarias, Mendes (2005) aponta que:

A prática de requerer sesmarias para, posteriormente, vendê-las era facilitada porque a legislação não impedia que uma pessoa recebesse mais de uma sesmaria, pelo menos até o século XVIII. Assim, houve casos em que várias sesmarias foram concedidas a uma mesma pessoa, e casos de indivíduos que requeriam as sesmarias no nome das esposas, dos filhos e de crianças recém-nascidas. Acredita-se que essa prática era resultado do favoritismo dado a alguns fidalgos e às dificuldades encontradas por alguns colonos em provar que eram homens de posse e assim obterem uma concessão. Como o objetivo da metrópole era promover a ocupação produtiva da colônia, ela procurava

conceder terras àqueles que tivessem condições de cultivá-las e de adquirir escravos. (MENDES, 2005, p. 72).

O Brasil Colônia foi construído pela conquista das terras indígenas e pelo investimento em engenhos e escravos, ou seja, pela terra que ninguém pagou. Com a Independência e o fim da escravidão, os governantes do país tentaram legalizar, pela posse, grandes extensões de terras. Em 1850, a Lei de Terras transformou a terra em mercadoria, condição que limitava ou, praticamente, impedia o acesso à terra aos escravos que foram sendo libertados ou aos imigrantes que começavam a chegar. A Lei supracitada (lei nº 601) estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia o regime de sesmarias sem causar alterações na estrutura fundiária. Estes princípios, que marcaram a concentração de terras no Brasil, nunca deixaram de existir.

A posse passou a não ser mais o principal instrumento para conquistar a terra. Essa nova lei estabelecia que, para se apropriar de determinada área devoluta, seria necessário efetuar um pagamento em valores monetários e, depois de pago o valor, legalizá-la. Aqueles que já eram detentores de terras deveriam medir suas respectivas áreas e comprovar que foram concedidos por órgãos de governo (FLEURY, 2015). Acerca desse assunto, Graziano da Silva (1980) afirma que:

É sintomático que nesse mesmo ano se crie uma nova legislação definindo o acesso à propriedade - a Lei de Terras, como ficaria conhecida que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista. É fácil entender a importância da lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de "acesso relativamente livre" (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer que se houvesse homem "livre" com terra "livre", ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 10, grifos do autor).

Destarte, a agricultura no Brasil se organizou em dois setores de produção, o de exportação e o de subsistência, caracterizando os ciclos econômicos (borracha, cana-de-açúcar, algodão, café). As atividades de exportação, que usufruíam dos melhores solos e localização,

foram responsáveis pela concentração de terras na medida em que o valor dos produtos destinados à exportação valorizava as atividades secundárias e garantiam a subsistência dos sujeitos que trabalhavam no primeiro setor, destinando-se ao consumo local. Desse modo, pode-se dizer que a economia e o desenvolvimento da agricultura brasileira se deram sob influência do mercado externo e, por conseguinte, pela inserção do capital no campo.

A partir da década de 1920, com o agravamento da crise econômica ocasionada pela falência da bolsa de valores de Nova York, a economia agroexportadora brasileira foi bruscamente afetada, porquanto o mercado consumidor encolheu. Diante da crise, os cafeicultores (principal produto exportado) recorreram ao apoio do Estado, que foi incapaz de dar continuidade à política de proteção ao setor. Ademais, este período foi marcado pela eclosão de revoltas e levantes militares, além da urbanização e do crescimento industrial. Devido à adoção de políticas protecionistas, o setor industrial brasileiro expandiu, dando origem à burguesia industrial, à classe média e ao operariado. O crescimento desses novos grupos e classes sociais colocaram em xeque o domínio político exclusivo das oligarquias agrárias.

Ainda nesse período, a Lei de Terras (1850) não estava mais em vigência. Como estratégia para apaziguar os conflitos no campo, foi estabelecida a Constituição de 1934, que reconheceu o direito dos posseiros, diminuiu o valor dos impostos que incidiam sobre a pequena propriedade e garantiu áreas de terras aos povos indígenas. Todavia, com a implementação do Estado Novo (1937-1945), estas alterações perderam a validade. Segundo Graziano da Silva (1980),

A agricultura, de modo geral, não viria a se constituir num mercado para o setor industrial nascente, representando, portanto, um estrangulamento do processo de industrialização do país. A estrutura agrária continuou concentrada (e até mesmo o grau de concentração aumentou a partir dos anos sessenta), mas houve uma transformação interna - ao nível das relações de produção que permitiu a agricultura responder às necessidades da industrialização, ou seja, houve simultaneamente: um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição das importações; a agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira "industrialização da agricultura, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor indústria. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 12).

Em fins da década de 1950 e início dos anos de 1960, as militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais se destacaram para pressionar e

reivindicar a realização da Reforma Agrária, contestando as desigualdades sociais e a concentração de terras no país. No começo da década de 1950, o Brasil apresentava uma estagnação da produção agrícola voltada para o mercado interno, o que causou a escassez de alimentos para a população urbana crescente e comprometeu o setor industrial, que ainda estava em processo de desenvolvimento, preocupando a burguesia industrial. Discussões acerca da insegurança alimentar, aliadas à extrema concentração da posse da terra e à improdutividade de muitas grandes propriedades, fizeram nascer a ideia, entre os setores mais progressistas da sociedade, da importância de se realizar uma reforma na estrutura agrária do país.

Assim, para resolver o problema agrícola que afetava a economia, a classe dominante, no início da década de 1960, buscou como alternativa a elaboração de um projeto para o campo brasileiro, que não foi a Reforma Agrária, mas a modernização da agricultura. Esta, ao investir na monocultura de exportação, transformou o latifúndio em uma empresa rural, o que favoreceu os interesses da oligarquia agrária e manteve inalterados a estrutura fundiária e os interesses da burguesia industrial, pois a agricultura passava a ser grande consumidora dos produtos da indústria. Nesse cenário, a Reforma Agrária passou a depender da pressão dos movimentos de luta pela terra.

A modernização da agricultura apresentou características discriminadoras, porquanto não atingiu todas as faces dos ciclos produtivos, sendo implantada nas regiões brasileiras que, na época, apresentavam maiores condições de desenvolvimento segundo o Estado (Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) amplia-se conforme a necessidade expansionista da fronteira agrícola brasileira, ocasionando a centralização dos recursos. Para Mendes (2005), os investimentos exigidos pela nova base técnica da agricultura dinamizaram a legitimação da transferência setorial da renda e se tornaram irreversíveis para a agricultura capitalista. Dessa maneira, o caminho para os estabelecimentos rurais pouco capitalizados foi a sua inserção nas agroindústrias, o que comprometeu a autonomia na gestão de suas atividades. Nesse caso, os micro e pequenos produtores encontraram dificuldades para se integrarem à nova forma de organização do setor agrícola, posto que a incorporação – orientada pela dinâmica dos capitais industriais, comerciais e financeiros – não criou uma demanda para os produtos básicos junto aos consumidores urbanos.

Um dos instrumentos utilizados pelo Estado para modernizar a agricultura foi à política de crédito rural por meio da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que objetivava criar condições para que os agricultores adquirissem máquinas, equipamentos e

insumos. O Estado disponibilizou recursos para o financiamento, em curto prazo, para o custeio e comercialização da safra, além de financiar investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos e infraestrutura. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi criada em 1971, com a finalidade de acelerar o processo de modernização por meio de pesquisa de novas variedades melhoradas geneticamente para se adaptarem ao clima brasileiro.

Com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), o sistema nacional de assistência técnica rural foi dinamizado, estendendo-se aos demais Estados, cada um deles com sua respectiva Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Outra política no processo de modernização foi a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que se baseava em mecanismos financeiros pelas execuções do Empréstimo do Governo Federal (EGF), o qual financiava a estocagem pelo produtor e aguardava melhores preços. Além disso, por meio de operações de Aquisição do Governo Federal (AGF), executava-se a compra do produto pelo Governo para a formação de estoques oficiais.

Os reflexos dessa modernização demonstraram os interesses do Estado, voltados para uma estrutura agrária de latifúndios e à expropriação dos agricultores familiares, uma vez que a mecanização e tecnificação agrícola, avivadas pelas políticas estatais, não atingiram todos os produtores e propriedades. Logo, a luta pela terra e a busca pela Reforma Agrária deixaram de ser enfatizadas como instrumentos de desenvolvimento capitalista e passaram a ser instrumentos de justiça social pelos agricultores que estavam à margem das condições apresentadas nesse contexto. Segundo Oliveira (2007), as grandes extensões de terras, concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos, funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial, ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários – os sistemas políticos de incentivos governamentais. Diante disso, constata-se que o Brasil possui uma estrutura fundiária concentrada e um desenvolvimento capitalista que gera um conjunto de miseráveis.

Durante o governo de Joao Goulart (1963-1965), a estrutura executiva para viabilizar a Reforma Agrária foi estabelecida. Em outubro de 1962, criou-se a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), primeiro órgão federal de execução de programas de colonização e Reforma Agrária. Em outra frente de ação, aprovou-se no Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural, que passava a permitir a implantação do sindicalismo rural. Com esta Lei, as Ligas (primeiro movimento social de luta pela Reforma Agrária) transformaram-se em Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Como a Lei só permitia uma organização nacional, criou-se, posteriormente, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG),

que representava, no cenário nacional, o sindicalismo rural e encaminhava as questões levantadas pela população rural às autoridades competentes (OLIVEIRA, 2007).

Ainda nesse período, foi implantado o Estatuto da Terra, a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que classificou cada tipo de propriedade, sujeitando-a a desapropriações conforme sua qualidade e tamanho. Nesta classificação, constava um sistema de cadastro para imóveis rurais de acordo com um módulo de propriedade (minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão). Para Fleury (2015), é aceitável admitir que o Estatuto da Terra, de alguma maneira, trouxe efeitos positivos, embora jamais tenha sido aplicado. Um destes efeitos benéficos possibilitou ao Estado brasileiro exercer a autonomia de utilizar meios para desapropriar terras por motivos sociais. Nesse ínterim, uma mobilização mais difusa dos atores sociais que lutavam pela terra fracassou, posto que, em vez de receberem apoio político, foram perseguidos politicamente e cada vez mais impossibilitados de projetarem em suas ações um maior alcance destas, as quais foram contidas pela reação ditatorial do regime militar brasileiro (FLEURY, 2015).

Dessa forma, o Estatuto da Terra tornou-se um obstáculo jurídico para a Reforma Agrária, sendo um dos primeiros atos do governo militar, promulgado por Castelo Branco (1964-1967). Segundo Mendonça (2010), este estatuto foi criticado por não incorporar os trabalhadores rurais no processo de Reforma Agrária. Ademais, guardava um evidente cunho reformista, que pode ser exemplificado pela própria Reforma Agrária, a qual se inseria em um conjunto de medidas vinculadas a uma estratégia geral cuja racionalidade prendia-se ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), no que dizia respeito tanto à análise do papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo quanto da própria reorganização fundiária. Tratava-se de fazer frente à crise econômica brasileira, buscando, mediante a Reforma Agrária, ampliar o mercado interno e configurar uma classe média rural consumidora de produtos industriais e, também, neutralizadora dos conflitos e tensões no campo.

Para Miralha (2006b), o Estatuto da Terra se mostrava claramente como uma opção do Estado, voltada ao setor agropecuário, que implicava em destinar recursos fartos para promover a modernização tecnológica nas grandes propriedades, o que mantinha intocada a estrutura fundiária e reprimia os militantes e movimentos pró Reforma Agrária.

Sobre o governo de João Goulart, Mendonça (2010) possui o seguinte posicionamento:

No imediato pré-1964, em meio à profunda crise econômica vivida pelo país, três questões gerais se colocavam como exigências do desenvolvimento

capitalista no Brasil: o combate à inflação, a alteração da política externa e a chamada “modernização” da agricultura. À primeira delas, o governo militar respondeu com uma política de “recessão calculada” que, em sua pauta de combate à inflação, incluía a superexploração seletiva da força de trabalho e o arrocho salarial seletivo, sem mencionar a proibição de greves e a própria repressão. Quanto à política externa, reforçou-se definitivamente tendência até então já esboçada de alinhamento aos Estados Unidos. Já quanto à “modernização”, colocava-se, à época, como inevitável, a reforma agrária. Por certo, o golpe não consistiu numa reação exclusiva aos projetos de reforma agrária existentes no papel e nos pronunciamentos oficiais – ou oficiosos – do governo, uma vez que, a despeito de seu radicalismo verbal, esses eram tímidos e moderados em suas propostas de encaminhamento. Ademais, o programa fundiário do governo João Goulart não se propôs, em momento algum, a acabar com o latifúndio, nem mesmo investiu radicalmente nas conhecidas reformas de base, pautando-se pelo “reformismo populista” apontado por alguns autores. De fato, a reação foi, sobretudo, às alternativas contidas no movimento dos trabalhadores rurais e no movimento social pelas reformas em geral, que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária “na marra”, já que tais mobilizações sinalizavam para a possível ruptura de alianças tradicionais que davam sustentação às formas de dominação prevaletentes no campo. (MENDONÇA, 2010, p. 37, grifos do autor).

Durante o governo Médici (1969 -1974), foi lançado o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, no qual a agricultura possuía um capítulo chamado “Revolução na Agricultura e Abastecimento”, que propunha a expansão das áreas agrícolas (Centro-Oeste, Cerrado, Nordeste). Este Programa sugeria, também, a realização da Reforma Agrária, a modernização dos sistemas de comercialização agrícola nos centros urbanos, bem como tornar o país um grande exportador de carnes. Ainda nesse governo, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que objetivava colocar o Brasil no patamar de “país desenvolvido”. Neste Plano, o termo Reforma Agrária foi substituído por “racionalização da estrutura agrária”. O governo Geisel (1974-1979) criou o II Plano de Desenvolvimento, com o fito de reequilibrar a balança comercial do país.

A partir dos planos de desenvolvimento supracitados, o Estado buscou modernizar o campo e investir em estratégias de melhoria do PIB por meio da exportação de produtos agrícolas. No aspecto da concentração fundiária, o período 1964-1980 foi marcado pela ampliação da concentração fundiária e pelo enrijecimento da luta pela terra no Brasil. Pequenos agricultores foram expulsos de suas terras e passaram a engrossar o contingente dos trabalhadores rurais sem-terra que mobilizaram a opinião pública na década de 1980.

Na década de 1980, o Brasil passou pelo fim do regime militar (Nova República). Em 1985 (Governo de José Sarney), foi anunciado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA, o qual buscou modificar a base fundiária do país para distribuir e redistribuir terras, visando a eliminar, de modo progressivo, o latifúndio e o minifúndio e assegurar, ao mesmo

tempo, a posse e o uso socialmente justo e produtivo. Isso viria a garantir o empreendimento socioeconômico e o direito de todo cidadão e trabalhador rural (INCRA, 1985). Dentre os objetivos específicos do Plano, alguns deles eram: a) contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, com prioridade ao atendimento do mercado interno; b) possibilitar a criação de novos empregos no setor, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho e c) promover a diminuição do êxodo do campo, de maneira a atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes.

A primeira previsão para assentamentos, em termos totais para o Brasil, é a de que seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080 ha, na região Norte; 630.000 famílias em 189.900 ha, na região Nordeste; 210.000 famílias em 7.560 ha, na região Centro-Oeste; 280.000 famílias em 4.370 ha, na região Sudeste e, 140.000 famílias em 2.180 ha, na região Sul. Em seu primeiro ano de execução (85/86), foram atingidos apenas 5% da meta e, no segundo ano (86/87), o ritmo continuou lento. Assim, as metas do Programa foram alteradas, diminuídas no ano de 1989, sendo assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% do que foi previsto (OLIVEIRA, 2007).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) constituíram os principais grupos de representação a favor da Reforma Agrária no final da ditadura militar (1964-1985). Quando esta chegou ao fim, em meados da década de 1980, pensava-se que a Reforma Agrária poderia ser realizada, pois o Estado brasileiro voltava a ser democrático, o que dava oportunidade aos movimentos sociais de luta pela terra, às igrejas, aos sindicatos e aos partidos políticos para que pudessem pressionar o governo – agora, sem opressão – no sentido da realização da Reforma Agrária (MIRALHA, 2006b).

Apesar das derrotas políticas, os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST com o apoio da CPT, cresceram e se expandiram pelo território nacional, o que aumentou o número de integrantes e simpatizantes e, conseqüentemente, ampliou o poder de pressão, sobretudo, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Assim, em meados da década de 1990, o MST atingiu uma repercussão nacional com ocupações de terras e, desse modo, entrou na mídia e ganhou boa parte da opinião pública a seu favor. Nesse contexto, devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente a partir de meados da década de 1990, o governo federal, com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, acelerou os processos de desapropriação de terras e intensificou a implantação de assentamentos rurais.

Em meados da década de 1970, em diferentes pontos do país, as ocupações de terra ganharam vulto, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo, com diversas denominações. Os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político de maneira mais organizada por meio de reivindicações e manifestações populares. O Estado, a fim de amenizar estes embates, criou medidas em prol da Reforma Agrária, que se consolidou com a criação de assentamentos rurais. Conforme o DATALUTA (2014), o número de ocupações no país é significativo, assim como as manifestações em prol da Reforma Agrária. Nos anos de 1990-1995, ocorreram 529 ocupações, com significativo aumento nos anos seguintes. Devido à representação dos movimentos sociais de luta pela terra, no período de 1996 a 2000, houve 3.316 ocupações e, nos anos 2001 a 2010, 4.346 ocupações, o que demonstra maior articulação entre os agricultores que buscam a Reforma Agrária e o aumento de movimentos sociais no campo motivados pelas políticas governamentais. Tal fato declinou nos anos de 2011 a 2014, quando houve apenas 970 ocupações no território nacional. No período de 2000 a 2014, de acordo com o DATALUTA (2014), havia cerca de 126 movimentos socioterritoriais atuando nas regiões brasileiras. A Tabela 1, a seguir, apresenta os movimentos com maior representação e os estados onde atuam.

Tabela 1 – Brasil: movimentos socioterritoriais – 2000-2014.

Movimentos socioterritoriais (siglas)	Estados
CONTAG	AC, CE, PA, PB, RO
FRUTO DA TERRA	DF, GO, MG, MS, PA, PE, PI, SP
LCP	AL, CE, GO, MG, PA, RO, SP
MLST	AL, GO, MG, PE, PR, RN, SP
MLSTL	AL, MG, PR, TO
MLT	AL, BA, MG, PR, SP
MOVIMENTOS INDÍGENAS	AC, AL, BA, MS, PR, RJ, RS, SC, MG, SP, TO
MPA	BA, PA, RO, RS, RJ, DF, ES
MST	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SC, SE, SP, TO
MTD	BA, DF, RJ, BA, DF
MTL	AL, BA, GO, MG, PB, PE, RJ
MTR	MG, MS, PR, MT
MTST	PE, PR, MG, SP
OI	AC, MG, MT, PR, RO, SC, SP, TO
OTC	CE, MG, PA, PR, RO, RS, SP, TO, GO
VIA CAMPESINA	BA, MG, PB, PE, PI, PR, RS, SP, TO

Fonte: Banco de dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) (2014).

Org.: Agnol (2016).

Em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado com o intuito de colonização ou desenvolvimento regional, apresentando-se como substitutivo à Reforma Agrária. Nos anos 1980, as políticas agrárias e agrícolas nacionais, desenvolvidas para o pequeno produtor rural e para os postulantes da Reforma Agrária, ficaram relegadas ao segundo plano, diante do grande incentivo governamental voltado ao agronegócio. Nesse contexto, como forma de combater a Reforma Agrária, surgiu a União Democrática Ruralista (UDR).

No ano de 1989, com a volta das eleições diretas para a Presidência da República, o debate agrário esteve contido no programa de diversos partidos políticos. Todavia, os primeiros anos da década de 1990, após eleições diretas para a Presidência da República, não foram alentadores nesse quesito. Entre os anos 1990 e 1994, período correspondente aos governos dos presidentes Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994), o número de famílias assentadas reduziu-se, caindo de 42,3 mil famílias, no período 1990-1993, para 17,9 mil famílias, no período 1993-1994. Este péssimo desempenho está associado, certamente, ao momento econômico conturbado produzido pelo Plano Collor e também por seu desdobramento político, que culminou com o *impeachment* do então presidente, em 1992. Alçado à presidência na vacância do titular, Itamar Franco conduziu, no restante do mandato de que dispunha, um típico governo de transição. No bojo do Plano Real, urdido ainda no final do governo Itamar Franco, e dos seus êxitos no combate à inflação, uma ampla coligação política elegeu, em 1994, Fernando Henrique Cardoso a presidente da República. No que diz respeito à Reforma Agrária, no primeiro governo FHC, houve pressa para implementar políticas de assentamento (FLEURY, 2015).

Em meados de 1990, com o primeiro mandato do então eleito à Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve a aceleração dos processos de desapropriação de terras e a intensificação da implantação de assentamentos rurais. Nesse governo, a Reforma Agrária foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema da segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários, limitando-se a uma política compensatória dando continuidade aos princípios do modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares. Tanto essa posição linear quanto economicista não reconhece a importância e o potencial da pequena agricultura no processo de produção agrícola. A agricultura familiar ainda é vista como atrasada, enquanto o único modelo viável é a agricultura capitalista. Nesse contexto, Fernandes (1994) diz que a agricultura familiar vem sendo acometida por políticas

agrícolas que contribuem para sua desestruturação, enquanto a luta pela terra e a luta pela Reforma Agrária permanecem como condições de enfrentamento e de resistência a um modelo único de desenvolvimento da agricultura.

Segundo Fernandes (1994), em fevereiro de 1993, a Coordenação Nacional do MST, em audiência, apresentou um documento contendo propostas de medidas emergenciais para a Reforma Agrária e entre estas, os vetos de artigos, incisos e parágrafos da Lei Agrária, **Lei nº. 8.629/1993**, destacando dois dos pedidos de vetos que se referem aos artigos 15 e 17, parágrafo único. Quanto ao artigo 15 da referida lei: “são insuscetíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária os imóveis que tenham sido adquiridos por via judicial para pagamento de dívida do anterior proprietário devedor, e que estejam sob domínio temporário do credor.” (BRASIL, 1993). A respeito do artigo que estabelece o critério de prioridade de desapropriação: o artigo 17: “o assentamento de trabalhadores rurais deverá ser efetuado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada”. Sobre esses artigos, Fernandes (1994) afirma que, este dispositivo, sem dúvida, foi elaborado para atender aos interesses dos bancos e propiciar a especulação fundiária. Embora existam dispositivos legais, a Reforma Agrária só acontecerá na prática com a intensificação da luta pela terra.

O ex-líder sindicalista, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), deu continuidade à política econômica de FHC, bem como às suas reformas neoliberais, calcadas em políticas de assentamentos e regulamentações fundiárias sem alteração da estrutura fundiária concentrada. Em seu governo, das 1.050.000 famílias previstas para serem assentadas, foram assentadas 362.103 em 3.543 assentamentos, com destaque para a maior área da história do país, ou seja, os assentamentos correspondem a 48.394.881 hectares (VIEIRA, 2014).

Ainda em seu governo, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) foi estabelecido dando ênfase ao papel da agricultura familiar no cenário agrícola nacional, tendo como metas a Reforma Agrária, a regularização fundiária, a reordenação fundiária e os reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens. Para Oliveira (2007), o governo Lula se configura como uma farsa na efetivação da Reforma Agrária. As ações voltadas para o campo brasileiro, principalmente as políticas de Reforma Agrária, não significaram avanços estruturais, sobretudo quando consideramos que Lula representava, inicialmente, as bases sindicais e contava com importante confiança dos movimentos sociais e dos grupos mais pobres do país.

Em relação às metas quantitativas do II PNRA, destacam-se:

META 1 – 400.000 novas famílias assentadas; META 2 – 500.000 famílias com posses regularizadas; META 3 – 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário [...] META 6 – implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2.2 milhões de imóveis rurais. (BRASIL, 2003, p. 38).

Vecina (2012) faz uma crítica à divulgação do governo, em 2007, concernente aos dados propostos pelo II PNRA, no documento “Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço MDA 2003-2006”, no qual se diz ter cumprido 95,35% da META I, sendo que, na prática, a estrutura fundiária do país não se alterou em quase nada, tendo sido assentadas apenas 192.257 famílias das 400 mil prometidas no plano.

O governo, de acordo com Vecina (2012), teria não só dado mais prioridade à compra do que à política de desapropriação, como também, em termo absolutos e relativos, teria atingido mais famílias com uma Reforma Agrária de mercado do que o próprio governo Fernando Henrique Cardoso. Após o primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme a política que teve, a maior área de assentamentos foi a regularização fundiária, 74%, contra apenas 13% por desapropriação (10% por reconhecimento; 2% por compra e 1% por doação). Dos 74% de imóveis regularizados, a maioria estava concentrada, principalmente, na região norte do país. No segundo mandato, não foi diferente: 75% da área dos assentamentos foram por regularização, contra apenas 7% por desapropriação (16% por reconhecimento; 2% por compra e 0% por doação). Portanto, não somente as metas traçadas para 2003-2006 não haviam sido atingidas, como haviam aprofundado ainda mais a Reforma de Mercado iniciada, sobretudo, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e continuada pelo governo Lula.

Apesar de o governo Lula não ter realizado, de fato, a Reforma Agrária, ressaltam-se alguns avanços em comparação aos governos anteriores, a saber: mais condições de infraestruturas em projetos de assentamentos criados; reconhecimento de populações nativas e tradicionais; maior atenção à demanda das mulheres no campo (aprovação da obrigatoriedade de emissão do título do lote em nome do casal); inclusão do “conceito de desenvolvimento territorial” na Reforma Agrária; cadastramento georreferenciado do território nacional e limitação das aquisições de terras nacionais por estrangeiros (VIEIRA, 2014).

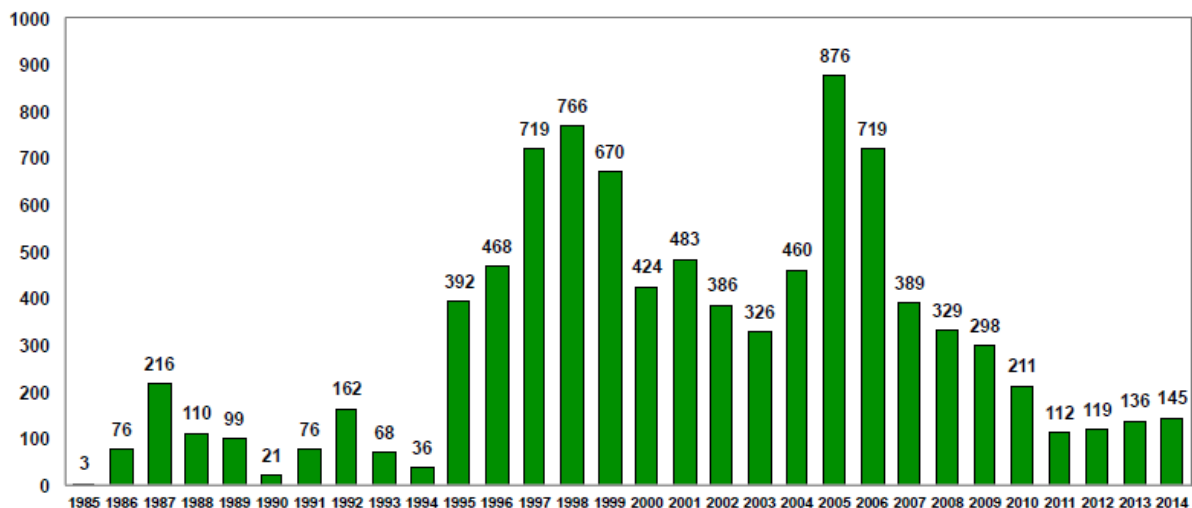
Em se tratando do governo Dilma Rousseff (2011-2014), este seguiu a atuação política dos últimos anos do governo Lula, porquanto os números de desapropriações de terras, para Reforma Agrária, foram reduzidos para níveis inferiores aos dos governos militares. O governo Dilma estabeleceu, ainda, um reforço em alguns pontos críticos desse dilema: aumento das pautas desenvolvimentistas a ponto de comprometer as questões ambientais e as questões

sociais no campo, danificando severamente uma política de Reforma Agrária, ou indigenista ou dos quilombolas. Sobre os governos de Fernando Henrique, Lula e Dilma, Costa (2014) assevera que:

Em linhas gerais, a avaliação dos assentados sobre os governos FHC e Lula, Dilma são de que um atendia mais a questão da desapropriação sob pressão dos movimentos sociais e outro se voltou mais a algumas questões estruturais do assentamento e para o programa de geração de renda, o Bolsa Família e para a aposentadoria rural. Há também uma diferença notada entre os dois governos em termos de direitos humanos, onde, no primeiro, houve mais conflitos e mortes de trabalhadores, e, no segundo, apesar delas continuarem a ocorrer, foram menos intensas. Particularmente em relação a esse caso, foi demonstrado um contraponto a uma reforma agrária desenvolvida no governo Fernando Henrique Cardoso (com um alto número de desapropriação de terras e um baixo acesso às políticas públicas), no governo Lula (com um baixo número de desapropriação e um acesso razoável às políticas públicas básicas) e no governo Dilma (a reforma agrária em estágio de completo abandono). (COSTA, 2014, p. 366).

Sobre a atuação do governo na criação de projetos de assentamentos, a Figura 1 justifica as afirmações anteriores.

Figura 1 – Brasil: número de assentamentos criados – 1985-2014.



Fonte: Banco de dados da Luta Pela Terra (DATA LUTA) (2014).

No período militar (1964-1985), os governos não objetivaram implementar programas de distribuição de terras, mas investiram na modernização da agricultura e em programas de colonização agrícola. Após este período, o tema Reforma Agrária aparece no debate político, com a contribuição das manifestações de luta pela terra e dos movimentos

socioterritoriais. Mediante análise da Figura 1, constata-se que, nos anos de 1985 a 1990, o governo de José Sarney criou 525 assentamentos e o de Fernando Collor de Mello (1990-1992), 238 assentamentos. Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), nota-se um significativo aumento nos projetos de assentamento – 3.530 no total. Convém mencionar que essa expansão está fortemente atrelada à luta pela terra pelos trabalhadores sem-terra e à pressão dos movimentos sociais, que se organizaram na década de 1990 e passaram a exigir ações concretas por parte das autoridades governamentais.

Nesse ínterim, foi implementado um programa especial de crédito para as áreas de Reforma Agrária, bem como deu-se início ao mecanismo de reordenamento fundiário via compra e venda da propriedade da terra pelos agentes de mercado. Durante os mandatos do governo Lula (2003 a 2010), ocorreu o maior número de instalações de assentamentos (3.994), culminantes com a implantação do II PNRA. No governo de Dilma Rousseff (2011-2014), apenas 512 assentamentos foram criados, o que demonstra um retrocesso na implantação destes. A respeito da distribuição espacial dos assentamentos criados no período de 1985 a 2014, segundo o DATALUTA (2014), foram implantados 2.139 assentamentos na região Norte; 4.268 na região Nordeste; 1.252 na região Centro-Oeste; 847 na região Sudeste e 831 na Região Sul.

Acerca destes dados, Mattei (2012), embasado nos relatórios do INCRA referentes ao ano de 2010, tece uma crítica sobre a permanência das famílias assentadas durante os governos de FHC e Lula, uma vez que estes figuram como os mais significativos no processo de criação de assentamentos. Para o autor:

Durante o governo FHC, verifica-se que foram assentadas 510.302 famílias, sendo 425.975 delas nos PAs criados no período entre 1995 e 2002, ou seja, 84% das famílias assentadas durante o governo FHC foram em novos projetos de assentamentos de trabalhadores rurais criados durante esse governo. Além disso, do total de famílias assentadas, no período de criação dos PAs, apenas 5% delas não permaneciam nesses mesmos assentamentos. Todavia, ao final de 2010 observou-se que, do total de famílias assentadas nos dois mandatos do governo FHC (1995-2002), apenas 404.214 permaneciam nos projetos de assentamentos. Isso significa que 106.088 famílias haviam abandonado os seus lotes alguns anos depois. Já durante o governo Lula foram assentadas 640.860 famílias, sendo que 413.471 delas foram assentadas nos 3.630 PAs criados no período entre 2003 e 2010, ou seja, apenas 65% das famílias assentadas durante o governo Lula foram em PAs criados durante seu governo. (MATTEI, 2012, p. 319).

Com relação ao andamento e à qualidade dos assentamentos implantados nesses governos, Mattei (2012) completa que:

Sob o discurso da necessidade de melhorar a qualidade da reforma agrária, buscou-se reestruturar boa parte dos assentamentos já existentes. Além disso, observa-se que mais de 50 mil famílias assentadas durante o governo Lula não permaneciam nos PAs criados no período, o que correspondia a 9%, percentual quase dobrado em relação ao governo FHC. Com isso, é possível afirmar que apenas o discurso de “melhorar a qualidade da reforma agrária” não foi suficiente para reter os assentados nos PAs durante a própria administração do governo Lula. As explicações para esse complexo processo precisam ser buscadas em diversos outros indicadores não presentes neste estudo, os quais esclarecem os fatores que potencializam um retrospecto bastante negativo da política agrária brasileira, sobretudo se considerarmos que há quase 30 anos se pretendia assentar um milhão de famílias e o saldo atual é inferior àquela meta. (MATTEI, 2012, p. 320, grifo do autor).

A luta pela Reforma Agrária, assim como os embates políticos contrários a esta, afirma que não se tem realizado uma Reforma Agrária no Brasil, e sim uma política de assentamentos rurais com pouca preocupação quanto ao futuro do assentado, isto é, com as condições necessárias para este produzir de forma viável, bem como se reproduzir socialmente. Esta política de implantação de assentamentos rurais não se constitui em uma verdadeira Reforma Agrária pelo fato de que, na maioria das desapropriações de terras, ocorre a indenização dos “proprietários” a preços que incluem a especulação imobiliária, o que impede um melhor investimento nos assentamentos e, ainda, dificulta uma reforma ampla na estrutura agrária. Sobre a política de assentamentos, Mattei (2012) ressalta que:

As ações de políticas públicas com o objetivo apenas de promover um simples reordenamento da estrutura fundiária, através dos projetos de assentamentos, restringem o caráter democrático da Reforma Agrária, condicionando-a a um simples instrumento de reorganização da base territorial agrária para acomodar possíveis tensões sociais oriundas dos setores que se encontram em conflito pela posse da terra. Neste caso, essas políticas perdem seu potencial transformador da estrutura agrária de um determinado país e se tornam meros mecanismos de apaziguamento social, uma vez que o processo de concentração da terra permanece intacto. (MATTEI, 2012, p. 308).

Entendendo o desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, a luta pela Reforma Agrária não passa apenas pela distribuição de terras, mas vai em direção à construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar, direcionando-se à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção e, mais importante ainda, à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. Desse modo, torna-se difícil falar em Reforma Agrária no Brasil sendo compatível com a ideia defendida por

Miralha (2006a) e Mattei (2012), o Estado tenta equacionar a questão agrária por meio de uma política de assentamentos. Por outro lado, nota-se que a maioria dos assentamentos que foram e estão sendo realizados é muito mais fruto da ação direta dos trabalhadores rurais ocupando terras do que resultado de uma política ativa de governo voltada aos interesses das classes agrárias desfavorecidas por meio de uma intervenção ampla e abrangente sobre a estrutura agrária do país.

Os assentamentos possuem uma grande importância para efetivação da Reforma Agrária no país; eles são consequência de luta e resistência, representam realidades distintas e complexas. Ao mesmo tempo em que possibilitam o acesso à terra e a sua garantia, também representam o desafio de nela permanecer, garantir alimento, moradia e renda para as famílias assentadas. A maneira como são implantados e os modelos criados devem ser elucidados para se entender o processo de Reforma Agrária de mercado implantada no país. A correlação de forças entre o Estado e os movimentos socioterritoriais ocasionaram a criação de assentamentos sob políticas que vão além da desapropriação de terras, sendo utilizados mecanismos como a compra, a doação, o reconhecimento e a regularização fundiária (COCA, 2011).

O quadro 2 apresenta os tipos de assentamentos rurais criados no Brasil no período de 1961 a 2009, os quais compõem os PNRA do INCRA e suas características.

Quadro 2 – Brasil: tipos de assentamento rurais – 1961 a 2009.

Descrição/ Sigla	Características
Projeto de Assentamento Federal – PA	A obtenção de terras, a criação do projeto e a seleção de beneficiários são de responsabilidade da União, mediante o INCRA; A gestão do território é individual; Os recursos de crédito para instalação e produção são provenientes do PRONAF; Infraestrutura básica é de responsabilidade da União; Concessão de uso/título de propriedade é de responsabilidade da União; Instituto responsável: INCRA; Legislação: Instrução Normativa n.º 15, de 30 de março de 2004, art. 3º.
Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE	A obtenção de terras, a criação do projeto e a seleção de beneficiários são de responsabilidade da União, mediante o INCRA; A gestão do território é coletiva; Os recursos de crédito para instalação e produção são provenientes do PRONAF A; Infraestrutura básica é de responsabilidade da União; Concessão de uso é de responsabilidade da União;

	<p>Instituto responsável: INCRA/ Institutos de terras estaduais;</p> <p>Os beneficiários são, na maioria das vezes, originários de comunidades extrativistas;</p> <p>São desenvolvidas atividades variadas visando ao desenvolvimento sustentável;</p> <p>Legislação: Portaria/ INCRA/P/N.º268 de 23 de outubro de 1996.</p>
Assentamentos Quilombolas – AQ	<p>Visa à garantir o direito de propriedade a comunidades tradicionais quilombolas, sendo consideradas pelo INCRA como beneficiários da Reforma Agrária;</p> <p>Instituto responsável: INCRA/ Institutos de terras estaduais.</p>
Projeto de Assentamento de Atingidos por Barragens – PRB	<p>A implantação é de competência dos empreendedores e o INCRA reconhece como beneficiário do PNRA. Com isso, as famílias têm acesso ao PRONAF A, à assistência técnica, social e ambiental e ao PRONERA;</p> <p>Instituto responsável: INCRA/ Institutos de terras estaduais;</p> <p>Legislação: Portaria/INCRA N.º687/2004.</p>
Projeto de Assentamento Florestal - PAF	<p>Modalidade destinada a áreas com possibilidade de manejo florestal e uso múltiplo, em base comunitária familiar. Prevê a formação de plantios com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outros usos;</p> <p>A gestão do território é coletiva;</p> <p>Os recursos de crédito para instalação e produção são provenientes do PRONAF A;</p> <p>Infraestrutura básica é de responsabilidade da União;</p> <p>Concessão de uso é de responsabilidade da União;</p> <p>Instituto responsável: INCRA;</p> <p>Legislação: Portaria/INCRA/P/N.º 215, de 6 de junho de 2006.</p>
Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS	<p>Visa ao desenvolvimento de atividades ambientais diferenciadas, destinadas às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental;</p> <p>A obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção de beneficiários são de responsabilidade da União mediante o INCRA;</p> <p>A gestão do território é coletiva;</p> <p>Titulação: concessão real de direito de uso;</p> <p>Instituto responsável: INCRA;</p> <p>Infraestrutura básica é de responsabilidade da União;</p> <p>Legislação: Portaria/INCRA/P N.º477, de 04 de novembro de 1999.</p>
Projeto de Assentamento Conjunto – PAC	<p>Projeto de colonização implantado pelo INCRA em parceria previamente definida com empresas rurais de grande porte ou cooperativas;</p> <p>Este projeto não está sendo implantado na atualidade;</p>

	Instituto responsável: INCRA; Legislação: Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto de Assentamento Dirigido – PAD	Mesmas características do projeto de Colonização Oficial, porém é um projeto que apresenta uma demanda específica, como o remanejamento de comunidades atingidas por barragens e remanejamento de famílias inseridas em áreas indígenas, entre outras; Forma criada em 1970 para cumprir as exigências do Estatuto da Terra; Projetos criados e titulados pela União visando à regularização das glebas rurais sob seu domínio; Legislação: Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto de Assentamento Rápido - PAR	Projetos criados e titulados pela União visando à regularização das glebas rurais sob seu domínio; Este projeto não está sendo implantado na atualidade; Aporte de recursos basicamente referentes à demarcação topográfica; Não havia aporte de recursos para a implantação de infraestrutura; Legislação: Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto de Colonização Oficial – PC	Projeto criado pela União visando à colonização de áreas do vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola do território nacional, em especial, da Amazônia Legal, nas décadas de 1970 e 1980; Infraestrutura básica é de responsabilidade da União; Concessão de uso/título de propriedade é de responsabilidade do INCRA; Instituto responsável: INCRA; Este projeto não está sendo implantado na atualidade; Legislação: Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto Integrado de Colonização – PIC	Projeto de colonização oficial, geralmente, implantado em grandes extensões de áreas, envolvendo significativo número de famílias, requerendo ações integradas entre as três instâncias governamentais; Implantado em terras públicas da União ou áreas desapropriadas pelo INCRA; Forma pouco utilizada nas últimas duas décadas; Legislação: Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.
Projeto Fundo de Pasto – PFP	Projeto criado pelos estados ou municípios sob a responsabilidade da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do governo do estado da Bahia voltado ao atendimento de populações rurais locais; Projeto reconhecido pelo INCRA, favorecido pelo PRONAF A; Legislação: convênio entre o INCRA da Bahia, a Fundação de apoio à Pesquisa e a Cultura (FAPEC) e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA);
Projeto de Assentamento Estadual – PE	A obtenção da terra, a criação do projeto e a seleção de beneficiários são de responsabilidade das unidades federativas;

	<p>O aporte de recursos de crédito e infraestrutura é de responsabilidade das unidades federativas;</p> <p>Há possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, crédito para instalação e produção (PRONAF A);</p> <p>A titulação é de responsabilidade das unidades federativas;</p> <p>O INCRA reconhece os projetos estaduais como projetores de Reforma Agrária;</p> <p>Legislação: Norma de Execução INCRA n.º 37, de março de 2004.</p>
Projeto de Assentamento Casulo - PCA	<p>Projeto criado pelos municípios;</p> <p>A União pode participar na obtenção de recursos fundiários, mas as terras são do município;</p> <p>O aporte de recursos para a instalação e produção (PRONAF AC) é de responsabilidade do governo federal;</p> <p>A infraestrutura básica é de responsabilidade do governo federal e dos municípios;</p> <p>A titulação é de responsabilidade dos municípios;</p> <p>Legislação: Norma de Execução INCRA n.º 37, de março de 2004.</p>
Florestas Nacionais - FLORA	<p>A gestão é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;</p> <p>São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como a implantação e produção (PRONAF A);</p> <p>Legislação: Lei 9985/200 e Decreto 4340/2002, o reconhecimento da FLORA como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.</p>
Reservas Extrativistas – RESEX	<p>A gestão é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;</p> <p>São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos pelo PNRA;</p> <p>A obtenção de terras é feita pelos órgãos ambientais de caráter federal ou estadual;</p> <p>Legislação: LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002.</p> <p>Reconhecimento: Portaria Interministerial n.º 13 de 19 de setembro de 2002.</p>
Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS	<p>A gestão é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;</p> <p>São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como a implantação e produção (PRONAF A);</p>

	Legislação: Lei 9985/200 e Decreto 4340/2002, o reconhecimento da FLORA como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.
--	--

Fonte: Banco de dados da Luta pela terra (DATALUTA) (2010).

Autor: Coca (2011).

Org.: Agnol (2016).

Estes tipos de assentamentos e as famílias assentadas evidenciam a variedade de projetos instalados ao longo do processo de Reforma Agrária nos anos de 1961 a 2009, assim como a responsabilidade da União, das unidades federativas e dos municípios, sob articulação do INCRA, para a obtenção de terras e a manutenção dos projetos. Segundo dados do INCRA (2016), foram implantados 232 assentamentos do tipo PA em Minas Gerais; 87 no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e 6 no município de Ituiutaba (MG), no período de 1990 a 2011 (DATALUTA, 2013). Conforme Coca (2011), o assentamento do tipo PA representa 77% (748.763 assentamentos criados) dos 1.082.688 assentamentos criados no Brasil entre 1961 e 2009, sendo o tipo de assentamento de maior relevância.

Ainda de acordo com Coca (2011), entre 1961 e 2009, foram implantados 77.512 assentamentos do tipo PAE; 75.980 do tipo PE; 52.756 do tipo PIC; 41.437 do tipo RESEX; 29.140 do tipo PDS e 19.235 do tipo PAD. Portanto, estes são os tipos de assentamentos que têm maior ênfase no território nacional. Os demais tipos (AQ; FLORA; PAC; PAD; PAR; PC; PCA; PFP; PRB e RDS) somam 32.390 assentamentos implantados.

Esses projetos de assentamentos legitimam a forma como o Estado transfere ou legaliza as terras de Reforma Agrária de mercado. Existem diferentes políticas pelas quais o Estado obtém as terras destinadas aos assentamentos rurais. Segundo o INCRA (2016), a desapropriação consiste na política mais conhecida e utilizada, em que o Estado transfere para o camponês terras improdutivas, as quais são desapropriadas e aos proprietários são pagos Títulos de Dívida Agrária (TDA). O INCRA visa, inicialmente, os imóveis rurais classificados como grandes propriedades, aquelas cuja área é superior a 15 módulos fiscais. Pequenas e médias propriedades não podem ser desapropriadas (desde que o proprietário não possua nenhuma outra propriedade rural). Assim que o INCRA **apresenta os títulos emitidos e faz o depósito do dinheiro** em juízo, a Justiça Federal imite a autarquia na posse do imóvel. A partir da posse sobre o imóvel, o INCRA inicia os procedimentos para **selecionar as famílias cadastradas** e criar o projeto de assentamento no local.

De acordo com Carvalho (2010), na implantação de assentamentos rurais, grande parte destes é fruto de regularização fundiária, e não de desapropriação de terras para assentar pessoas que não tenham acesso a estas. Isto é reflexo das políticas agrárias neoliberais

implantadas na década de 1990. Desse modo, entende-se que não ocorre, de fato, a reforma da estrutura fundiária do país, e sim a Reforma Agrária assistida pelo mercado ou Reforma Agrária baseada na comunidade, ou seja, a Reforma Agrária de mercado, em que a política de Reforma Agrária neoliberal busca a resolução do conflito histórico entre os sem-terra e os latifundiários. A regularização de terras legitima áreas já ocupadas pelos camponeses que ainda não possuem título de posse. Para Coca (2011), a regularização de terras está à frente da desapropriação no processo de implantação de assentamentos. Carvalho (2010) diz que:

Assim sendo, esse modelo, que é chamado de “reforma agrária de mercado”, foi criado para substituir a reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais que não cumprem sua função social, por relações de compra e venda de terras, ou seja, por esquemas de financiamento de compra de terras por trabalhadores rurais. (CARVALHO, 2010, p. 24, grifos do autor).

Segundo Coca (2011), a Reforma Agrária de mercado surge como uma proposta alternativa ao modelo de reforma baseado na desapropriação, posto que, por meio dela, os camponeses têm acesso à terra a partir de financiamentos cedidos pelo Estado, tendo o Banco Mundial como incentivador, cujas parcelas seriam pagas posteriormente. Assim, o ônus gerado pelo assentamento não ficaria com o Estado apenas, como ocorreria até então, sendo repassado aos camponeses em outro momento. Esse modelo de Reforma Agrária acabou despolitizando o tema e beneficiando os latifundiários passíveis de desapropriação.

A grande propriedade no Brasil é uma herança histórica e oferece forte resistência ao fracionamento, o que lhe proporciona uma dupla vantagem: de um lado, maior número de braços à procura de ocupação e, de outro lado, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem absorvidas e agrupadas pela grande exploração. Dessa forma, a Reforma Agrária se faz necessária para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, mesmo tendo perdido a razão para os grupos hegemônicos e políticos (CARVALHO, 2010). Não se deve, entretanto, entender Reforma Agrária apenas como uma mera distribuição de lotes, o que geralmente acontece, e sim como uma mudança radical na estrutura política e social do campo, sobre o qual o pequeno agricultor tenha autonomia e consiga diminuir a influência dos latifundiários.

No entanto, a Reforma Agrária de mercado representa a compra e a venda de terras privadas financiadas pelo Estado, de maneira que se vislumbra uma perspectiva pouco favorável no campo agrário, pois a política de assentamentos, além de não alterar substancialmente a estrutura agrária, sequer está sendo capaz de atender às camadas de

agricultores que são expulsos do setor agropecuário. É este cenário que possibilita afirmar que não existe efetivamente uma política de Reforma Agrária em curso no Brasil.

A subseção seguinte trata acerca do papel dos movimentos socioterritoriais no processo de implantação dos assentamentos rurais, mormente, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

3.2 Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e os movimentos socioterritoriais

A atual configuração territorial de Minas Gerais está relacionada às ações geopolíticas desempenhadas por grupos sociais que obtiveram maiores poderes econômicos e políticos, no processo histórico de instrumentalização do Estado e de disputas pelo uso do território. Os grupos dominantes, formados pelas burguesias agrárias, política e tecnocrata, ocuparam as instâncias do Estado, sobretudo a partir dos anos 1930, com objetivos de planejar e ordenar o território mineiro às demandas do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Assim, a configuração territorial de Minas Gerais está historicamente associada à crescente apropriação do espaço como objeto (re)definido pelas diversas manifestações físicas, culturais e, sobretudo, pelas heterogeneidades políticas, econômicas e sociais que se destacam no contexto espacial. É associada, ainda, à formação territorial do Brasil, especialmente no que diz respeito às tentativas de integração econômica das regiões mineira com a capital Belo Horizonte, inaugurada em 1897, que foi planejada e construída no centro do estado e está integrada à economia nacional (VIEIRA, 2014).

A economia mineira foi, desde o início, baseada na exploração da riqueza significativa dos seus bens naturais. O panorama de segurança política pós-64, com expansão econômica, oportunidade de investimento com elevadas taxas de lucro e por fim, pelo excesso de liquidez e busca de oportunidades de aplicação indústria básica, principalmente do aço de cimento, geração de energia e outras infraestruturas que possibilitaram fluidez à exploração dos bens naturais associadas ao capital internacional e aos incentivos do Estado. A construção de Brasília influenciou também a exploração de recursos minerais. As desigualdades econômicas e estruturais no estado de Minas Gerais são exploradas por Vieira (2014). Conforme o autor,

O Norte de Minas, com a economia baseada na pecuária extensiva, produção familiar e produção camponesa, obteve grandes incentivos por meio de investimentos industriais precisos, possíveis em decorrência do fornecimento de estudos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Todavia a região caracteriza-se por altos índices de desigualdades sociais e de

oportunidades, bem como pela falta de políticas específicas que considerem os aspectos climáticos como os problemas relacionados à seca, e os impactos sociais e ambientais de grandes projetos no território. A região de ocupação do Sul de Minas foi escolhida como área de desconcentração da aglomeração industrial de São Paulo. (VIEIRA, 2014, p. 100).

As regiões do Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas foram delimitadas como fronteira inicial para entrada dos agronegócios e centros de distribuição de mercadorias. O Triângulo Mineiro, com topografia predominantemente plana e em chapadas com grande disponibilidade de água, foi, estrategicamente, área de ocupação dos agronegócios. A região foi descrita, mormente, a partir dos anos 1970, como uma região de economia agrícola especializada, de alto nível tecnológico, voltada para a produção de cereais, armazenamento e (re)distribuição de mercadorias.

A atuação do Estado foi determinante no processo de ocupação e incentivos financeiros às produções em larga escala no Cerrado mineiro. O Noroeste de Minas, atualmente, também é evidenciado pela economia dos agronegócios, mais especificamente, pela produção de grãos (agricultura irrigada) e reflorestamentos. Caracteriza-se, inclusive, pela tentativa, por parte do Estado, de resolução do seu “vazio demográfico” e falta de integração econômica na divisão territorial do trabalho. Assim, a região foi tomada pelo movimento de expansão para o Oeste – projeto do governo Getúlio Vargas para (re)ocupar o interior do país, denominado “Marcha para o Oeste”, iniciado em 1938 (VIEIRA, 2014).

Ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, destinou-se o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI, 1972-1975), criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para estimular a expansão da agricultura no Cerrado, promovendo a soja e o café cultivados em grandes e médias propriedades. Este Programa almejava desenvolver uma agricultura capitalizada direcionada ao mercado externo.

Para Carvalho (2011), os resultados apresentados pelo PCI culminaram na implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO, 1975-1980), cujo principal propósito, explicitado pelo Governo, era a ocupação racional e ordenada do Cerrado. A metodologia baseava-se na seleção de polos de desenvolvimento agropecuário em áreas estratégicas – que apresentassem infraestrutura e potencial agrícola favorável – com o intuito de estimular os produtores a adotarem inovações tecnológicas. A base do POLOCENTRO e as infraestruturas criadas serviram, posteriormente, para a implantação do Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER),

cujo objetivo era impulsionar e apoiar a ocupação de áreas de Cerrado mediante incentivos às linhas de créditos fundiários para aquisição de terras.

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba caracteriza-se pela forte inserção de projetos governamentais que resultam na concentração de terras. Dessa forma, os conflitos e ocupações no campo se intensificaram, na tentativa de atuar contra a exclusão social originada pelos capitalistas e proprietários de latifúndios que sempre determinaram o quadro agrário da região. As ocupações de terra constituem-se como formas de mobilização social mais eficazes para conquistar a terra porque exercem uma pressão maior sobre o Estado e a sociedade favorável à realização da Reforma Agrária. Conseqüentemente, essas manifestações e articulações entre os trabalhadores rurais viabilizam o crescimento político e o desenvolvimento das potencialidades dos movimentos socioterritoriais, cujas ações impulsionam a criação dos assentamentos rurais, os quais são compreendidos como espaços de reterritorialização dos agricultores.

Com base nos dados coletados pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), a Tabela 2 retrata as ocupações e a criação de assentamentos na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nos anos de 1990 a 2013.

Tabela 2 – Ocupações e assentamentos criados no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – 1990 a 2013.

Municípios do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	Numero de ocupações	Numero de assentamento criados
Araguari	5	2
Araxá	11	–
Campina Verde	10	12
Campo Florido	3	2
Campos Altos	1	1
Canápolis	3	–
Capinópolis	1	–
Carmo do Paranaíba	1	–
Carneirinho	2	–
Comendador Gomes	3	1
Coromandel	10	2
Frutal	2	–
Guimarânia	1	–
Gurinhata	7	4
Ibiá	10	5
Ituiutaba	16	6
Iturama	2	–
Limeira do Oeste	1	2
Monte Alegre de Minas	3	–
Nova Ponte	3	1
Patos de Minas	1	2
Patrocínio	8	2
Perdizes	6	5
Prata	19	5
Rio Paranaíba	2	2
Sacramento	7	1
Santa Vitória	18	6
São Francisco de Sales	2	2
Serra do Salitre	5	1
Tapira	1	1
Tiros	1	–
Tupaciguara	3	1
Uberaba	8	3
Uberlândia	54	14
União de Minas	1	1
Veríssimo	4	3

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) (2013).
Org.: Agnol (2016).

Observa-se, na Tabela 2, que o município de Uberlândia possui o maior número de ocupações nesse período, com 54 ocupações. Em segundo lugar, posiciona-se o município de Prata, com 19 ocupações. O município de Ituiutaba (MG) apresentou 16 ocupações no período descrito. Com relação à criação de assentamentos rurais, entre os períodos de 1990 e 2013, pode-se destacar a sua relação com as pressões realizadas pelas ocupações de terra. No município de Uberlândia foram criados 14 assentamentos, com 832 famílias assentadas em

20.038 hectares; seguidos pelos 12 assentamentos em Campina Verde, com 625 famílias em 17.407 hectares, e 6 assentamentos em Ituiutaba (MG), com 209 famílias.

Os projetos de assentamentos rurais baseados na pequena produção familiar precisam ser concebidos, também, considerando a formação da coletividade, como a constituição de associações de produtores ou núcleos de cooperação, por exemplo. Isso porque o sistema capitalista atual é muito competitivo e, se o pequeno produtor se inserir de forma isolada no mercado, fatalmente, ele não terá condições de competir com o médio e o grande produtor. Nessa perspectiva, os assentamentos não apenas geraram empregos, mas, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, como também transformaram, em maior ou menor medida, as relações de poder e comércio local.

A ocupação de terras deve ser vista como uma ação dos agricultores contra a expropriação e, portanto, é uma forma de “materialização” da luta pela terra. Assim, a formação dos movimentos socioterritoriais é um dos caminhos encontrados para esta materialização ser desenvolvida. Nesse sentido, os movimentos de luta pela terra têm demarcado um território importante na sociedade brasileira, a partir de reivindicações e mobilizações pelo avanço da Reforma Agrária.

As ocupações de terras e a consequente implementação dos assentamentos representam a conquista e o avanço das ações dos movimentos de luta pela terra, em direção à democratização do acesso à terra no Brasil, a partir do tensionamento e do enfrentamento com as forças políticas e econômicas que dominam e influenciam a estrutura política, jurídica e econômica do Estado brasileiro, notadamente expressa pelos interesses de grupos econômicos que concentram terras e riquezas no país (a exemplo dos latifundiários). Por sua vez, a efetivação dos assentamentos rurais na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, na sua maior parte, é resultado das pressões dos movimentos de luta pela terra e ocupações de terras. Nesse contexto, Gonzaga et al. (2009) afirma que:

No momento da ocupação, os movimentos sociais de luta pela terra, anseiam criar um novo território, um espaço de vida para as famílias, com uma nova dinâmica de uso da terra, sendo esse o processo territorialização. Atrelado a esse processo, tem-se o da desterritorialização da área, que normalmente é improdutiva, e pertencente a um latifundiário, para finalmente ocorrer a reterritorialização, a efetivação desse novo território em favorecimento desses indivíduos, não se tendo aí o fim da luta pela terra, mas sim, uma mudança de foco, e é claro, uma mudança da dinâmica no que diz respeito à sobrevivência a partir da terra e com relação à sua afixação, através da criação dos assentamentos rurais. (GONZAGA et al., 2009, p. 6).

As ocupações receberam forte influência dos movimentos socioterritoriais na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Consideram-se como os principais movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra nesta região os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT/APR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) eo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Segundo o DATALUTA (2013), a região contou com a presença de mais de dez movimentos socioterritoriais, entre os quais se destacam como mais atuantes o MST, o MTL, o MLST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Convém salientar que todos os movimentos citados se valem da ocupação de imóveis rurais como forma de acesso à terra, bem como de manifestações distintas, que vão desde cartas reivindicatórias até a ocupação de prédios públicos.

O **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)** foi criado, oficialmente, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, realizado em janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Ao longo da sua história, seis objetivos principais foram traçados, alguns anexados ao longo de sua existência e outros definidos desde a fundação do movimento, em 1985. Estes objetivos são: 1) construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital; 2) a terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade; 3) garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4) buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5) difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais e 6) combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST, 2016).

Segundo Oliveira (2007), o MST, integrante da luta do campesinato brasileiro, nasceu como um movimento de massa, de contestação contra o não cumprimento da lei da Reforma Agrária pelo Estado. Um modo de compreender a atuação deste movimento é a partir das suas palavras de ordem. Na década de 1980, o seu lema era “terra para quem nela trabalha” e, quando o movimento começou a enfrentar resistência, o lema foi alterado para “terra não se ganha, terra se conquista”. Quando o I PNRA não estava sendo implantado, o lema passou a ser “sem Reforma Agrária não há democracia”. Em fase de extrema violência aos defensores da Reforma Agrária (1986-1989), as palavras de ordem do movimento alteram-se novamente: “ocupação é a única solução”, “enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra”. Na década de 1990, à medida que os assentamentos começaram a ser conquistados, o posicionamento político e as estratégias de luta, assim como as palavras de ordem, sofreram

modificações: “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Nos anos 2000, o movimento recebeu aceitação na conjuntura social e seu lema passou a ser “Reforma agrária: um Brasil sem latifúndio” – uma alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas.

Segundo Vieira (2014), a territorialização do MST no Triângulo Mineiro vem ocorrendo, principalmente, a partir do município de Uberlândia, onde o movimento agrega o maior número de assentamentos rurais e de acampamentos. As lideranças regionais estão tanto nos acampamentos, nos assentamentos, como nas cidades. Há lideranças distribuídas em Uberlândia, em Uberaba, em Araguari e em Santa Vitória. A primeira grande conquista do movimento na mesorregião foi o Assentamento Paulo Freire (antiga Fazenda Nossa Senhora das Graças), situado a 33 km do município de Santa Vitória.

De acordo com Carvalho (2011), as primeiras lideranças do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba surgiram em 1989. Elas se dirigiram para Iturama, convidadas pelo grupo ligado à ocupação da Fazenda Barreiro – que constituiria, posteriormente, o PA Iturama – e, também, pelas lideranças da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Neste período, essas lideranças sofreram forte repressão da polícia e de pistoleiros. Nos anos de 1997, retornaram ao estado e criaram uma sede regional do movimento em Uberlândia. Uma das primeiras articulações no retorno do MST à região ocorreu no município de Santa Vitória. O MST fez a ocupação da Fazenda Jubran, vivendo um quadro de luta e repressão da UDR com milícias armadas e força policial.

A atuação do MST estimulou a materialização de outros movimentos na região descrita, como o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), que surgiu em 1997 em um congresso que reuniu vários grupos de sem-terra que lutavam pela Reforma Agrária em nosso país. Sua proposta era a de ser um movimento sem-terra sem mandonismo, de base e socialista. Contudo, com o tempo, ficou evidente que existiam setores do movimento mais interessados em projeção pessoal do que com o compromisso com a luta.

O Movimento dos Trabalhadores (MT), o Movimento de Luta Socialista (MLS) e o Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta (MLST de Luta), ao se unificarem em único movimento, denominado de Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) – organização autônoma e independente, de massas, socialista, democrática e plural, inserida no campo e na cidade – apresentaram à sociedade brasileira, em especial, aos movimentos e organizações que lutam pela emancipação política e econômica dos trabalhadores, os pressupostos básicos que possibilitaram o surgimento de mais este instrumento de luta do povo brasileiro (MTL, 2016). Para Carvalho (2011),

O MLST, desde sua fundação, atua no que se refere à produção, com as agroindústrias, pois avalia que, devido ao modelo de produção atual, os movimentos tem que criar alternativas viáveis para a produção, acreditando que a viabilidade para os assentamentos está na produção diversificada em agroindústrias e esse é o projeto atual que o movimento tem buscado desenvolver na região, por exemplo, com a produção de leite, associada a hortaliças, frutas. As organizações e instituições colaboradoras do MLST no processo de luta na região são: Sindicato dos trabalhadores rurais de Uberlândia, Sindicato dos comerciários de Uberlândia, Associação de moradores irregulares de Uberlândia dos bairros Prosperidade e Joana D'Arc, APR, CPT, CÁRITAS Brasileira, Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares – RENAP e PT. (CARVALHO, 2011, p. 105).

Conforme os estudos de Carvalho (2011), no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o MLST já conquistou 40 assentamentos. Este movimento acredita que a viabilidade para os assentamentos está na produção diversificada em agroindústrias, que é o atual projeto que o movimento tem buscado desenvolver na região, por exemplo, com a produção de leite associada à produção de hortaliças e frutas.

Na concepção das lideranças do MTL, quando os assentados apresentam um projeto coletivo, este é visto como um diferencial pelos órgãos de apoio à Reforma Agrária. O MTL não conta com o apoio de nenhuma organização na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, pois considera que todas são conservadoras, haja vista que estão atreladas à política que governa a região. A principal forma de luta do MTL é a ocupação e seu diferencial é o sistema cooperativo, sustentável e de integração campo-cidade, buscando um projeto socialista, de esquerda. O movimento conquistou 31 assentamentos na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, assentando aproximadamente 3.600 famílias. O maior exemplo de seu sistema de cooperativismo é a Cooperativa de Empreendimento Rural Comunitário – São Domingos, localizada no município de Tupaciguara (MG), com sede no PA São Domingos. Esta cooperativa produz alimentos para consumo e comercialização de todos os cooperados (CARVALHO, 2011).

Vale ressaltar o papel da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), criada em 1968, devido ao expressivo número de sindicatos efetivados neste período. Com uma forma de atuação pouca autônoma e altamente vinculada ao Estado, a FETAEMG só trouxe a Reforma Agrária para o campo efetivo das suas prioridades de luta em meados da década de 1980. As primeiras diretorias da entidade, fortemente vinculadas aos Círculos Operários Cristãos, restringiam-se às tentativas de aplicação do Estatuto da Terra e a denúncias de arbitrariedades no campo (como formas de violência e grilagem de terras). Nos anos 1970, acentuou-se o caráter assistencialista imprimido ao

movimento, que passou a dar prioridade a convênios com órgãos de Estado, em especial, no que se refere à operacionalização do Fundo de Assistência Social ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). No entanto, apesar de manter seu controle quase absoluto sobre o conjunto dos sindicatos do Estado, a FETAEMG começou a concorrer com a ação mais efetiva de outras organizações no direcionamento das lutas dos trabalhadores rurais do estado, como a CPT, a CUT e o MST. A partir da segunda metade da década de 1980, a FETAEMG passou a adotar uma postura mais agressiva na condução da luta pela terra, o que é impulsionado, inclusive, pelo surgimento de novos atores no processo de organização dos trabalhadores rurais do estado, como o MST e a CPT, que promovem uma luta de ocupação e enfrentamento (GOMES, 2004). De acordo com Gomes (2004),

No Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a existência de tamanha multiplicidade de movimentos, além de refletir certa heterogeneidade, característica das situações rurais, está ligada, por vezes, a conflitos internos e outros existentes entre os movimentos sociais (como em “rachas” ou disputas), que se vinculam a questões de ordem política, metodológica, ou até mesmo pessoal. Tais conflitos, frequentemente, atravancam processos de luta que, em sendo unificados, tenderiam a acumular muito mais força, ampliando o poder de pressão e expressão dos trabalhadores rurais sem-terra. (GOMES, 2004, p. 134).

Estes movimentos, durante o período militar, sofreram retrocessos em virtude dos enfrentamentos com o Estado e, na década de 1980, eles ressurgiram motivados pelas reivindicações populares. Para Gomes (2004), as experiências de luta são disseminadas entre os trabalhadores rurais e amplificam o seu poder de organização e mobilização. Vários são os relatos de ocupações; despejos; acampamentos em propriedades e em beiras de estradas, com produção comunitária em muitos deles; reuniões; ocupações de prédios públicos e manifestações. Portanto, configuram-se histórias de resistência, de persistência, de conflitos internos e externos; de negociações pacíficas e de violências de toda a sorte; de derrotas e de vitórias.

Demonstra-se, assim, que os assentamentos rurais são frutos da luta pela terra articulada aos movimentos socioterritoriais, cuja atuação na conquista da terra e na construção dos assentamentos reflete a luta pela inclusão social, econômica e política de uma ampla parcela da sociedade marcada pela exclusão.

4 REFORMA AGRÁRIA EM ITUIUTABA (MG) E O ASSENTAMENTO CHICO MENDES

Ituiutaba (MG) apresenta-se com a maior relevância econômica e de infraestrutura da porção oeste do Triângulo Mineiro ou da chamada região do “Pontal”. Esta cidade foi considerada, nas décadas de 1950 e 1960, como a “capital do arroz”. Entretanto, nas últimas três décadas, o município tem recebido importantes empreendimentos econômicos, o que alterou seu cenário agrário com a inserção de atividades capitalizadas, como o gado leiteiro e de corte, seguido da produção de soja e, posteriormente, da cana de açúcar, além da instalação de laticínios.

A presença de latifúndios improdutivos fomentou as ocupações de terra por intermédio de movimentos socioterritoriais, o que, conseqüentemente, culminou na criação de projetos de assentamentos rurais. É o caso do PA Chico Mendes, fruto de ocupação em terras improdutivas e de articulações entre o MST e o INCRA. A trajetória das famílias assentadas, na luta pela terra, é apresentada nesta seção.

Após contextualização do processo de criação de projetos de assentamentos rurais por meio da luta pela terra e dos movimentos socioterritoriais em Ituiutaba (MG) e da compreensão dos caminhos percorridos pelas políticas públicas de crédito rural – neste caso, o PRONAF (seção 3) – nesta seção, abordaremos as principais características do assentamento em estudo, o PA Chico Mendes, sua história, assim como suas características sociais e econômicas, a fim de melhor compreender o contexto de luta pela terra e a territorialização de assentamentos rurais.

Dessa forma, a presente seção tem o objetivo de entender o assentamento Chico Mendes, mediante a construção do seu perfil socioeconômico, como lócus de reprodução da agricultura familiar. Assim, nesta seção adotamos o conceito de agricultura familiar, termo que atendeu às expectativas do trabalho, uma vez que as famílias assentadas se encaixam nesta categoria delimitada pelo Estado.

Para aquisição de informações específicas acerca do assentamento em estudo, foi necessária a realização de trabalho de campo para coletar dados, fazer entrevistas, analisar atas de reuniões e participar destas, bem como aplicar questionários com os assentados do PA Chico Mendes, afim de traçar o perfil socioeconômico destes, além de analisar a produção agrícola e conhecer a realidade na qual estão inseridos.

As visitas semanais ao assentamento aconteceram entre os meses de setembro a novembro de 2016, para aplicação dos roteiros de entrevista e questionários e coleta de registros fotográficos, além de análise de atas de reunião e seleção de fotos do acervo pessoal das famílias.

O roteiro de entrevista semiestruturada contém quatro perguntas previamente elaboradas, que contemplam questões mais significantes sobre a territorialização do assentamento, relevância das políticas públicas de crédito para as famílias assentadas, bem como os principais problemas enfrentados. Este roteiro foi aplicado à presidenta da Associação Chico Mendes, eleita como a líder administrativa do assentamento. Os depoimentos coletados durante a entrevista ou expressos no questionário foram transcritos na íntegra, de modo a conservar a originalidade da fala.

Os questionários contêm quinze questões mais relevantes para realizar a análise do perfil socioeconômico das famílias do PA Chico Mendes. Foram aplicados a trinta e oito famílias, sendo que dez delas, por motivos pessoais, não responderam às informações do questionário. Então, das quarenta e nove famílias que compõem o assentamento, trinta e nove serviram como fonte de pesquisa, ou seja, de cem indivíduos assentados apenas oitenta e um participaram da pesquisa.

As obras Leite (1997), Fernandes (1999), Mendes (2005), Gonçalves (2008), Nascimento e Melo (2010), Silva (2010), Silva (2011), Alves (2012), Souto (2016) foram essenciais para compreender o processo de espacialização e territorialização do assentamento Chico Mendes, assim como auxiliaram na análise da realidade econômica e social das famílias assentadas. Os dados do IBGE (2007) e do DATALUTA (2014) e as informações do *site* do INCRA serviram à composição das tabelas e às discussões acerca do cenário agrário municipal.

A relação entre os movimentos socioterritoriais e o Estado impulsiona a criação de assentamentos rurais por meio de políticas que vão além da desapropriação de terras, sendo utilizados mecanismos como a compra, doação, reconhecimento e regularização fundiária. Os beneficiários envolvem os agricultores que não possuem ou que possuem pouca terra, como é o caso dos quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outras comunidades tradicionais envolvidas na luta pela terra. A diversidade de assentamentos rurais reflete a luta pela terra e as ações do Estado para conter os conflitos.

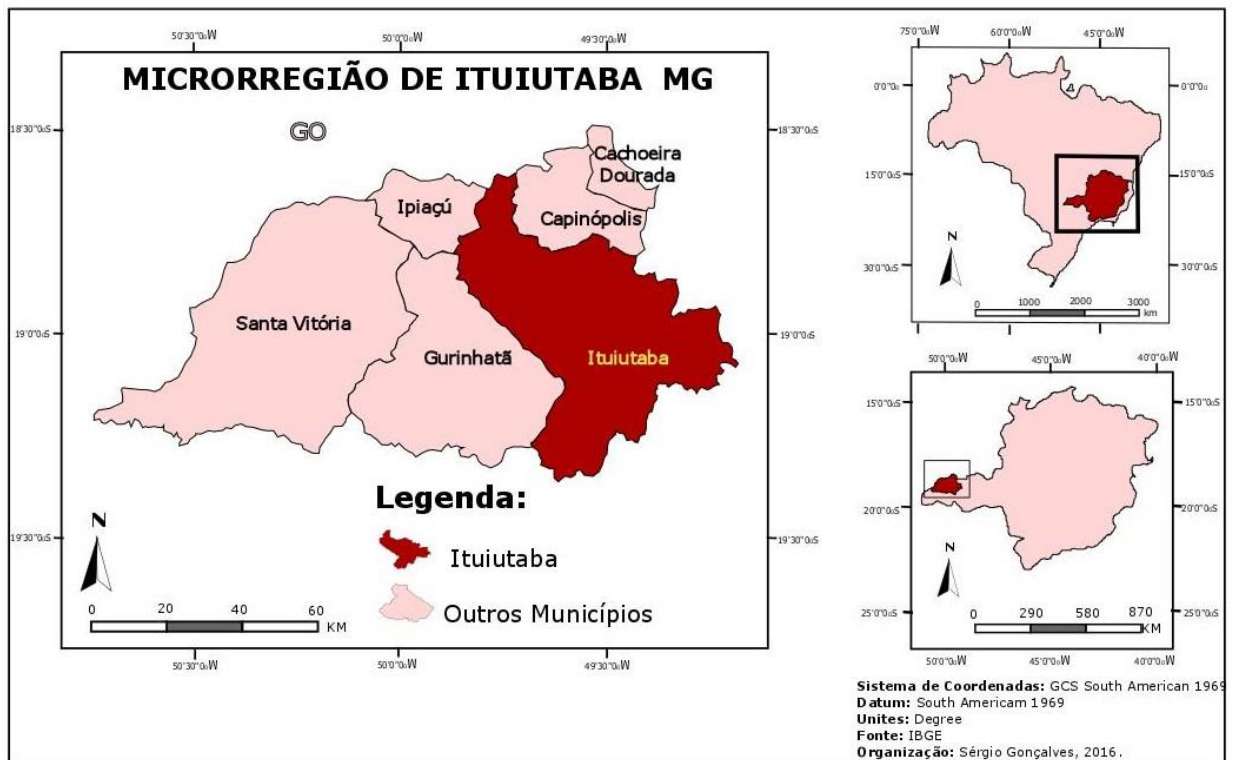
Pelo fato de o assentamento Chico Mendes ser concedido pela legislação Introdução Normativa Nº 15, de 30 de março de 2004, art. 3, configura-se como tipo de Projeto de

Assentamento Federal (PA), cujas terras são obtidas/adquiridas pela União por meio do INCRA.

4.1 Caracterização do espaço rural e da dinâmica agrária de Ituiutaba (MG)

O município de Ituiutaba se localiza no estado de Minas Gerais, na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, compondo a Microrregião de Ituiutaba, composta por seis municípios (Cachoeira Dourada, Capinópolis, Ipiacú, Guarinhata, Santa Vitória) (Figura 2). Sua extensão territorial é de 2.587km², possuindo 102.020 habitantes (IBGE, 2013).

Figura 2 – Microrregião geográfica de Ituiutaba: localização do município de Ituiutaba (MG).



Fonte: IBGE (2016).

Org.: Gonçalves (2016).

Segundo o IBGE (2008), a cidade de Ituiutaba (MG) se formou no século XIX a partir do processo de interiorização do país, por expedições às margens dos rios Tejuco e Prata. Aos poucos, a criação de sesmarias expulsou os nativos e, em 1832, surgiram os primeiros núcleos de povoamento, vinculados à Capela do São José do Rio Tejuco. O povoamento foi elevado à condição de distrito de Uberaba (MG), em 1839, freguesia, em 1860, vila, em 1901 (denominada Vila Platina), vindo a receber a denominação Ituiutaba em 1915. Nos primórdios da ocupação do Tejuco, foram importantes as atividades de exploração pastoril de gado e

suínos, bem como a agricultura de subsistência de milho, arroz, mandioca e feijão, de maneira que, no povoado e nos povoados adjacentes, realizava-se a comercialização dessa produção, considerada ainda incipiente.

Entre 1930 e 1945, a descoberta de diamantes no rio Tejuco atraiu mineradores, de maneira que a atividade do garimpo iniciou, fortaleceu-se e entrou em decadência em poucos anos. Em 1938, as Indústrias Reunidas Fazendeiras investiram na construção de uma beneficiadora de arroz, um laticínio e uma algodoeira, de modo que a produção agropecuária pôde ser dinamizada, pois, rapidamente, cresceu a produção de arroz e algodão. Em 1950, sob o codinome de “Capital do Arroz”, por ser o município com maior produção desta cultura no estado de Minas Gerais, Ituiutaba (MG) agregava cerca de 100 beneficiadoras de arroz. Essa estruturação econômica atraía populações, que afluíam ao município e à região a procura de terras para investir e plantar, buscando empregos em fazendas, no comércio e nas empresas (SOUTO, 2016).

Tabela 3 – Ituiutaba (MG): população rural, população urbana e população total nos anos 1907, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

	1907	1910	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	n.d.	n.d.	n.d.	30.696	48.065	42.452	17.635	9.107	6.372	5.238	4.046
Urbana	n.d.	n.d.	n.d.	4.356	4.407	28.252	47.021	65.133	78.205	83.853	93.125
Total	19.970	20.882	20.772	35.052	52.472	70.702	64.656	74.240	84.577	89.091	97.171

Fonte: Oliveira (2013, p. 3013).

Com base nos dados da Tabela 3, infere-se que, entre 1960 e 1970, ocorre a efetiva urbanização da população, de forma que a maior parte da população local passou a viver no espaço urbano (índice de 72,72% de moradores urbanos ou 47.021 habitantes no ano de 1970), índice este que, atualmente, gira em torno de 95,83%, uma vez que se fala, em 2010, em 93.125 moradores urbanos. Esta preponderância da moradia urbana sobre a rural e a emergência de ciclos econômicos que priorizam as cadeias dos agronegócios (leite, cana-de-açúcar, gado de corte, lavouras de milho e soja) criam a condição de um campo cada vez menos habitado, articulado a redes agroindustriais, e um município que cresce em população e em demanda de toda sorte de alimentos (carnes, frutas e verduras) para o seu abastecimento.

Sobre as alterações na população municipal, Nascimento e Melo (2010) constata que a população do município de Ituiutaba (MG) apresentou crescimento na década de 1960. Entretanto, é notável que a taxa de crescimento populacional diminuiu significativamente entre 1960 e 2007. A população urbana e a taxa de urbanização, por outro lado, apresentaram, na segunda metade do século XX, crescimento significativo. Na década de 1960, a população

urbana ultrapassou a rural e a urbanização atingiu, no ano de 1970, o índice de 72,5 %. Esse processo associa-se à tendência de aceleração da taxa de urbanização, vivida pelo próprio país, mas também tem relações com a economia local e regional. Nos anos de 1960, o incremento da urbanização, em Ituiutaba (MG), ocorreu, particularmente, em função do dinamismo da produção de arroz. Em relação aos indicadores sociais do município, destaca-se a obra de Nascimento e Melo (2010). Segundo os autores,

O município de Ituiutaba vem, nas últimas décadas, apresentando melhorias em muitos dos indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) deste município evoluiu de uma condição de baixo indicador, em 1970, para médio, em 1980 e atingiu, no ano de 2000, a classe de alto IDH. A dimensão que mais contribuiu com a evolução positiva do IDH entre 1991 e 2000 foi à longevidade, com 43,9 % e depois, em segundo lugar, a educação, com 36,3%. De forma semelhante, verifica-se evolução positiva nos indicadores educacionais, destaca-se a queda da taxa de analfabetismo (de 17,8 % entre os adultos, em 1991, passou para 14% no ano de 2000), e o aumento da média de anos de estudo (de 5,0 anos estudo, em 1991, passou para 5,8 anos em 2000. A renda *per capita* média do município cresceu 28,76%, passando de R\$ 237,54, em 1991, para R\$ 305,85 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 16,69%, passando de 26,1%, em 1991, para 21,8% em 2000. Entretanto, a desigualdade cresceu, o Índice de Gini passou de 0,57, em 1991, para 0,59 em 2000. (NASCIMENTO; MELO, 2010, p. 16).

Quanto à melhoria nos índices econômicos e educacionais, este pode estar associado à implantação do *campus* da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2006, e do Instituto Federal Tecnológico (IFET), em 2008, como também de empresas ligadas à expansão da produção sucroalcooleira na região e no município de Ituiutaba (MG), nos anos de 2007 e 2008, que contribuem para o acesso à educação e para a geração de emprego.

Entre as décadas de 1950 e 1980, Ituiutaba (MG) recebeu novos agentes econômicos vinculados às atividades agroindustriais, com destaque para a instalação do Frigorífico Bertin e JBS, do laticínio Nestlé e do laticínio Canto de Minas, incentivando as atividades pastoris do gado de corte e do gado leiteiro. Vale ressaltar, também, a construção, sob os auspícios do Programa Nacional do Álcool combustível (Proálcool), de duas usinas de açúcar e álcool no município de Canápolis (MG) (SOUTO, 2016).

Tabela 4 – Ituiutaba (MG): área plantada, quantidade produzida e valor da produção de cana-de-açúcar – 2000 e 2010.

Área plantada (hectares)		Quantidade produzida (toneladas)		Valor da produção (mil reais)	
2000	2010	2000	2010	2000	2010
295	68.667	41.650	5.240.690	833	183.424

Fonte: Alves (2012).

Analisando a Tabela 4, percebe-se um significativo aumento na produção de cana-de-açúcar no ano de 2010, cerca de 5.199 toneladas a mais, do que no ano 2000, assim como o aumento da área destinada à plantação. Para Alves (2012), este crescimento está relacionado às condições climáticas do município, como também aos investimentos no setor sucroalcooleiro.

Consoante Silva (2010), a produção de cana-de-açúcar detém o maior expoente produtivo, acompanhada pelo milho e a soja. Destacam-se, ainda, outras culturas, como o sorgo, o arroz e a mandioca, porquanto se mostram expressivas, mesmo que em menor quantidade. A produção de gado de corte e leiteiro estão presentes em Ituiutaba (MG) devido às empresas de beneficiamento de leite, como Canto de Minas e Nestlé, e dos frigoríficos Frig West e JBS, instalados no município. Conforme Souto (2016), no ano de 2013, a Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba produziu 2.335.167 litros de leite, representando 27,26% da quantidade produzida em todo o estado mineiro.

Tabela 5 – Ituiutaba (MG): produção agrícola – 2007.

Cultura	Área plantada (Hectares)	Produção (Mil reais)
Abacaxi	10	213
Arroz	50	63
Milho	8.000	13.200
Soja	5.000	8.750
Sorgo	1.100	715
Mandioca	210	735

Fonte: IBGE (2007).

Org.: Agnol (2016).

Ressalta-se da tabela acima a produção de milho em larga escala; cerca de 44.000 toneladas no ano de 2007, segundo dados do IBGE (2007). Os demais grãos, como a soja (12.500 toneladas) e o sorgo (2.860 toneladas), possuem destaque porque o milho se torna a base da ração animal, que propicia a produção leiteira no município. O recebimento desses

grãos fica sob responsabilidade das empresas ADM e ABC, instaladas no município de Capinópolis (MG).

De modo geral, pode-se considerar que a produção agropecuária em Ituiutaba (MG) se desenvolveu até meados da década de 1980. A partir da evolução do processo produtivo, do beneficiamento e da comercialização, modificações substanciais proporcionaram as dinâmicas produtivas neste setor. Entre estas, salienta-se a redução do cultivo de arroz, na década de 1970. Em contrapartida, houve o crescimento da pecuária leiteira, na década de 1970, e a inserção da sojicultura, no início da década de 1980. No ano de 1976, com a inserção de indústrias de beneficiamento de leite, ocorreu a expansão desta atividade no município e, a partir de 2000, deu-se a expansão produtiva da cana-de-açúcar, reduzindo, conseqüentemente, a produção de demais culturas, como a soja e o milho.

O cenário agrário de Ituiutaba (MG) apresenta características de atividades voltadas à exportação e à presença de latifúndios, uma vez que o crescimento agropecuário do município se desenvolveu no âmbito da modernização da agricultura, por estar inserido na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Os investimentos estatais direcionados à região, a fim de desenvolver a sua produção agrícola, refletiram na instalação das atividades mencionadas anteriormente. Contudo, o município também é palco da inserção de movimentos socioterritoriais de luta pela terra, haja vista que, no início dos anos 1990, algumas fazendas destinadas à produção de gado de corte encontravam-se improdutivas, segundo o INCRA. Desde modo, a ocupação de terras e a atuação dos movimentos socioterritoriais apoiados pela igreja católica passaram a compor o panorama agrário ituiutabano, como apresenta a Tabela 6.

Tabela 6 – Ituiutaba (MG): ocupações de terra e movimentos socioterritoriais atuantes – 2000 a 2013.

MST		MTL		MLST		CONTAG	
Ocupações	Famílias	Ocupações	Famílias	Ocupações	Famílias	Ocupações	Famílias
1	56	1	200	2	110	1	12

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) (2013).

Org.: Agnol (2016).

A luta pela terra em Ituiutaba (MG) teve início em meados de 1996, quando famílias de agricultores familiares, sem obter êxito nas ocupações realizadas nos municípios circunvizinhos e sob intervenções do INCRA, passaram a ocupar as terras improdutivas em Ituiutaba (MG), nas regiões conhecidas como “sete placas” e “douradinho”. As cinco ocupações apresentadas pela Tabela 6 foram pacíficas, uma vez que as terras já estavam sendo

desapropriadas pelo INCRA. Nesse contexto, as pressões exercidas pelos movimentos de luta pela terra impulsionaram a criação de seis projetos de assentamentos, a saber: a) Assentamento Engenho da Serra; b) Assentamento Douradinho; c) Assentamento Chico Mendes; d) Assentamento Divisa; e) Assentamento Renascer; f) Assentamento Pântano Mariano.

O Assentamento Engenho de Serra/ Capão Rico, fundado em 2000, pelo processo do MTL, com famílias acampadas no ano de 1998, conta, nos dias atuais, com sessenta famílias assentadas em lotes de aproximadamente 30 hectares. O Assentamento Divisa conta com a presença de vinte e sete famílias assentadas no ano de 2000 sob articulações da FETAEMG, em lotes com 30 hectares. O assentamento Douradinho, criado no ano 2002, sob articulações do MTL, assentou quinze famílias em lotes de 25 hectares. O Assentamento Chico Mendes, criado em 1999, sob articulações do MST, tem quarenta e nove famílias assentadas em lotes de 25 hectares. No Assentamento Renascer, foram assentadas quarenta famílias no ano de 2011, sob articulação direta do INCRA com o proprietário da fazenda desapropriada. O assentamento Pântano Mariano, concebido por processo de compra e desapropriação de terras pelo INCRA, no ano de 2004, assenta quinze famílias.

Para a consolidação destes assentamentos, houve a desapropriação de 6 fazendas improdutivas no município. Após, aproximadamente, doze anos deste processo, de acordo com dados do DATALUTA (2013), a configuração do espaço agrário de Ituiutaba (MG) foi alterada devido à implantação dos assentamentos; o número de imóveis rurais, em 1992, era de 1.245, passando, em 2012, para 2.070. Anteriormente ao processo de territorialização dos assentamentos, as fazendas desapropriadas exerciam a atividade de gado de corte. Com os assentamentos, a diversidade de atividades agrícolas se destacou, por exemplo, a produção de gado de corte e leiteiro, pastagens, cana-de-açúcar, presença de hortaliças e grãos como soja e milho, além de alimentos para o próprio consumo.

Os assentamentos rurais integram parte das políticas públicas implementadas no campo brasileiro, inicialmente no governo militar, como lócus de ampliação da fronteira agrícola e controle territorial. Mais recentemente (década de 1980), da forma como se apresentam, tendo o Estado como gestor e executor das políticas públicas, que nascem das reivindicações populares, não são algo que tem sido dado à sociedade e sim algo que foi conquistado, construído em processos de lutas e em embates político-ideológicos.

Evidencia-se a importância social dos assentamentos rurais para as famílias assentadas, visto que se encontravam em situação de exclusão perante o mercado de trabalho e não possuíam o acesso à terra. No âmbito econômico nas regiões e localidades em que os

assentamentos foram implantados, ocorreram alterações porquanto a produção agropecuária dos assentados coloca no mercado regional e local uma diversidade de produtos agropecuários, principalmente, de gêneros alimentícios, gerando arrecadação para o município e uma dinamização do mercado local.

Assim, a implantação de assentamentos no município de Ituiutaba (MG) tendeu a promover um rearranjo do processo produtivo na região. A diversificação da produção agrícola, mormente de alimentos, as introduções de atividades mais lucrativas e, em alguns casos, as mudanças tecnológicas refletiram-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, com efeitos sobre a capacidade de o assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local. Cabe à próxima subseção explanar sobre o processo de territorialização dos assentamentos, em específico, o PA Chico Mendes, a fim de compreender sua relevância no âmbito municipal.

4.2 Os processos de luta pela terra, espacialização e territorialização do assentamento Chico Mendes

O processo de espacialização do assentamento Chico Mendes teve início no município de Santa Vitória (MG), no ano de 1997, onde aproximadamente duzentas e cinco famílias ocuparam a fazenda Jubran, sob articulações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Foto 1 registra as manifestações das famílias que estavam na fazenda Jubran e foram despejadas mediante ordem judicial pelos latifundiários. Dessa forma, não foram assentadas e buscaram apoio para uma nova ocupação. As manifestações ocorreram em Belo Horizonte (MG), em 1997, lideradas pelo MST e pelos líderes que representavam as famílias envolvidas na militância.

Foto 1 – Belo Horizonte (MG): manifestação na sede do INCRA – 1997.



Fonte: Acervo pessoal dos assentados.

Após as manifestações, as famílias que estavam na fazenda Jubran foram assentadas. Vinte e sete famílias continuaram em busca de terra, uma vez que o número de famílias que estavam na fazenda Jubran era superior ao número de lotes que foram entregues. Estas vinte e sete famílias seguiram para o município de Ituiutaba (MG) e, sob articulações do MST e apoiados pela Igreja Católica, ocuparam as fazendas Vargem Grande, Chalon e Terra Rica, no dia 05 de julho de 1999. Estas fazendas, com aproximadamente 350 alqueires de terra, encontravam-se improdutivas e foram desapropriadas, segundo relatos de um dos líderes do movimento no período da ocupação. O Estado pagou 2.900 por alqueire e a desapropriação ocorreu no ano de 1998.

O processo de ocupação das fazendas no município de Ituiutaba (MG) ocorreu de forma pacífica, não havendo conflito direto com os latifundiários, posto que as terras tinham sido adquiridas pelo INCRA no ano de 1998 (governo de FHC) para fins de Reforma Agrária, em virtude de as áreas possuírem histórico de ocupações, ou seja, as terras foram adquiridas pela união concretizando a Reforma Agrária de mercado, uma vez que os donos das terras foram indenizados pelo Estado. Por outro lado, os conflitos ocorreram entre as famílias acampadas e a administração pública municipal, que apresentou resistência à liberação de verba para construção de estradas no interior do assentamento (Relatos de reuniões, 2015).

Foto 2 – Santa Vitória (MG): acampamento Fazenda Jubran – 1997.



Fonte: Acervo pessoal dos assentados.

Sobre a formação de acampamentos, Fernandes (1999) argumenta:

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. Também podem ser a primeira ação das famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. (FERNANDES, 1999, p. 284).

As famílias envolvidas no processo de ocupação das fazendas em Ituiutaba (MG) residiram acampadas durante o período de cinco anos. Estes dividem-se em dois anos acampados na fazenda Jubran (Santa Vitória), um ano nas fazendas Vargem Grande, Chalon e Terra Rica (Ituiutaba). Posteriormente, foram cadastradas vinte e duas famílias do município de Ituiutaba (MG), somadas às vinte e sete que se encontravam no acampamento, compondo as quarenta e nove famílias assentadas pelo INCRA, o que deu origem ao Projeto de Assentamento

Federal (PA) Chico Mendes. Após emissão de posse e a divisão dos lotes, as famílias ainda residiram acampadas durante dois anos.

A Foto 3 registra o cadastramento das famílias que iriam compor o assentamento supracitado.

Foto 3 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): cadastramento das famílias – 2000.



Fonte: Acervo pessoal dos assentados.

No período do acampamento, as famílias reuniram-se e criaram o regimento interno, com normas de convivência e divisão de tarefas. Segundo relatos, as famílias ou grupo de solteiros residindo há mais de quinze dias no acampamento teriam direito de sair durante uma semana, não se permitia bebida alcoólica ou estar embriagado, o respeito às mulheres acampadas também estava entre as normas do regimento. Aqueles que infringissem a lei passavam por assembleia e, de acordo com o nível da lei infringida, poderiam ser expulsos e ceder espaço a quem estivesse disposto a lutar pela terra e seguir o regimento. Se a lei fosse julgada branda, o infrator seria punido de outra forma. Não foram relatadas as formas de punição. Esse regimento foi gerenciado por coordenadores encolhidos entre as famílias acampadas, responsáveis pelas decisões e organização das normas. O acampamento contava com o rodízio de guardas, devido à possibilidade de enfrentamento com a polícia ou com “jagunços” e para apaziguar possíveis desentendimentos internos.

Esse cadastramento (Foto 3) obedecia às exigências do INCRA, mas as famílias passavam por avaliação dos líderes do movimento. Para se encaixarem no quadro de exigências, as famílias deveriam ter baixa renda, nenhuma dívida com a justiça e ligação com o movimento. No caso do assentamento Chico Mendes, os membros das famílias não possuíam Ensino Fundamental completo, além de estarem desempregados e sem moradia própria.

Acerca das inscrições para cadastramento das famílias, conforme informações contidas no site do INCRA (MG):

O instituto cadastra e seleciona candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. A inscrição pode ser feita em qualquer unidade do INCRA, bastando apresentar documentos de identificação do interessado e do seu cônjuge ou parceiro, quando houver. O INCRA também realiza inscrições em campo. Os documentos necessários para inscrição: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho (CTPS); CPF – Cadastro de Pessoa Física; Certidão de Casamento Civil (ou certidão de união estável); Atestado de óbito do cônjuge se viúvo. (INCRA-MG, 2016).

Sobre quem pode se inscrever, ainda de acordo com o INCRA (MG):

Os agricultores e agricultoras adultos ou emancipados (se com idade entre 16 e 18 anos) que sejam: sem-terra; posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário; aquele cuja propriedade não seja maior que 01 módulo rural do município. O INCRA checa todos os dados dos candidatos, pesquisando banco de dados da Receita Federal, Polícia Civil, INSS, junta comercial, secretarias de segurança pública e prefeituras, entre outros. Sobre a classificação, as famílias selecionadas passam por um processo de classificação assim que surgirem vagas em imóveis recém adquiridos pelo INCRA. Entre os critérios para classificação das famílias cadastradas, estão: tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola; moradia no imóvel desapropriado; moradia no município; tempo de residência no imóvel e a renda anual familiar.³ (INCRA-MG, 2016).

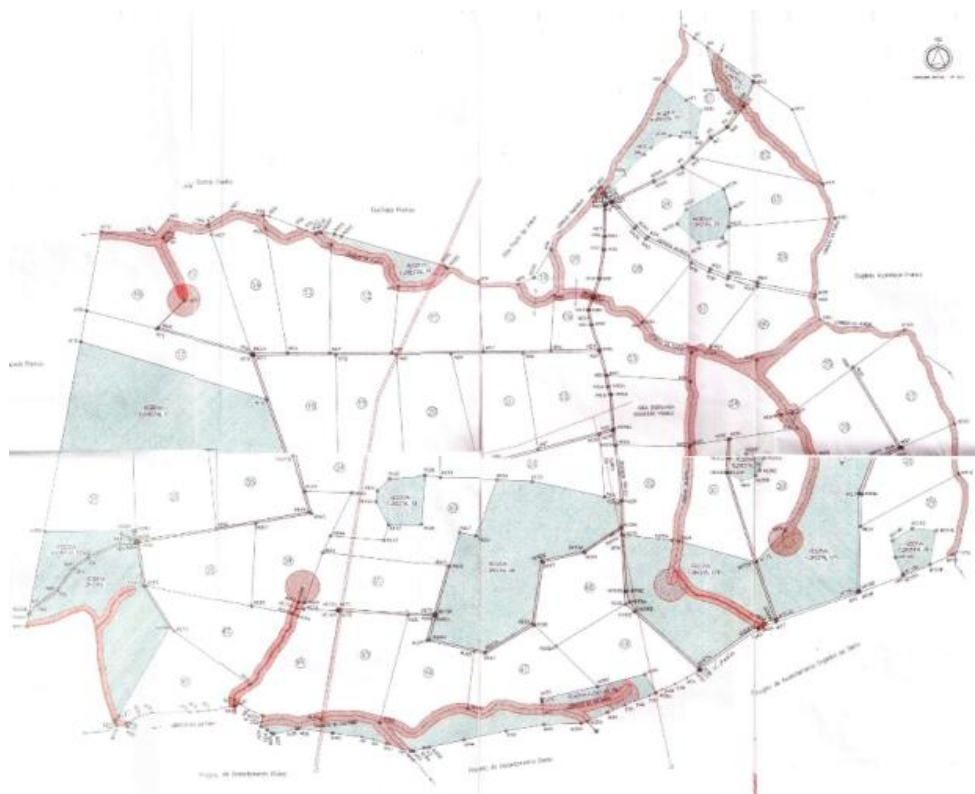
No dia 07 de janeiro de 2001, durante reunião entre os assentados e as lideranças do MST, os regimentos de divisão e sorteio dos lotes foram aprovados. A divisão dos lotes entre as famílias cadastradas ocorreria da seguinte forma: inicialmente, as famílias seriam divididas em grupos, contendo no mínimo seis e no máximo quinze famílias. Assim, compuseram-se três grupos, o grupo Carlos Camargo, o grupo Chico Mendes e o grupo Vitória. Após definidos, os grupos passariam por um sorteio, objetivando definir o lote pertencente a cada família, as quais deveriam mudar-se para seus respectivos lotes em 90 dias após a data do sorteio, ocorrido no

³ Dados coletado no site do INCRA – MG, 2016. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>.

dia 10 de março de 2001. Não foram encontrados registros referentes ao andamento do sorteio (Ata referente à reunião de número 02, 2001).

Desta forma, a fazenda que deu origem ao assentamento foi dividida em cinquenta lotes de 5 alqueires cada. Um dos lotes destina-se à sede do assentamento e há, também, lotes de reservas florestal que contabilizam 23 hectares.

Figura 3 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): distribuição dos lotes – 2001.



Fonte: INCRA (2001).

Após o sorteio dos lotes, as famílias recebiam do INCRA uma cesta básica por família a cada noventa dias para garantir sua alimentação. Como as famílias eram compostas por quatro pessoas em média, estas tiveram dificuldade de acesso ao alimento. Em face desta situação, os líderes do assentamento selecionavam grupos de pessoas que ficavam responsáveis por adquirir alimentos. Neste período, as famílias alugaram a pastagem da fazenda para interessados na criação de gado e o dinheiro arrecadado era aplicado na compra de alimentos. Além disso, algumas famílias que possuíam gado vendiam estes para alimentar as demais. Muitas doações foram cedidas pela igreja católica e pelas escolas do município. Consoante relatos dos assentados, as famílias encontravam resistência do comércio local para a compra de alimentos e não recebiam qualquer apoio dos latifundiários, pelo contrário, eram ignorados

quando estavam na estrada em busca de carona para chegarem até à cidade. A Foto 4 mostra uma das doações provenientes de instituições religiosas.

Foto 4 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): doações de alimentos – 2001.



Fonte: Acervo pessoal dos assentados.

Em 2001, as famílias assentadas receberam crédito (habitação) fornecido pelo INCRA. O valor de R\$ 2.500, em parcela única, foi disponibilizado à construção da residência e deveria ser restituído após três anos de carência. Além disso, receberam o fomento no valor de R\$ 1.400, em parcela única, destinado à compra de alimentos e ferramentas de trabalho (Ata referente à reunião de número 5,2001). Após dois anos, as famílias foram beneficiadas pelo PRONAF A, mas não foram encontradas informações referentes às famílias beneficiadas e aos valores financiados. Somente após a quitação deste, que puderam ter acesso ao crédito novamente, o que levou seis anos para ocorrer (2007), período no qual a evasão começou a aparecer no assentamento, uma vez que as famílias não conseguiam subsídio para produzirem no lote. Na Foto 5, visualiza-se a construção de uma residência após recebimento do subsídio.

Em relação aos subsídios recebidos, esses valores, no ano de 2014, foram alterados, de acordo com o decreto de Lei nº. 8.256, de 26 de maio de 2014, e tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Sublinha-se o Art. 2º., que define as modalidades de concessão de créditos de instalação:

I - Apoio Inicial I - para apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, no valor de até R\$ 2.400,00 (dois

mil e quatrocentos reais) por família assentada; II - Apoio Inicial II - para apoiar a aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) por família assentada; III - Fomento - para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo da geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), dividido em duas operações de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), por família assentada [...]. (BRASIL, 2014).

Foto 5 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): construção de residência – 2001.



Fonte: Acervo pessoal dos assentados.

A energia elétrica foi instalada após os coordenadores, anteriormente mencionados, entrarem em acordo com a companhia CEMIG, o que aconteceu cerca de um ano após a construção das residências. O acesso a água se deu pela construção de poços nos lotes pelos próprios assentados. Conforme relatos, o apoio do INCRA foi necessário apenas para legalizar a ocupação. Após isto, qualquer medida estava sob a responsabilidade das famílias.

Vale frisar que, durante a análise e obtenção de dados que compõem a presente subseção, os assentados que forneceram as fotos e as atas demonstraram sua indignação com a prefeitura municipal, com o INCRA, com os bancos e com os comerciantes da cidade de Ituiutaba (MG), visto que, durante o período do acampamento e nos primeiros três anos após a instalação do assentamento, o preconceito e o descaso destes dificultaram o acesso ao crédito e a alimentos. Segundo relatos, o que foi construído, produzido e conquistado no assentamento provem de luta e trabalho das famílias. Somente em 2007, com o melhoramento das linhas de

crédito do PRONAF, a aquisição da DAP e do PNAE, é que as famílias puderam investir em produção e infraestrutura, fatos que serão mais bem apresentados na subseção seguinte.

Em face de tanta luta e de dificuldades de acesso à terra, cabe questionar o porquê de continuar lutando. Gonçalves (2008) argumenta que:

Além disso, quando a exploração do trabalhadores assalariados do campo é maximizada pelos capitalistas através do aviltamento das relações de trabalho mediadas pelo salário; quando os camponeses arrendatários, parceiros e meeiros que vivenciam relação social de contrato ou costume (pagamento renda em produto, dinheiro, etc.) se vêem ameaçados do direito de explorar a terra; quando camponeses proprietários percebem que remuneração paga pelas agroindústrias processadoras ou companhias de comercialização fica aquém da expectativa de preços necessários para cobrir seus custos ou ainda, quando a massa de trabalhadores sem-terra, sem emprego, sem renda, sem coisa alguma, em face do processo de exclusão a que estão submetidos, aumenta, amplia-se a possibilidade de surgimento de focos de luta e resistência contra os processos de exclusão. (GONÇALVES, 2008, p. 51).

Deste modo, a luta pela terra se apresenta como ferramenta crucial de acesso à terra, fuga da exclusão e busca por autonomia. Para as famílias envolvidas no processo de espacialização e territorialização do assentamento Chico Mendes, a conquista da terra estabelece um lugar de vida, onde constroem suas identidades e lutam pela sobrevivência. É o local onde eles se reproduzem e se constituem como cidadãos, onde persistem e resistem. Após estarem assentados, os agricultores familiares conquistaram e ainda conquistam, diariamente, o seu território. Gonçalves (2008) enfatiza que as famílias agora assentadas vivenciavam problemas como a exclusão social, a pobreza, a falta de emprego e, a partir do instante em que foram assentadas, o acesso à terra e às políticas de financiamento passaram a impactar positivamente no processo de produção agropecuária, geração de renda e trabalho.

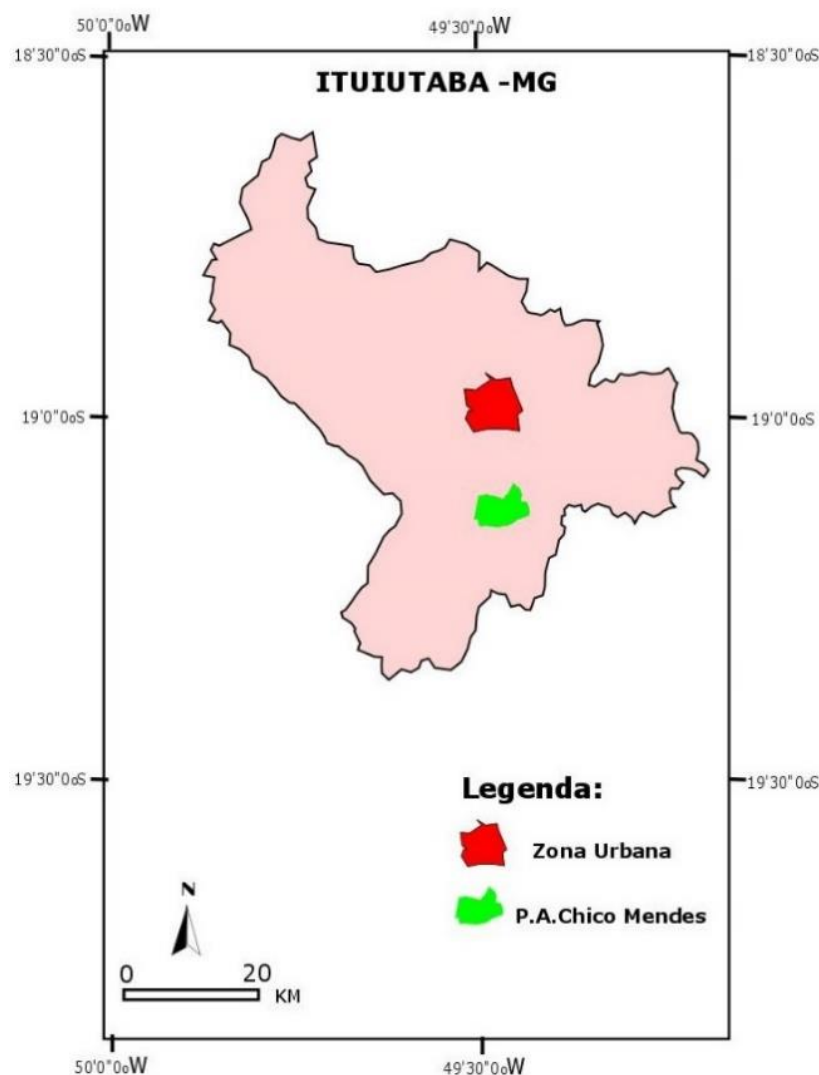
Dessa forma, o processo de territorialização do assentamento Chico Mendes materializa a luta pela terra e representa uma nova etapa na vida dos agricultores assentados, que, enfim, puderam ter seu “pedaço” de terra para cultivar e residir. Apesar das dificuldades enfrentadas, o fato de ter acesso à terra, conquistada com muito empenho e luta, fez com que os agricultores assentados continuassem buscando maneiras de viver dela e de o assentamento prosperar, além de serem reconhecidos.

Na próxima subseção, a vida, o trabalho e a renda do assentamento Chico Mendes são abordados a fim de compreender a materialização da luta pela terra e a permanência ou impermanência das famílias assentadas.

4.3 Perfil socioeconômico, produção agrícola e traços da realidade dos assentados do assentamento Chico Mendes em 2016

O PA Chico Mendes se localiza a 18km da cidade de Ituiutaba (MG), banhado pelo Córrego da Aldeia e seus afluentes (Córrego Tamanduá, Córrego Caldeirão, Córrego do Saltinho) e tem como principal forma de acesso a estrada municipal.

Figura 4 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): localização.



Fonte: IBGE (2016).
Org.: Gonçalves (2016).

Das quarenta famílias que passaram pelo cadastro do INCRA (2000), no ano de 2016, restam apenas doze residindo no assentamento. As demais vinte e seis deixaram o assentamento. Nas palavras transcritas a seguir, um assentado que passou pelo cadastro justifica

o fato da desistência do direito de concessão e posse de terras pelas famílias ser significativa no PA Chico Mendes:

Chegamos no assentamento sem nada de dinheiro, o governo mandou só o dinheiro pra construir a casa depois de dois anos que nós tava nos lotes, a energia e a água também demoraram. As pessoas que não estavam acostumada com a vida sofrida da roça não guentaram, venderam e foram pra cidade. Eu sei que é crime vendê, mas é sofrido ver os filhos passando fome e na época o povo vendia fácil o lote porque não tinha o documento, essa coisa de documento também é problema, demora muito pra chegar e não pode pedir dinheiro no banco, como e que trabalha sem dinheiro? Muitos não sabiam trabalhar na terra é melhor deixar quem sabe pra poder produzir⁴.

Em relação à transferência do direito de concessão e posse de terras, Vieira (2014) argumenta que:

Em várias situações, algumas famílias não conseguem permanecer na terra devido à forma como são conduzidas as políticas de Reforma Agrária e de desenvolvimento territorial do governo federal, não associadas às políticas de desenvolvimento social no campo. As dificuldades, muitas vezes, levam as famílias a abandonar a luta e desviar suas crenças de que aquele caminho poderia dar certo e, quando isso acontece, elas vendem as benfeitorias investidas nos lotes. Essa realidade indica, mais uma vez, que a Reforma Agrária proposta não está beneficiando essas famílias ou pessoas, e sim trazendo-lhes ainda mais sofrimentos para o histórico de suas vidas. Consequentemente, servindo de exemplo para aqueles que não acreditam e não apoiam a Reforma Agrária. (VIEIRA, 2014, p. 162).

Outro fato associado a evasão das famílias, diz respeito à dificuldade financeira das mesmas que, no caso do Chico Mendes, residiram acampadas durante cinco anos e, neste período, todos os recursos financeiros que possuíam foram gastos com alimentação, não restando uma quantia significativa para investir em infraestrutura. Ademais, há a presença de pessoas idosas que, ao longo dos anos no acampamento, vêm sofrendo com intempéries da natureza, ausência de energia elétrica e falta de acesso à assistência médica, o que agrava o quadro de saúde.

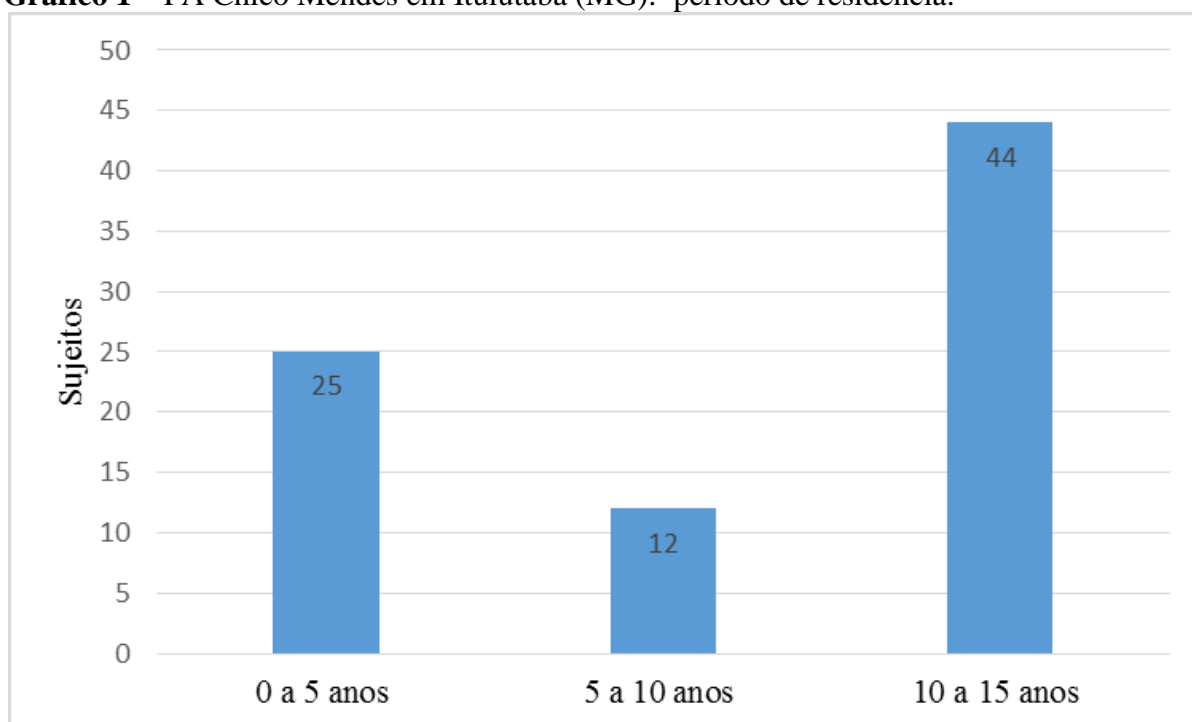
O desenvolvimento econômico e a inserção social proporcionados pela conquista do lote crescem lentamente e, mesmo assim, são resultados de esforços na trajetória de luta das famílias assentadas. As dificuldades financeiras prejudicaram o processo de produção no assentamento, passando a ter relevância com a aquisição do documento de concessão de terras, que, para algumas famílias residentes no assentamento a menos de dez anos, ainda está em

⁴ Informação verbal, família do lote 26. Outubro de 2016.

tramitação. Esse documento facilita a aquisição de subsídio mediante o PRONAF para custear a produção.

Em relação ao período de moradia no assentamento, levando em consideração as vendas de lotes e o número de famílias entrevistadas (trinta e nove) – em média, compostas por dois a quatro sujeitos – o Gráfico 1 apresenta a relação do período de residência dos sujeitos nos lotes. Dos 81 sujeitos participantes da pesquisa, 44 residem no assentamento há mais de 10 anos e 37, de 1 até 10 anos.

Gráfico 1 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): período de residência.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Autora: Agnol (2016).

Estes dados evidenciam a venda dos lotes, sendo que as famílias que os compraram representam 68% da população do assentamento. As famílias que adentraram no assentamento, no ano 2000, representam 32% da sua população atual (2016).

Os assentados foram questionados sobre a transferência do direito de concessão e posse de terras, e disseram acreditar ser produtiva e trazer melhorias para o assentamento. Na opinião de um deles:

Quem vendeu o lote não gostava da terra, não sabia trabalhar e não tinha dinheiro pra investir, passaram fome mesmo, sobrou só os que queriam viver da terra e conseguiram comer, não é ruim vender o lote, sempre que algum novo morador entra ele quer viver da terra e investe pra ter renda, chega com

*dinheiro melhora o lote, não dá pra culpa quem vende não tinha como viver aqui, agora com os novos eles são assentados também e trabalham na terra*⁵.

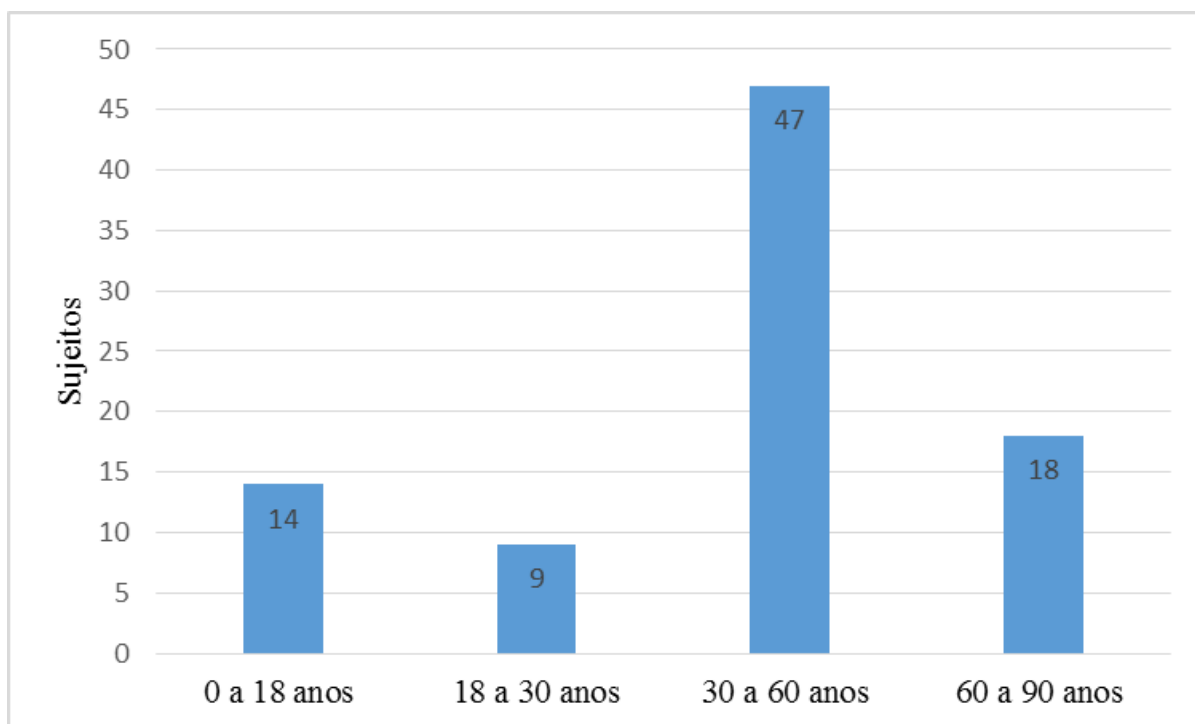
Os assentados que compõem as trinta e oito famílias possuem origem camponesa. Muitos deles residiam na cidade e trabalhavam como assalariados no campo e, quando se depararam com a oportunidade de ter um “pedaço” de terra para trabalharem, atuaram no processo de luta pela terra. Os demais que adquiriram os lotes, também com origem camponesa, investiram o capital que possuíam para produzir e viver no campo. As famílias que se sujeitaram à venda do lote, por sua vez, segundo relatos dos assentados, não possuíam ligação direta com a vida no campo.

Com a aquisição do documento de concessão e posse da terra, as famílias que adquirem o documento posteriormente ao processo de divisão dos lotes, são considerados assentados, uma vez que vivem, trabalham nos lotes e possuem a documentação. Após o processo de transferência de concessão e posse dos lotes, as famílias que adentram no assentamento passam por uma assembleia com as demais famílias para serem aprovados ou não por estas. Esta assembleia é registrada em ata e assinada pelas famílias que aceitam os novos assentados, os quais, após residirem no lote, passam por fiscalização do INCRA.

Dos sujeitos que residem no assentamento, quarenta e sete são homens (55% da população) e os demais trinta e nove são mulheres (45% da população). A maioria dos homens no assentamento atua, principalmente, na lida com o gado, tirando leite e operando máquinas agrícolas. As mulheres ocupam-se com as atividades de jardinagem, hortaliças, beneficiamento do leite e trabalham em conjunto nas atividades com gado, grãos e leite.

Em relação à faixa etária (Gráfico 2), considerando a estrutura etária determinada pelo IBGE, no assentamento há jovens de 0 a 19 anos de idade, adultos de 20 a 59 anos de idade e idosos acima de 60 anos de idade.

⁵ Informação verbal da família do lote 26. Outubro de 2016.

Gráfico 2 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): faixa etária dos assentados – 2016.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).
 Autora: Agnol (2016).

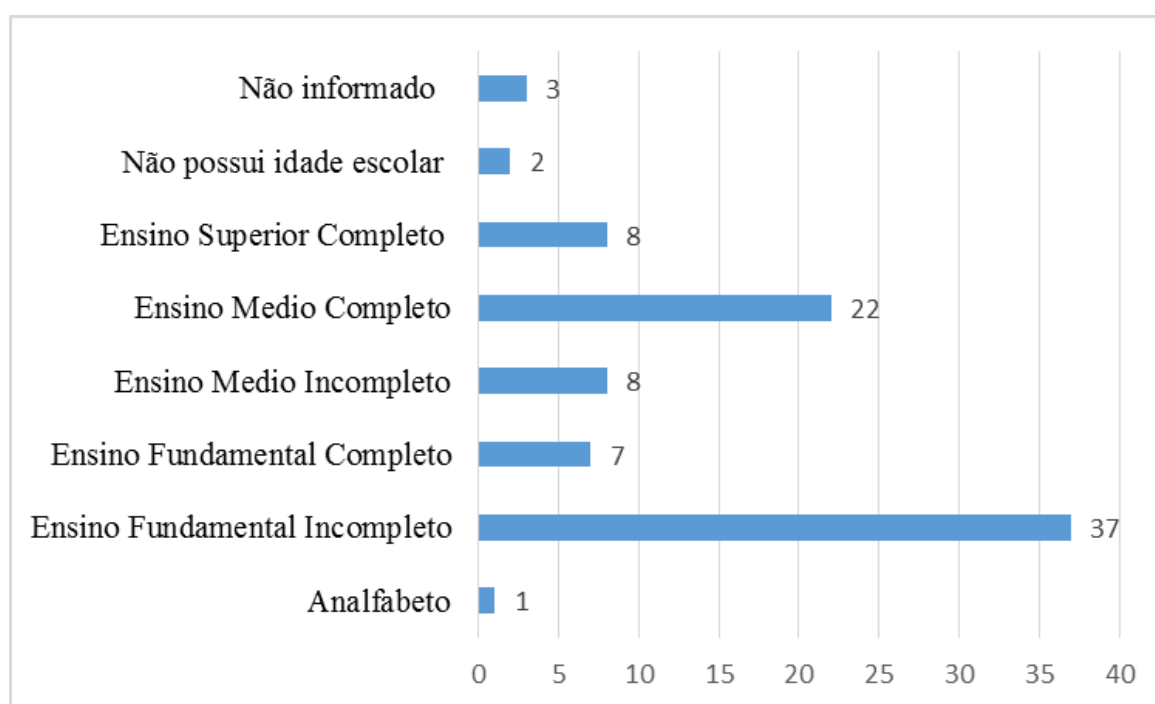
Apenas 16% (14 sujeitos) da população entrevistada (81 sujeitos) é de crianças, entre as quais dez encontram-se em idade escolar (entre 5 e 17 anos). Percebe-se que a população do PA Chico Mendes é composta, predominantemente, por jovens adultos (18 a 30 anos de idade), o que representa 79% da população, com significância aos idosos (60 a 90 anos de idade), que correspondem a 21% da população. Os sujeitos do assentamento encontram-se em idade economicamente ativa (18 a 65 anos), o que contribui significativamente para a realização das atividades agropecuárias, pois tanto os homens quanto as mulheres trabalham no campo.

O Gráfico 3 apresenta o nível de instrução da população de assentados, em que há 42% (37 sujeitos) com Ensino Fundamental incompleto e 25% (22 sujeitos) com Ensino Médio completo. Ademais, vale ressaltar a presença de oito sujeitos com Ensino Superior completo. Muitos são os motivos pelos quais os sujeitos do campo, no caso do PA Chico Mendes, não tiveram acesso à educação no tempo adequado. Em sua maioria, durante a infância, os sujeitos tiveram que optar pelo trabalho no campo para auxiliar a família e, com isso, o cansaço causado pelas atividades braçais, assim como o tempo destinado a estas, dificultaram o bom desempenho escolar, forçando a evasão.

Outro fato que impactou no acesso à educação foi a falta de transporte escolar gratuito que chegasse às fazendas ou aos acampamentos mais distantes. Há, ainda, a questão do

casamento, porquanto as mulheres casavam-se até os dezoito anos e assumiam as tarefas domésticas, de modo que os estudos tornavam-se uma realidade distante. O envolvimento com os movimentos socioterritoriais de luta pela terra também apresentam-se como motivo para o baixo nível de escolaridade dos assentados que acompanhavam a família nesta árdua conquista. Os que conseguiram completar o Ensino Médio representam a parcela de filhos de assentados que, após anos de luta, obtiveram o direito de disponibilidade de vans escolares para o transporte até as escolas de Ituiutaba (MG). Aqueles que concluíram o Ensino Superior também representam os filhos de assentados que tiveram que sair do campo e alguns que compraram o lote após ter concluído os estudos.

Gráfico 3 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): nível de escolaridade – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Autora: Agnol (2016).

A fim de fornecer melhores condições de escolaridade aos assentados, o PA Chico Mendes conta com uma escola rural especializada na formação de alunos pelo projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atendendo aos adultos que desejam concluir o Ensino Fundamental, a escola é mantida com verba municipal e possui nove alunos matriculados.

O Sindicato dos Produtores Rurais, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), oferece cursos de capacitação aos assentamentos de Reforma Agrária. No ano de 2016, foram realizados cinco cursos no PA Chico Mendes, com temáticas

que variam desde o manejo de gado leiteiro e inseminação artificial até a manutenção de implementos agrícolas.

Assim, ao realizar as entrevistas e analisar a realidade na qual os assentados vivem, podemos concluir que, apesar de uma parte dos produtores não ter concluído os estudos, estes conseguem produzir e cultivar produtos para a família e para comercialização no município, pois adquiriram o conhecimento do cultivo a partir dos ensinamentos familiares, bem como por exercerem atividades e viverem no campo desde a infância. Os sujeitos que conheceram o campo somente após se mudarem para o assentamento, por sua vez, adquiriram conhecimentos mediante a troca de informações entre os próprios assentados e por meio dos cursos oferecidos pelo SENAR. Os assentados que finalizaram os estudos também trabalham na propriedade e os que concluíram o nível superior conciliam as atividades.

Concernente à infraestrutura, todas as casas das famílias entrevistadas possuem rede elétrica, o que, conseqüentemente, levou à obtenção de utensílios domésticos, como televisão, antena parabólica, geladeira, micro-ondas, fogão a gás com acendedor elétrico, freezer, máquina de lavar roupas, ferro elétrico, telefone celular, internet, TV a cabo, além de outros eletrônicos, como secador para cabelos e aparelhos de som e de DVD. Percebe-se, portanto, que estas famílias não estão sendo privadas de conforto.

As residências, geralmente, são compostas por sala, cozinha, quartos, banheiro, varanda e área de serviço, com quantidade de quartos variando entre dois e três. As famílias que residem há mais de dez anos no assentamento ainda não concluíram a construção das residências – algumas sem acabamentos, como forro, pintura ou reboco – e as que residem a menos de dez anos realizaram reformas nas casas. De modo geral, a maioria das residências possui cerâmica e paredes de alvenaria, sendo que apenas quatro são construídas com placas de cimento, devido a períodos de investimento diferentes. Ainda em relação à infraestrutura, os lotes, em sua maior parte, possuem sala de ordenha, curral, barracão, casa de despejo, chiqueiro, galinheiro, pomares e horta. Todos os cinquenta lotes são cercados (Fotos 6 a 9).

A organização de espaços e a combinação de espécies e variedades vegetais nos lotes, assim como a infraestrutura, por suas peculiaridades em cada família, chamaram a atenção durante a pesquisa de campo, materializam a cultura dos assentados. Espécies de plantas foram trazidas pelas famílias, algumas de outros estados brasileiros. Segundo Mendes (2005), a organização da produção e da vida social são construídas com base nos modelos de saber e de conhecimento que, para além de um conhecimento especializado para cultivar a terra, derivam de um modelo mais amplo de percepção da natureza e dos homens. As plantas e as técnicas de

organização do espaço são difundidas entre as famílias como forma de transmissão de saberes e trabalho, caracterizando traços culturais e sociais do assentamento.

Foto 6 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): residência inacabada – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 7 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): residência consolidada – 2016.



Autora: Agnol (2016).
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Foto 8 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura do barracão – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 9 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura da sala de ordenha e curral – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

No que diz respeito à assistência à saúde, todas as famílias entrevistadas (trinta e nove) possuem plano de saúde vinculados aos hospitais privados de Ituiutaba (MG). Estas

relataram procurar atendimento médico apenas em caso de doenças consideradas graves, os casos de resfriado e viroses são tratados com receitas caseiras de chás e xaropes. Os problemas de saúde mencionados estão relacionados a dores musculares devido ao trabalho pesado. No caso dos idosos, a hipertensão.

Em relação aos descartes dos resíduos, a sede do assentamento conta com uma caçamba para depósito do lixo não orgânico (materiais de vidro, metal e plástico). Semanalmente, a prefeitura de Ituiutaba (MG) envia o caminhão para a coleta da caçamba e depósito do material coletado no aterro sanitário municipal. Resíduos como plástico e papel são queimados nas residências. Parte dos resíduos orgânicos (restos de alimentos) é destinada à alimentação de galináceos e a outra parte (fezes e urina) descartada em fossa rudimentar. No caso das propriedades que utilizam agrotóxicos, as embalagens são recolhidas pela empresa onde os produtos são adquiridos, após o agricultor realizar a tríplice lavagem (Pesquisa de campo, 2016).

O processo de transferência de concessão e posse dos lotes se apresenta como uma realidade no PA Chico Mendes. De acordo com a pesquisa de campo, esta atividade, na visão dos assentados, trouxe benefícios, uma vez que as famílias que adquiriram o direito do lote possuem capital para investir em atividades agrícolas e infraestrutura, favorecendo a permanência da família no campo e a produção agrícola no lote. De modo geral, as famílias assentadas apresentam condições básicas para a vida no campo, mas a maioria (vinte e cinco famílias) ainda necessita de investimentos em infraestrutura para garantir o conforto do lar e do trabalho. As demais (quatorze famílias) possuem melhores condições de vida e trabalho, uma vez que estes dependem primordialmente de acesso ao crédito oferecidos pelo PRONAF. As famílias não beneficiadas por estes recursos têm dificuldade de manutenção da infraestrutura e das atividades desenvolvidas nos lotes. O baixo nível de escolaridade dos sujeitos, realidade no campo brasileiro, pode dificultar a inserção de tecnologia e técnicas modernas de manejo, salvo os cursos oferecidos pelo SENAR, que buscam manter os assentados informados quanto às técnicas de manejo e uso do solo possíveis de serem aplicadas de acordo com a renda de possuem.

A partir das informações gerais do perfil dos assentados, passamos para as análises mais específicas, como a produção agrícola no PA Chico Mendes, referente ao ano de 2016. Evidenciam-se as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no assentamento, com destaque para a produção de leite e hortaliças, seguida pela produção de gado de corte e, também, de grãos (soja e milho). Vale ressaltar que as atividades são executadas de maneira

combinada nos lotes, ou seja, as famílias desenvolvem mais de uma atividade em seu lote, como apresenta a Tabela 7. Este modelo de produção garante rentabilidade às famílias.

Tabela 7 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): estratégias de reprodução da agricultura familiar – 2016.

Renda Agrícola	Nº de lotes	Renda Não Agrícola	Nº de lotes
Gado de corte/ Hortalíça	7	Aposentadoria	12
Leite/ Hortalíças	2	Padaria	2
Leite/ Gado de Corte	2	Pedreiro	1
Leite/ Frutas	1	Vaqueiro	2
Gado de corte	1		
Produção de graos/ Leite	1		
Produção de graos	1		

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

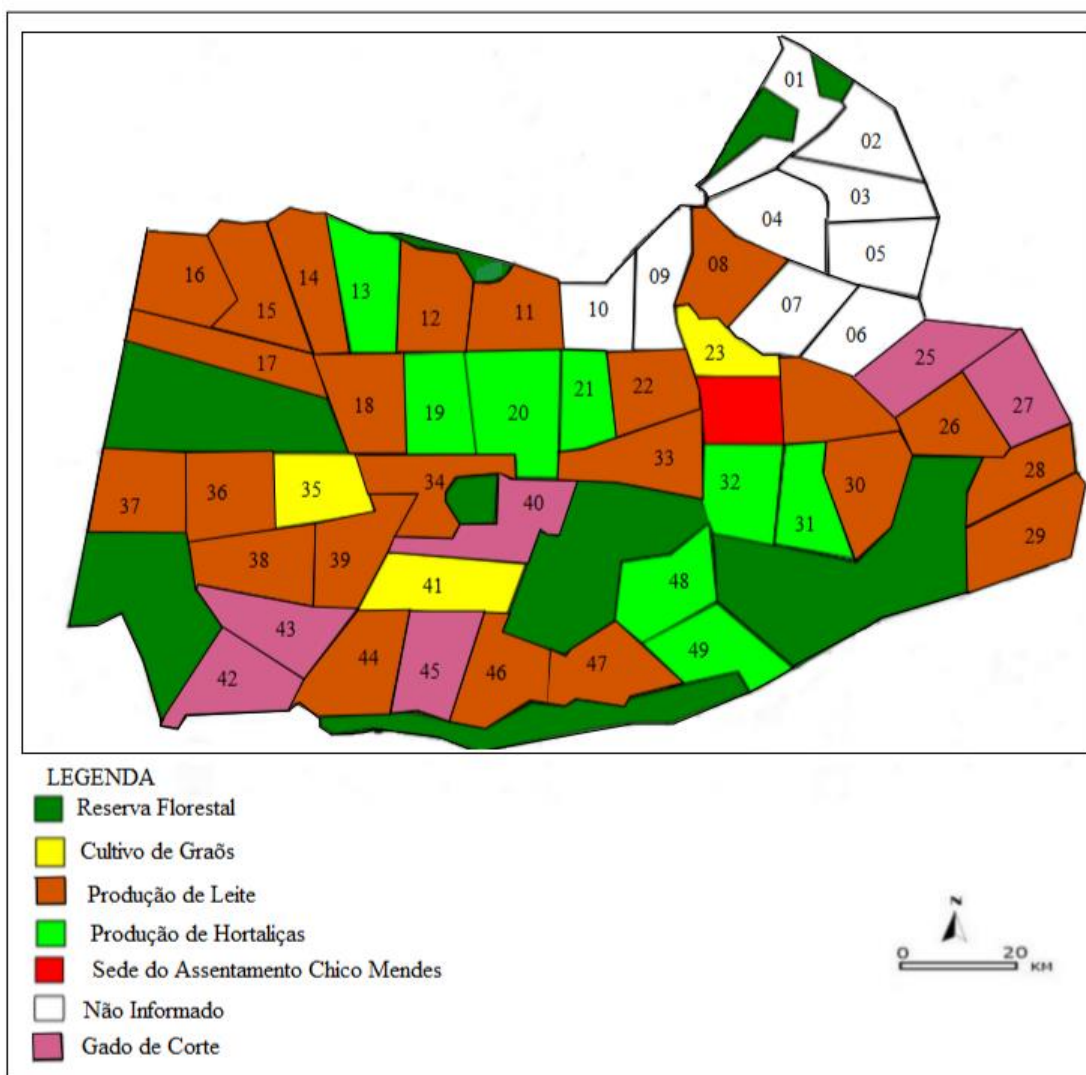
Org.: Agnol (2016).

A partir da Tabela 7, infere-se a multiplicidade da produção agrícola no assentamento. As famílias combinam as atividades a fim de alcançarem maior lucratividade e, dessa forma, garantir a resistência no lote e conseguir expandir a comercialização. As atividades mais relevantes no assentamento concentram-se na produção de leite, seguida pelas hortaliças, gado de corte e produção de grãos. Além das atividades citadas, o assentamento possui doze sujeitos aposentados e três que prestam serviços de pedreiro e vaqueiro e, ainda, conta com duas panificadoras responsáveis pela produção dos biscoitos e bolachas mencionados anteriormente.

Segundo dados do INCRA (2016) a agricultura familiar ocupa 4,3% da área rural no Brasil, produz 87% da mandioca, 70% da produção de feijão, 46% da produção de milho, 38% da produção de café, 34% da produção de arroz, 21% da produção de trigo e 16% da produção de soja, isto reforça a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos em escala nacional.

A Figura 5 representa o uso do solo no assentamento de acordo com as atividades agrícolas mais relevantes.

Figura 5 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): uso do solo – 2016.



Fonte: INCRA (2001).

Org.: Agnol (2016).

Fica evidente que o assentamento está inserido na lógica financeira do sistema vigente. Fato que sua produção ser especializada em leite, hortaliças e grãos, atividades econômicas relevantes na região (Pontal do Triângulo Mineiro), até para os mais capitalizados como o caso do leite e dos grãos. Apesar de ser um assentamento consolidado, as condições de acesso à água dificultam a dinamização da produção.

Sendo a atividade agrícola de maior relevância no assentamento, a produção de leite mensal soma 100.200 litros coletados e beneficiados por empresas no município de Ituiutaba (MG), Canto de Minas, e em Canápolis (MG), Doce Mineiro. O leite, que é entregue refrigerado, é vendido, em média, a R\$ 1,35 o litro. Dos vinte e dois lotes que o têm como principal atividade ou como atividade conciliada, quinze possuem ordenha mecânica e tanque resfriador e os demais (sete lotes), que não têm este tanque, alugam o do vizinho mais próximo,

pagando 5% a mais do valor do litro de leite pago pela empresa, para cobrir os gastos com a eletricidade e o aluguel do aparelho.

Os animais reservados à produção leiteira são alimentados com ração, casquinha de soja, silo de milho ou sorgo, cana-de-açúcar e pastagem, sendo o silo, a cana-de-açúcar e a pastagem produzidos no próprio assentamento. O rebanho leiteiro é vacinado anualmente e criado em regime semiconfinado (recebe silo, ração e casquinha de soja no cocho e tem acesso à pastagem). Para garantir a suplementação alimentar do gado, alguns produtores de leite alugam a pastagem de outro assentado ou compram a produção excedente de silo. Referente à produção de gado de corte, anualmente, são comercializadas 252 cabeças, criadas no regime extensivo e destinadas a frigoríficos ou açougues no município de Ituiutaba (MG) (Pesquisa de campo, 2016).

As fotos 10 a 14 mostram a infraestrutura e os rebanhos leiteiro e de corte.

Foto 10 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura da sala de ordenha – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Autora: Agnol (2016).

Foto 11 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): infraestrutura do resfriador de leite – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 12 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): rebanho leiteiro (raça Girolando em regime extensivo) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 13 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): rebanho leiteiro (raça Girolando em regime semiconfinado) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 14 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): rebanho de corte (raça Gir em regime extensivo) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Quanto às hortaliças, no assentamento, produzem-se batata, batata-doce, mandioca, beterraba, cenoura, abóbora, jiló, quiabo, abobrinha e frutas (especialmente, manga), contabilizando 1.320kg mensais destinados à merenda escolar (PNAE), os quais são transportados por carro próprio e entregues às escolas em caixas plásticas que comportam 20kg cada. Além disso, 5.050 maços de couve (300g cada), 150kg de sal temperado (pimenta e ervas finas) e 830kg de roscas, pães e biscoitos de polvilho, armazenados em bandejas de isopor seladas com papel filme (300kg cada), têm a mesma destinação e igual forma de transporte.

Os demais hortifrúteis produzidos contabilizam 100 pés de alface, 40 maços de cheiro-verde (100g cada). Estes são entregues semanalmente a uma feira que ocorre no barracão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, às sextas-feiras. Para comercializarem seus produtos, os assentados devem ser cadastrados no Sindicato supracitado e contribuírem com a mensalidade de R\$ 17,00.

As fotos 15 a 19 apresentam uma das padarias e a produção de maior relevância entre os hortifrúteis (batata-doce, abobrinha, couve e alface).

Foto 15 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): produção de hortaliças (batata-doce) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 16 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): produção de hortaliças (abobrinha) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 17 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): produção de hortaliças (couve) – 2016.



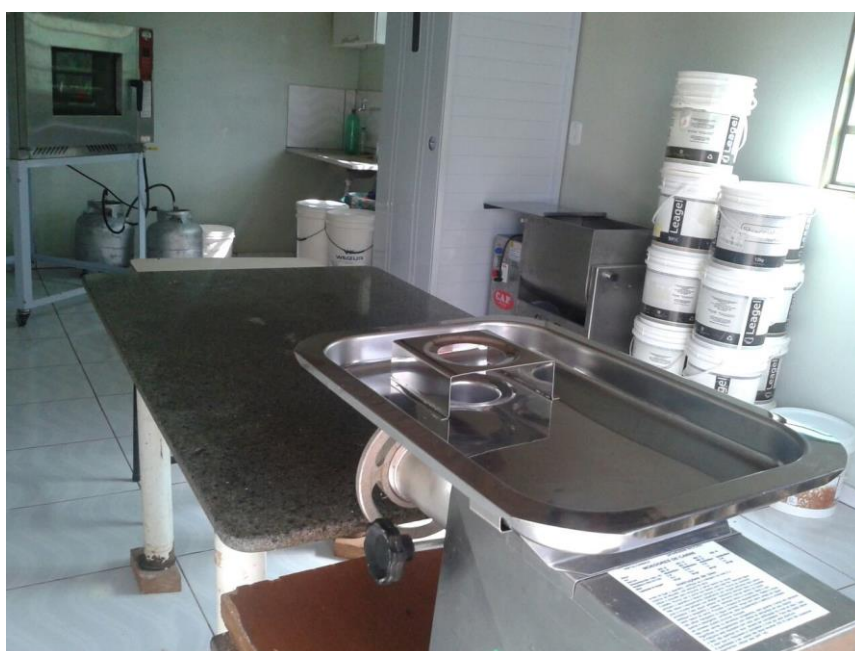
Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 18 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): produção de hortaliças (alface) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 19 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): padaria – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 20 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): padaria (produção de bolacha) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Autora: Agnol (2016).

Em relação aos três lotes que cultivam grãos (soja e milho), estes produzem, anualmente, 2.500 sacas (60 kg) de soja e 1.500 sacas (60kg) de milho. A produção de soja é comercializada na empresa ADM, instalada no município de Capinópolis (MG), e os produtores de soja vendem a produção antecipadamente por meio de contrato com a empresa. No ano de 2016, o valor por saca de soja acordado foi de R\$70,00 (1.000 sacas no contrato). O milho, por sua vez, é destinado ao silo para alimentação do gado leiteiro e parte da produção, em grãos, é vendido no próprio assentamento, para a ração animal. Os produtores possuem os próprios implementos agrícolas, como trator, plantadeira, colheitadeira, grade, pulverizador, carretão e ensiladeira, para uso no plantio, colheita e prestação de serviços no assentamento e nos demais.

A produção de soja apresenta-se como uma atividade tecnicada sem capitalização, introduzida no assentamento por migrantes do Rio Grande do Sul. Nas lavouras são cultivadas variedades transgênicas de sementes de soja (Caraíba 8166 RR, desenvolvida para o Cerrado) e milho (biomatrix híbrido), adquiridas nas empresas (Esteio Rural, D e L) no município de Ituiutaba (MG). O uso de agrotóxicos, de fertilizantes e de melhoramentos do solo (calcário, gesso, fósforo) e a assistência técnica são inspecionados pelas empresas supramencionadas, assinados pelo agrônomo responsável, cujas visitas ocorrem mediante solicitação. O fundamental não é o aumento da produção em si, e sim que o agricultor familiar passe a desempenhar um novo papel, produzindo com a finalidade da exportação, diferenciando-se das

demais atividades voltadas ao abastecimento do mercado local, mesmo que isso se reflita numa elevação dos seus custos. Vale ressaltar que, sem o crédito do PRONAF Mais Alimento, a manutenção destas culturas se tornaria inviável (Pesquisa de campo, 2016). Foi necessário visitar os lotes nos meses de fevereiro e outubro de 2015 e também nos meses de maio e janeiro de 2016, a fim de registrar o período do plantio e da colheita da soja e do milho na safra 2015/2016, conforme demonstram as fotos 20 a 23.

Foto 21 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): plantio do milho – safra 2015/2016.



Fonte: Pesquisa de campo (fevereiro, 2015).
Autora: Agnol (2015).

Foto 22 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): colheita do milho – safra 2015/2016.



Fonte: Pesquisa de campo (maio, 2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 23 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): plantio da soja – safra 2015/2016.



Fonte: Pesquisa de campo (outubro, 2015).
Autora: Agnol (2015).

Foto 24 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): colheita da soja – safra 2015/2016.



Fonte: Pesquisa de campo (janeiro, 2016).
Autora: Agnol (2016).

O agricultor familiar assentado desenvolve em seu lote as atividades agrícolas e não agrícolas em conjunto com a sua família e, além de produzir para a comercialização, produz para o próprio consumo. A relação existente entre família-produção-trabalho nos lotes é fundamental para o desenvolvimento destes. Essa união faz com que toda a família esteja envolvida no processo de produção, cujos resultados refletem na lucratividade obtida pelas atividades.

Para o próprio consumo, os assentados cultivam hortaliças, pequenas lavouras de milho e cana-de-açúcar e criam suínos e galináceos, o que garante mais qualidade de vida e de saúde às famílias, e além disso, expressa a identidade com a terra. Das trinta e oito famílias entrevistadas, doze possuem implementos agrícolas (trator, grade, picadeira, carretão) para o trabalho no lote. Para as famílias que não possuem trator e demais implementos agrícolas, a associação Chico Mendes, no ano de 2009, solicitou à prefeitura de Ituiutaba (MG) e ao governo estadual de Minas Gerais a aquisição de máquinas necessárias para a produção no assentamento. No mesmo ano, a associação Chico Mendes recebeu um trator (New Holland TL 75) e implementos agrícolas (grade, arado e plantadeira), cujas atividades e manutenção ficam sob responsabilidade de um assentado eleito em reunião. Assim, os serviços são prestados aos

demais assentados por R\$ 100,00 a hora de trabalho, de forma a garantir a manutenção do equipamento.

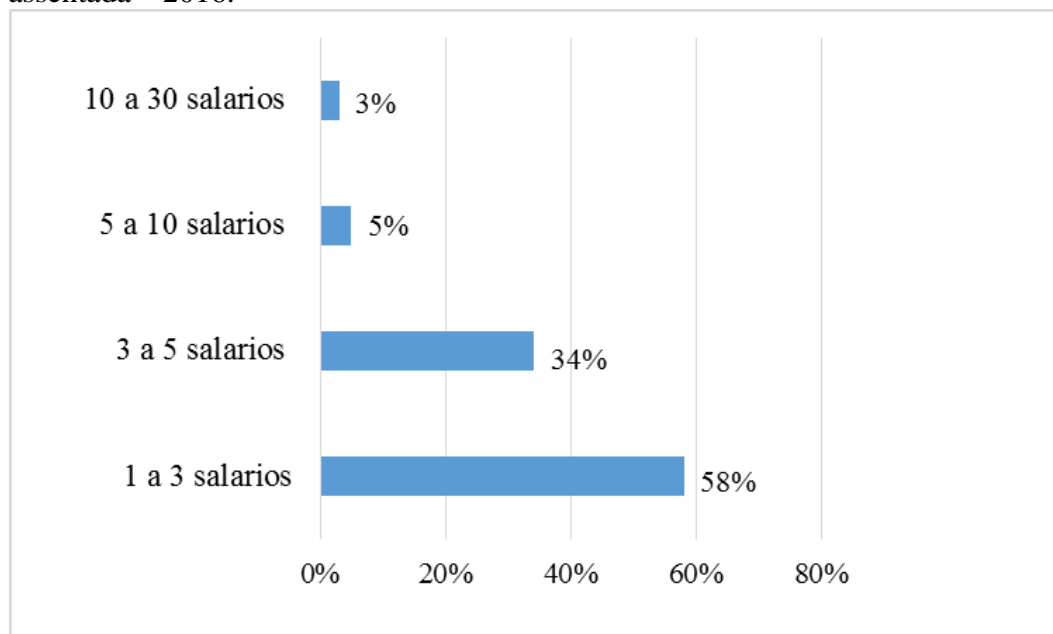
As atividades agropecuárias que não necessitam do uso do trator e dos implementos ficam sob responsabilidade dos membros familiares, como apresentado no depoimento a seguir:

Auxílio meu esposo pra levar as vacas no pasto, lavar a ordenha e tirar o leite, no trato dos animais meu filho corta o milho e o esposo mõe e entrega pro gado, cuidado do jardim dos serviços da casa, na época do plantio levo almoço na roça e também a água pra pulverizar, meu filho ajuda com a manutenção dos implementos. Meu esposo cuida da ordenha e do gado eu trabalho com as quitandas e o trabalho da casa. Quando precisa, ajudo com os cuidados do jardim e reforma do pasto.⁶

Com base no reajuste salarial de 2016, o salário mínimo equivalia a R\$ 830,00. A partir disto, a somatória da renda líquida mensal por família, apresentada no Gráfico 4, reflete a lucratividade das atividades agrícolas exercidas no assentamento. Constata-se que 58% das famílias recebiam de 1 a 3 salários mínimos e 42%, de 5 a 30 salários mínimos. Convém ressaltar que a renda proveniente de atividades agrícolas é superior à renda não agrícola e que a presença da população idosa (21%) no assentamento contribuiu para a obtenção de renda não agrícola gerada pela aposentadoria. Infere-se, então, que os assentados possuem as condições básicas para a sobrevivência da família e para a manutenção da propriedade. A geração de renda advinda da propriedade familiar proporciona o sustento da família no campo, além de suprir todas as despesas com a produção de alimentos e de produtos comercializados.

⁶ Informação verbal, família do lote 35. Outubro de 2016.

Gráfico 4 – PA Chico mendes em Ituiutaba (MG): renda líquida mensal por família assentada – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Autora: Agnol (2016).

As atividades agrícolas desenvolvidas no assentamento, responsáveis pela geração de renda das famílias, em sua maioria, são frutos do PRONAF e do PNAE. Das trinta e oito famílias entrevistadas, dezoito adquiriram a linha de crédito de custeio e financiamento oferecidas pelo PRONAF, investindo na infraestrutura para a produção de leite, como a construção da sala de ordenha, cercas, plantio de pastagem e milho, aquisição de gado leiteiro, touro reprodutor, botijão de sêmen, tanque resfriador de leite e ordenhadeira. As famílias que produzem grãos, por meio da linha de financiamento PRONAF Mais Alimento, adquiriram máquinas e implementos agrícolas, além de terem feito financiamento das safras de soja e milho. Entre as dez famílias produtoras de hortifrútiis, pães, bolachas e biscoitos, todas comercializam sua produção sob intermédio do PNAE e a produção excedente é comercializada na feira, como mencionado anteriormente. Ao ser questionada sobre a contribuição do PRONAF e do PNAE na produção agrícola e na renda familiar, uma assentada beneficiada por ambas as políticas expõe a seguinte visão:

Antes do programa do PNAE e do PRONAF a gente quase não tinha renda porque era só o leite e não tinha condições de tê as vacas suficientes pra tirar o leite. Agente conseguiu primeiro o projeto do PRONAF A, compramos o gado depois saiu o custeio e depois conseguimos o PRONAF Mais Alimento, compramos mais gado e investimos na terra. E o PNAE, falo assim que foi um dos melhores projetos que o governo já fez pra quem trabalha com pequena propriedade, porque só não consegue trabalhá aquele que não quer

trabalhar. O PNAE, ele atua toda área de alimentação, verdura e quitanda. Então depois que começô melhorou muito, muito mesmo, toda a benfeitoria que eu fiz na minha casa foi feita através da renda do PNAE. Eu acho que melhorou uns 70% pra nós depois do PNAE. Não só eu, todos os que trabalham falam estar satisfeitos, eu sempre incentivo as pessoas a entrar porque tem campo pra todo mundo, entregamos pra escola do estado do município, fornece do assentamento alimento pra trinta e seis escola do município e todas as escolas do estado em Ituiutaba. Então eu falo que temos a faca e o queijo na mão, como diz o ditado, pra nós foi uma benção.⁷

Estes programas, no caso do assentamento Chico Mendes, facilitaram o acesso ao crédito pelo PRONAF e a venda da produção pelo PNAE. As famílias que buscaram as linhas de crédito do PRONAF, enquadradas nos Grupos A e A/C, relataram que, durante o período de pagamento da dívida, não obtiveram outras formas de financiamento e condicionaram parte do rendimento das atividades do lote para sanar a dívida. O crédito concede as melhorias na infraestrutura dos lotes, contribui com a permanência das famílias nestes, proporcionando melhores condições de vida, trabalho e renda.

Vale ressaltar a necessidade de assistência técnica mais adequada às atividades realizadas no assentamento, uma vez que tais programas facilitam o crédito sem fornecer assistência técnica, a qual fica sob a responsabilidade de empresas privadas que são consultadas conforme a condição financeira de cada família. Dez entre as trinta e nove famílias entrevistadas não buscam o PRONAF ou o PNAE como formas de acesso ao crédito e compra da produção, porquanto se encontram endividadas e não se enquadram nas exigências dos Programas, como também por receio de adquirirem dívidas, comprometendo, assim, o desempenho das atividades agrícolas. Sem poderem investir em máquinas, insumos, animais, lavoura e horta, as famílias que não possuem acesso ao crédito estão sujeitas ao trabalho externo ao lote, à baixa renda e à falta de expectativa de permanência no assentamento, o que as leva a vislumbrar o encontro de melhores condições de moradia e renda no ambiente urbano. Concernente a esta questão, Mendes (2005) acredita que:

Os estabelecimentos rurais estruturados no trabalho familiar no Brasil, embora tenham um papel importante na oferta de gêneros alimentícios para o mercado interno e como reserva de força de trabalho, diminuindo os problemas sociais, não conseguiram mobilizar as instituições políticas em suas várias esferas. A aversão ao risco, considerando as situações imprevisíveis da agricultura, impede que uma parcela significativa de pequenos produtores recorra ao sistema de crédito. Outro segmento de produtores potencializa seus recursos como resposta às condições impostas pelo mercado. A melhoria dos processos produtivos dessas unidades emerge como garantia histórica para sua

⁷ Informação verbal, líder do Assentamento Chico Mendes, lote 44. Outubro de 2016.

reprodução econômica e social. Essas discussões avigoram, ainda mais, a necessidade de conhecimento sobre as especificidades regionais e, principalmente locais, do desenvolvimento do setor agrícola, para que, em um segundo momento, seja encaminhado aos órgãos competentes, objetivando a elaboração e efetivação de políticas específicas e diferenciadas para o segmento de pequenos produtores. (MENDES, 2005, p. 60).

A Associação Comunitária de Desenvolvimento Agroindustrial Chico Mendes (AGROIN), órgão sem fins lucrativos, criado no ano 2001, representa os assentados do PA Chico Mendes, com normativas e estatuto renovado no ano de 2016, por meio de reunião com os membros da diretoria. Registrada e reconhecida pelo INCRA e pelo Cartório Municipal, a Associação garante a inserção dos assentados que cultivam hortaliças e produzem roscas, pães e biscoitos no PNAE. Os associados contribuem com mensalidade de R\$10,00, para manutenção da sede e pagamento de despesas diversas (energia, água, contabilista). Ademais, eles são responsáveis pelas assembleias de aceitação de novos assentados, mencionadas anteriormente. Os assentados produtores de leite uniram-se em busca de melhores preços na venda, formando o “grupo do leite”. As reuniões mensais ocorrem na sede no PA Chico Mendes.

Em relação às festividades, o PA Chico Mendes realiza uma cavalgada sob responsabilidade da comitiva “Sem Noção”, composta por assentados do PA Chico Mendes e dos demais assentamentos da região, dentre eles o Engenho da Serra, o Douradinho, o Divisa, o Renascer e o Pântano Mariano, todos do município de Ituiutaba (MG) e circunvizinhos do PA Chico Mendes. São promovidos, também, rodeio de montaria e apresentações artísticas. Com o encerramento dessas atividades, anualmente, comemora-se a Festa Junina, com jantar e apresentação de quadrilha executada pelos assentados.

O assentamento sedia a capela de Nossa Senhora Aparecida, visto que 65% de sua população segue o catolicismo. Com a ajuda voluntária dos assentamentos supracitados, ocorre, de ano em ano, a festa em homenagem à santa padroeira. O “grupo do leite” colabora na preparação do almoço e na festa das crianças, em parceria com a capela. Este grupo realiza, também, as festividades de almoço e missa no mês de dezembro, em que se comemora a produção anual. Tais festividades, que promovem a interação dos assentados, estão demonstradas nas fotos 24 a 27, registradas ao longo de 2016.

Foto 25 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): membros da comitiva “Sem Noção” após a apresentação da quadrilha na Festa Junina – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 26 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): cerimônia de abertura do 1º Rodeio Show de montaria – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 27 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG):
2ª Cavalgada – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

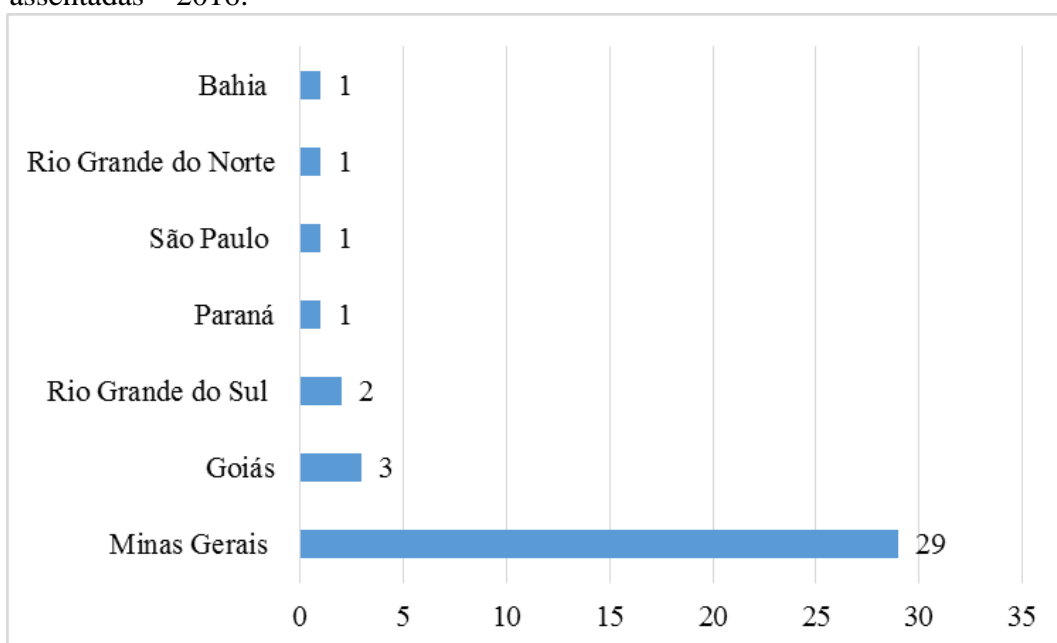
Foto 28 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): reunião mensal –
outubro de 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).
Autora: Agnol (2016).

Em análise, considera-se que as famílias que residem no assentamento possuem modos e trajetórias de vida diferentes, uma vez que, antes de estarem no assentamento, residiam em regiões distintas (gráfico 5). A transferência do direito de posse dos lotes diversifica ainda mais os sujeitos que compõem as famílias do assentamento. Neste contexto, as festividades figuram como estratégias de aproximação, favorecendo a troca de experiências entre as famílias e o fortalecimento da vida em comunidade, pois se propicia o envolvimento na organização e no usufruto das festividades.

Gráfico 5 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): estados de origem das famílias assentadas – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Autora: Agnol (2016).

A troca de favores em torno do trabalho demonstra a sociabilidade existente entre as famílias, as quais “trocam dias de serviço” – expressão utilizada entre as famílias assentadas para representar a prestação de serviços. Quando necessita de serviços de trator (se o trator da associação estiver em uso), de oficina ou para sacrificar um animal para consumo da carne, a família recorre à outra que exerce tais atividades. Se o serviço não é pago em dinheiro, o pagamento é feito mediante a troca por outro dia de serviço, quando este se fizer necessário.

As dificuldades relatadas nas entrevistas estão relacionadas às estradas rurais, que estão em condições precárias de uso, o que prejudica o acesso ao assentamento e o escoamento da produção – as hortaliças são transportadas pelos próprios assentados em seus carros e a produção de grãos, leite e gado de corte, por caminhões. As estradas também são trafegadas

pelas vans escolares que transportam as crianças do assentamento até a cidade. Em razão da situação na qual essas vias de acesso se encontram (foto 28 e 29), são geradas despesas extras com a manutenção dos veículos, bem como o atraso na entrega das mercadorias.

Em fevereiro de 2017, a estrutura de madeira de uma das pontes situadas na estrada de acesso estava danificada, dificultando ainda mais o escoamento da produção. Em face disso, a presidenta do assentamento reuniu-se com o secretário de obras municipais para solicitar o conserto da ponte, mas não obteve atendimento da solicitação. Em março de 2017, sete homens do assentamento uniram-se com suas próprias ferramentas e matéria-prima (madeira) para reparar a ponte. Neste período, a secretaria de obras municipal forneceu mão de obra de dois homens para auxiliar no conserto (Pesquisa de campo, 2017). Todavia, segundo os assentados, a prefeitura municipal pouco tem feito para assegurar o bom estado da estrada, a qual é apresentada nas fotos 29 e 30.

Foto 29 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): via de acesso municipal durante o período chuvoso (setembro a março) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (outubro, 2016).
Autora: Agnol (2016).

Foto 30 – PA Chico Mendes em Ituiutaba (MG): via de acesso municipal durante o período de seca (abril a agosto) – 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (agosto, 2016).

Autora: Agnol (2016).

Durante a aplicação dos questionários, as discussões sobre o assentamento foram além das questões preestabelecidas. As famílias expressaram a relação de afetividade com seu lote, ou seja, estar no assentamento representa, para elas, a materialização da luta pela terra e da conquista do território. Possuir o “pedaço” de terra para trabalhar e “criar” os filhos, acordar antes do nascer do sol para trabalhar “no que é seu” foram expressões verbalizadas para demonstrar o sentimento de pertencimento ao lote e ao assentamento. Estas famílias se sentem úteis umas às outras no processo de prestação de serviços e na promoção das festividades.

Produzir para o próprio consumo e para o mercado regional enriquece o sentimento de pertencimento ao lote, uma vez que os sujeitos não visualizam outra forma viável de renda. Das famílias entrevistadas, apenas quatro manifestaram o interesse de sair do campo em virtude de problemas graves de saúde e idade avançada. A preocupação externada pelos indivíduos considerados jovens e adultos jovens (entre 17 e 50 anos) está associada ao acesso à educação superior e à educação básica dos filhos – aqueles buscam Ensino Superior (oito sujeitos) cogitam a possibilidade de sair do campo.

Assim, evidenciam-se as dificuldades de permanência e vivência nos lotes. Quando questionadas, algumas famílias (dezoito) expuseram que o acesso ao crédito mediante o PRONAF e o PNAE facilitaram os investimentos em infraestrutura e as demais (vinte) criticaram a falta de assistência técnica e a dificuldade de acesso ao crédito, assim como a falta

de atuação de órgãos como o INCRA no assentamento. Contudo, em sua maioria, as famílias concordam que a principal dificuldade no assentamento provém da má conservação das estradas rurais e da falta de apoio da prefeitura municipal para assisti-las nesta necessidade.

A maior parte das famílias elogiou o convívio entre os sujeitos no assentamento. Alguns problemas relacionados a desentendimentos pessoais foram mencionados, mas, segundo as próprias famílias envolvidas, tais fatos não prejudicam a boa convivência.

Para os assentados, por meio do acesso à terra, eles desenvolvem suas atividades, como a moradia, a produção de alimentos básicos para a família, a geração dos recursos econômicos necessários à sua sobrevivência, a manutenção da cultura e sua constante reprodução e resistência. Dessa maneira, os processos de construção das identidades dos agricultores com os lotes devem ser considerados mutáveis e em suas facetas temporal e espacial. As identidades desse segmento são (re)construídas ao longo do tempo, pois os modos de vida presentes no território se inserem em um contexto dinâmico de transformações que interferem nas práticas socioculturais, religiosas e econômicas. Estas dinâmicas fazem com que o território reúna relações sociais de produção e representações culturais e religiosas com temporalidades diferentes (SILVA, 2011).

A partir do pressuposto de que o termo agricultura familiar foi instituído pelo Estado com o propósito de padronização do sujeito do campo e para a consolidação de políticas públicas de crédito rural – neste caso, o PRONAF – cabe salientar que as famílias assentadas no PA Chico Mendes se enquadram na categoria agricultura familiar, uma vez que têm sua realidade fortemente associada à dependência destes agentes externos (PRONAF, aposentadoria), para garantir a manutenção das atividades agrícolas desenvolvidas nos lotes. Sem estas políticas, a permanência e a produção no lote se tornariam inviáveis ou, ainda, o assentamento poderia se tornar símbolo de mão de obra barata e de pobreza. O modo encontrado pelas famílias assentadas para continuar lutando por benefícios apresenta-se na formação de grupos e associações, ou seja, a luta não para.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Estado na instalação de projetos de assentamento rurais ocasionou uma nova reorganização do espaço agrário brasileiro, mas não concretizou a reforma da estrutura agrária nacional. Estes projetos, em sua maioria, provêm da pressão das ocupações, manifestações e do apoio dos movimentos socioterritoriais. Assim, a ocupação de terras permanece como a principal forma de luta destes movimentos, traduzindo-se na conquista de assentamentos rurais.

A desapropriação e a regularização de terras são ferramentas utilizadas pelo Estado para legitimar as terras que darão origem aos assentamentos. Dessa forma, acredita-se que não existe uma Reforma Agrária em curso no Brasil, e sim uma Reforma Agrária assistida pelo mercado, posto que ao mesmo tempo em que se aumenta o poder do agricultor familiar, com a criação do assentamento, aumenta-se o poder do capitalista, com a indenização, de modo que a concentração fundiária figura-se como herança histórica que dificulta o fracionamento. Ademais, a manutenção do assentamento e das famílias assentadas depende exclusivamente de estratégias de permanência desenvolvidas pelas próprias famílias, visto que o Estado articula, por meio de políticas públicas, a implantação do assentamento, mas não garante seu sucesso.

A agricultura familiar no município de Ituiutaba (MG) se insere no contexto da agricultura brasileira, uma vez que é importante tanto do ponto de vista econômico quanto para a geração de alimentos para a população local, além de ter significativa importância no cultivo de hortaliças e grãos e na produção de leite. A produção agrícola do PA Chico Mendes abastece o mercado local; as hortaliças e bolachas são comercializadas na feira livre e, também, destinadas à merenda escolar; o leite e os grãos são entregues a empresas locais, assim como a produção de gado de corte. As famílias assentadas proporcionam o crescimento de outros setores da economia local, tendo em vista que, em Ituiutaba (MG), são feitas as compras do mês (supermercado), de roupas, de calçados, de insumos agrícolas, de ração animal, de remédios, além das consultas médicas e planos de saúde. Os impactos locais dos assentamentos devem ser considerados relevantes, porquanto poderiam ser ainda maiores se houvesse máximo interesse do Estado em investir no desenvolvimento da agricultura familiar.

Para as famílias assentadas, o lote assegura renda para sustento, abrigo, trabalho etc., mas a garantia de permanência nele depende do empenho de cada família em criar estratégias de resistência dentro de um sistema econômico heterogêneo. No contexto da realidade pesquisada, a principal ferramenta de crédito é o PRONAF. Todavia, este não garante

a permanência, visto que, das trinta e oito famílias entrevistadas, dez não aderem a este Programa por receio de contraírem dívidas ou por corresponderem às famílias que detêm a renda proveniente da aposentadoria. Contudo, vinte e oito famílias são beneficiadas pelo PRONAF dos tipos A, A/C e Mais Alimento. Em relação ao PNAE, dez famílias são beneficiadas. Desse modo, o PRONAF e o PNAE não podem ser considerados irrelevantes, pois apresentam-se como importantes ferramentas no âmbito econômico e social do assentamento, uma vez que contribuem para a permanência dos assentados, proporcionam trabalho, renda e melhorias na qualidade de vida. As famílias consideram a assistência técnica tão importante quanto o financiamento, o que revela a dependência destas em terem os agentes externos como estratégias de permanência.

As famílias assentadas se enquadram nas exigências das políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura familiar – termo criado pelo Estado para padronizar os sujeitos do campo. Além disso, a organização do trabalho nos lotes condiz com as definições elaboradas pelo INCRA, além de se identificarem como tal. Assim, entende-se que o assentamento se materializa como locus de reprodução e manutenção da agricultura familiar em escala local. As festividades, e o modo de produção representam a identidade do agricultor familiar no campo.

A partir do levantamento de dados, constatou-se que o assentamento possui quinze anos de existência. Neste intervalo de tempo, das quarenta e nove famílias que o compunham, em 2001, apenas 32% permanecem nos lotes. As demais, 68%, adquiriram o direito de concessão e posse do lote e residem no assentamento entre um a dez anos. Portanto, concluímos que o índice de desistência dos lotes é relativamente alto. Convém salientar que a permanência nestes indica, antes de tudo, a persistência da luta e que, somente a partir da criação de estratégias de resistência, é possível manter-se no lote.

Os dados por ora apresentados demonstram que os assentados têm encontrado, criado e recriado estas estratégias quando diversificam sua produção, visto que os lotes combinam a produção de hortaliças com manejo de gado de corte, produção de grãos, de leite, de bolachas e de leite, além da prestação de serviços de pedreiro e vaqueiro em outros lotes. Portanto, há que se valorizar a diversificação produtiva, que cria várias possibilidades de geração de renda dentro dos lotes. Apesar da baixa renda (58% recebem de 1 a 3 salários e 38%, de 3 a 5 salários), as famílias garantem a manutenção das atividades desenvolvidas, sua alimentação e conforto. Vale ressaltar que, em sua totalidade (trinta e oito famílias), criam galináceos e suínos, possuem hortas e pomares, plantações de milho e de mandioca. O fato de as famílias produzirem parte dos alimentos que consomem melhora bastante a qualidade de sua

alimentação, criando condições de fartura alimentar que nem sempre é possível no meio urbano. Estas estratégias confirmam a relevância da agricultura familiar para a produção de alimentos em escala local, refletindo para a segurança alimentar nacional.

Não obstante todas as barreiras e imposições, os agricultores familiares resistem, mesmo estando sempre em posição secundária no processo produtivo e, em alguns momentos, subordinados à concentração fundiária. Atualmente. No entanto, a grande concentração fundiária e o baixo incentivo governamental ainda são obstáculos para o desenvolvimento da produção familiar no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. (Estudos Rurais, 12).
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, 2 e 3 e v. 29, n. 1, p. 1-21, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, E. da: **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: IPEA, 1998. 51 p. (Texto para Discussão, n. 641).
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UnB, 2009.
- ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **DIALOGUS**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-241, 2008.
- ALVES, V. A. S. O clima e a produtividade agrícola na microrregião homogênea de Ituiutaba-MG. **GEONORTE**, Edição Especial 2, v. 2, n. 5, p. 1109-1119, 2012.
- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAIARDI, A. **Participação da agricultura familiar no desenvolvimento sustentável**. Salvador: UFBA, 1998.
- BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2005. 14 p. Mimeo.
- _____. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BRASIL. Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.
- _____. Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- _____. Lei nº. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº. 10.186, de 12 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10186.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2003.

_____. Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRUNET, L. **El clima de trabajo en las organizaciones**. México: Trillas, 2004.

BRUNET, R. **Le déchiffrement du monde: théorie et pratique de la géographie**. Paris: Belin, 2001 [1990].

BRUNET, R.; FERRAS, R.; THERY, H. **Les mots de la géographie: dictionnaire critique**. Paris: Reclus, 1993.

CARVALHO, N. D. **Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

COCA, E. L. de F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuguiriguaçu – Estado do Paraná**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2011.

COSTA, C. D. V. **Sonhos de abril**. A luta pela terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. 2014. 453 f. Tese (Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2012. Disponível em: <<http://www.lagea..ig.ufu.br/rededataluta.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

DELANEY, D. **Territory: a short introduction**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

DOLLFUS, O. **L'espace géographique**. Paris: Presses Universitaire de France, 1970.

FAO/INCRA. **Análise dos diagnósticos dos sistemas agrários**. Brasília, 1996.

FEITOSA, A. M. A. **A luta pela terra no norte de Minas e o processo de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST**: o estudo da Brigada Camilo Torres. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no estado de São Paulo. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST (1979-1999). 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo São Paulo, 1999.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 212-239.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FLEURY, R. R. **Reforma Agrária e estrutura fundiária no Brasil**: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

FOCKINK, E. R. **Produção rural familiar em Jataí (GO)**: a Comunidade Rural da Onça. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

GARCIA, Jéssica Cristina. **Políticas públicas para a agricultura familiar e a reforma agrária**: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no PA Paciência em Uberlândia - MG. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, R. M. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

_____. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil**: reflexões no contexto das políticas públicas sociais. 2012. 288. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Brasília, 2012.

GONÇALVES, L. de M. **Crédito rural no Brasil**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.agrocurso.org.br/pdf/credito_rural.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

GONZAGA, H. T. et al. Movimentos Socioterritoriais no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: histórico, política e construção de uma identidade de luta. ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevidéo. **Anais...** Montevidéo, 2009. p. 1-13.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Os desafios das agriculturas brasileiras.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

GUILHON, E. Ituiutaba: aspectos históricos. In: SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Circuito Turístico Águas do Cerrado: Diagnóstico 2006.** Belo Horizonte, 2006. p. 63-64.

GUIMARÃES, A. R. **A produção de abacaxi:** estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG). 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” ‘a multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Identities e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007a.

_____. Identidades territoriais: entre multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B; HAESBAERT, R. (Org.). **Identities e territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola.** 2007. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2016.

_____. **Minas Gerais. Ituiutaba. Produção agrícola municipal** - lavoura temporária - 2008. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=313420&idtema=47>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. **Cidades.** 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2016.

_____. **Cidades.** 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2016.

INCRA-MG. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

JANUÁRIO, B. L. **A implementação da lei 11.947/09 da compra direta da agricultura familiar pelo programa nacional de alimentação escolar em municípios do estado de São Paulo:** possíveis fatores relacionados. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

JUNIOR, C. J. **A dinâmica da luta pela terra no triângulo mineiro/alto Paranaíba: avaliação do período de 2001 a 2005.** Uberlândia, 2007.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 1974.

LEITE, S. P. Os impactos regionais dos assentamentos rurais: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: MEDEIROS, L. et al. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais.** Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ/CNPq/FINEP/MCT, 1997.

LEITE, S. et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Estudos NEAD, 6).

LIMA, E. C. de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidência e dinâmica territorial.** 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

LIMA, E. D; CONCEIÇÃO, A. L. A relação campo-cidade em feira de Santana, Bahia. **GeoNordeste**, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós Graduação em Geografia, n. 3, p. 1-4, 2013.

MANÇANO, B. J. C. J. **A integração dos dados da luta pela terra como subsídio ao estudo sobre o desenvolvimento socioterritorial: pesquisa DATALUTA.** Montes Claros-MG: Unimontes, 2005.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema-SP - Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais em Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.

MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990.** Organização de João Pedro Stedile. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MIRALHA, W. **A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP**. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente, 2006a.

_____. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Nera**, ano 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006b.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. de M. O lugar como uma construção social. **Formação**, n. 14, v. 2, p. 48- 60, 2007.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade. 2005. Disponível em: <http://www.geocities.ws/design_pe/mtl_oque.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

NASCIMENTO, P. A. G. do; MELO, N. A. de. Ituiutaba (MG): os agentes econômicos e a (re)estruturação da cidade na rede urbana regional. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 1-35, 2010.

OLALDE, A. R.; PORTUGAL, C. A. Agricultura familiar, reforma agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 42. 2004, Cuiabá-MT. **Anais...** Cuiabá-MT: Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2004. p. 1-18.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, H. C. M. de. **Urbanização e cidades**: análises da Microrregião de Ituiutaba (MG). 2013. 431 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia: Instituto de Geografia, Uberlândia, 2013.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema** - Região do Pontal do Paranapanema/SP. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

RAMOS, E. A. **O processo de luta pela terra no assentamento Chico Mendes no município de Ituiutaba – MG**. Ituiutaba, 2011.

RAMOS FILHO, E. da S. A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato. **Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 46-58, jan./jun. 2005.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007.

SANTOS, F. L. A. dos. Reforma agrária e produção do espaço: um estudo sobre o projeto de assentamento Almas/ BA. **GeoTextos**, v. 2, n. 2, p.149-168, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec,1996.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

SANTOS, M. et al. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo e Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SARON, de F. A. **Os efeitos dos programas de desenvolvimento rural para o apoio à agricultura familiar no Noroeste Paulista**: limites, desafios e perspectivas. 2014. 292 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970. **Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003b.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SILVA, D. F. da et al. A reforma agrária e a luta pela terra no Triângulo Mineiro: a criação de assentamentos rurais – o balanço de uma década (1996-2007). In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4. 2010, Niterói-RJ. **Anais...** Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 1-14

SILVA, J. M. **Agricultura familiar e territorialidade**: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO). 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

SOARES, P. de T. P. L. S. **Um estudo sobre Lenin e as defesas da Reforma Agrária no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SOUTO, T. S. **Agroindústria leiteira no município de Ituiutaba - MG**: organização/reorganização socioespacial no período de 1960 a 2013. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em enfermagem**. Uma modalidade convergente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VECINA, C. C. O II plano nacional de reforma agrária do governo lula: uma análise para além do aparente. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-20.

VENÂNCIO, Marcelo. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

VIEIRA, W. A. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas**: (des)encontros, desafios e conquistas. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO

Questionário elaborado e aplicado por: Jaqueline Dall Agnol

Orientadora: Estevane de Paula Pontes Mendes

Período: setembro a dezembro de 2016

Questionário⁸

Número do lote:

Telefone para contato:

Idade	Sexo	Escolaridade	Religião	Tempo de residência no assentamento	Condição no assentamento (assentado pelo INCRA/comprador)

	Renda agrícola	Renda não agrícola
Fonte de renda principal		
Fonte de renda secundária		
Outra		

Produção	Sacas	Litros	Kg	Outro	Venda	Consumo
Leite						
Grãos						
Hortaliças						
Gado de Corte						
Outro						

⁸ Questionário aplicado às famílias no assentamento Chico Mendes. Durante a aplicação do questionário, as famílias ficaram livres para fornecer informações que julgaram importantes sobre os temas preestabelecidos nas questões.

Anotações sobre a produção:

Renda mensal: de um a três salários mínimos () de três a cinco salários mínimos () de cinco a dez salários mínimos () mais de dez salários mínimos.

Situação da Moradia	
Tipo de residência: () consolidada () tijolo () placa de muro () reformada	
Quais reformas foram realizadas?	
.....	
.....	
.....	
Possui energia elétrica e água encanada () sim () não. Qual a fonte?	
.....	
Qual o destino dos resíduos sólidos e do esgoto?	
.....	
Número de cômodos da residência: () quarto () sala () cozinha () varanda () área de serviço () outro	
Bens de consumo, comunicação e transporte	
() Máquina de lavar roupa / tanquinho	() Freezer
() Televisão	() Forno (elétrico, a gás, a lenha)
() Antena parabólica () TV a cabo	() Batedeira
() DVD	() Liquidificador
() Rádio	() Internet
() Telefone	() Carro
() Moto	() Outros
.....	

Tratores, implementos, máquinas e equipamentos existentes no lote no ano de 2016:

Houve benfeitorias no lote? () não () sim. Quais?

Obteve financiamento? () sim () não. Por qual motivo?

Financiamento obtido e finalidade:

Insumos ou técnicas utilizadas no ano de 2016:

Possui assistência técnica? () sim. Qual a origem da orientação técnica?

() não. Motivo?

Habilidades que a família possui no manejo das atividades agrícolas desenvolvidas no lote no ano de 2016:

Anotações:

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado

Ituiutaba, MG,/...../ 2016

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO

Roteiro de entrevista elaborado e aplicado por: Jaqueline Dall Agnol

Orientadora: Estevane de Paula Pontes Mendes

Período: setembro a dezembro de 2016

Roteiro de entrevista⁹

- 1 - Sobre a organização das famílias no momento em que se encontravam acampadas, existia alguma norma de convivência? Quais as condições de moradia e alimentação? Quais as principais dificuldades enfrentadas?
- 2 - Após a distribuição dos lotes, como ocorreu a organização das famílias em relação à infraestrutura e ao crédito?
- 3 - Quais os principais benefícios do PRONAF e do PNAE para as famílias assentadas?
- 4 - Quais os principais problemas enfrentados pelo assentamento como um todo?

⁹ A entrevista semiestruturada começa com um direcionamento, mas se torna livre ao longo da conversa.